

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Renata Rodrigues Marques

**(IN)SECURITIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: A
CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES
INDÍGENAS NA ARGENTINA ENQUANTO AMEAÇA**

Santa Maria, RS
2019

Renata Rodrigues Marques

**(IN)SECURITIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: A
CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES
INDÍGENAS NA ARGENTINA ENQUANTO AMEAÇA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Relações Internacionais, do
Departamento de Economia e Relações
Internacionais, Centro de Ciências Sociais e
Humanas, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em Relações
Internacionais.**

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Selister Gomes

Santa Maria, RS
2019

Renata Rodrigues Marques

**(IN)SECURITIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: A
CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES
INDÍGENAS NA ARGENTINA ENQUANTO AMEAÇA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Relações Internacionais, do
Departamento de Economia e Relações
Internacionais, Centro de Ciências Sociais e
Humanas, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em Relações
Internacionais**.

Aprovado em 07 de novembro de 2019

Mariana Selister Gomes, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)

Tatiana Vargas Maia, Dra. (UNILASALLE)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha primeira família em Santa Maria, as/aos “jubilados” que já me suportam há quase cinco anos (em especial à Kellen, Henri, Leticia, Felipe, Ariel, Vilarte e Carolina). Às pessoas com as quais compartilhei constantemente meus surtos acadêmicos, e que sempre tiveram muito carinho e compreensão, dividindo comigo remédios para a gastrite e receitas veganas, em especial à rede de apoio nomeada carinhosamente de “LGBP” (Luiza, Laiza, Juliany, Taís e Cássio). Ao Walter, com o qual eu tive os primeiros debates desesperados sobre Teoria das Relações Internacionais. À Larissa, que têm sido meu ponto fixo no meio do caos a mais tempo do que eu me lembro.

Uma vez ouvi de uma professora que, em algum momento da história e em algum lugar do ocidente, foi criada uma lei onde, se três mulheres conversassem em público, eram consideradas insurgentes.. Ao longo do último ano tenho entendido a ameaça que mulheres juntas podem representar às estruturas de poder estabelecidas, conversando sobre absolutamente qualquer coisa, e por isso agradeço especialmente à Amanda e Valentina.

Como leitora de Eduardo Galeano, eu costumo acreditar na ideia de que muita gente pequena, em lugares pequenos e fazendo coisas pequenas podem mudar o mundo, e, por isso, quero agradecer aos programas de estudo e extensão que me permitiram fazer parte de projetos gigantes: às participantes dos grupos GEEUMA e GIDH e ao coletivo feminista Manas RI UFSM, com as quais eu compreendi que a resistência pode ser construída aos poucos, semanalmente, em uma sala com poucas mulheres dispostas a mudar algumas (ou muitas) coisas.

Agradeço à minha família, por ter me oportunizado experiências que me fizeram crescer enquanto ser humano, e por permitir que eu me dedique a ser a melhor versão de mim mesma. Agradeço, em especial, à minha mãe Áurea, por ter sido um exemplo de educadora, e por ter me motivado a acreditar vigorosamente em um mundo justo e igualitário.

Agradeço às professoras e aos professores com quem tive a oportunidade de aprender durante os últimos quatro anos, sobretudo às aulas do professor Thomaz de Teoria das Relações Internacionais, e à disciplina de Segurança Internacional lecionada pelo professor Igor. Agradeço em especial ao professor Júlio Rodriguez, que me salvou em absolutamente todas as vezes que precisei organizar a minha vida em esquemas.

Agradeço à minha orientadora, Mariana, que compreendeu meus dilemas teóricos e me incentivou à complexificar as coisas um pouquinho mais, por ter feito tudo isso ao mesmo tempo em que lidava com dois mundos dentro de si.

Agradeço ao Curso Pré-Universitário Popular Alternativa e à equipe de Tópicos em Relações Internacionais por me permitirem entender um pouquinho sobre os desafios e as delícias de ser educadora, e por serem um dos motivos pelos quais decidi me dedicar a aprimorar minhas competências didáticas por mais alguns anos.

Por fim, àquelas e àqueles que se dedicam à produção de uma ciência preocupada com a relação teoria-prática, que acreditam que o acesso universal à educação e a produção de conhecimento sejam nosso meio de emancipação. Espero que esta pesquisa tenha sido uma forma de agradecer por ter tido acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade durante a minha vida. Muito obrigada!

“É necessário entender de onde vem a violência, quais são suas raízes e quais são os processos sociais, políticos e econômicos que a sustentam, para entender que mudança social é necessária.”

(Silvia Federici)

RESUMO

(IN)SECURITIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE: A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS NA ARGENTINA ENQUANTO AMEAÇA

AUTORA: Renata Rodrigues Marques

ORIENTADORA: Mariana Selister Gomes

Este trabalho tem como propósito teórico abordar o processo de securitização, relacionando-o com as perspectivas teóricas feministas e descoloniais. Como objeto empírico, se pretende realizar uma análise de discurso das dinâmicas envolvidas na criminalização de Milagro Sala e da Organização Barrial Tupac Amaru, na Argentina, no ano de 2016. O objetivo geral é analisar o processo de securitização de movimentos sociais, sob a perspectiva Feminista e Descolonial, a partir do caso da criminalização de líderes de movimentos indígenas na Argentina. O problema que move esta pesquisa é: de que forma processos de securitização estão associados à relações de poder coloniais e de gênero, como no caso da criminalização de movimentos sociais liderados por mulheres indígenas na Argentina? Têm-se a hipótese central de que de que dinâmicas de poder de colonialidade e de gênero interferem no processo de securitização. Academicamente, este trabalho se justifica pelas lacunas na literatura, tanto de Segurança Internacional quanto de Gênero e Interseccionalidade, em relação à construção de líderes políticas mulheres enquanto ameaça ao Estado. Será utilizada enquanto metodologia operacional a análise de conteúdo - técnica de coleta e sistematização da pesquisa - e análise crítica de discursos - análise de dados. Analisam-se as práticas de poder envolvidas no processo de criminalização de Milagro Sala e da Organização Tupac Amaru, especialmente, como raça, gênero e colonialidade se apresentam neste processo. Os dados analisados reforçam a hipótese de utilização desse processo de construção de lideranças indígenas mulheres enquanto ameaças como instrumento de uma elite estatal, nesse caso, do governo de Gerardo Morales, que estabelecem Milagro Sala e a Tupac Amaru, a partir de seus primeiros decretos, enquanto inimigos da sociedade de Jujuy. Percebe-se, também, que a mídia tem um papel importante nesse processo – de criar representações sociais através do discurso – e, além disso, o envolvimento de organismos internacionais causa um problema para Política Externa do governo argentino. Identificou-se que tanto os discursos midiáticos quanto os discursos políticos promovem uma “retórica de salvação” da população pobre que faz parte da organização, uma vez que servem enquanto forma de legitimação do processo. Por fim, perebe-se que a liderança políticas indígenas contesta as formas tradicionais sob as quais os Estados têm sido governados há séculos.

Palavras-chave: Securitização; Estudos Feministas de Segurança Internacional; Feminismo Descolonial.

ABSTRACT

(IN)SECURITIZATION AND GOVERNMENTALITY: THE CONSTRUCTION OF POLITICAL PARTICIPATION OF INDIGENOUS WOMEN IN ARGENTINA AS THREAT

AUTHOR: Renata Rodrigues Marques

ADVISOR: Mariana Selister Gomes

This work has as theoretical purpose to approach the securitization process, relating it with the feminist and decolonial theoretical perspectives. As an empirical object, we intend to perform a discourse analysis of the dynamics involved in the criminalization of Milagro Sala and the Tupac Amaru Barrial Organization, in Argentina, in 2016. The general objective is to analyze the process of securitization of social movements, from the Feminist and Decolonial perspective, from the case of the criminalization of leaders of indigenous movements in Argentina. The problem that drives this research is: how are securitization processes associated with colonial and gender power relations, as in the case of the criminalization of indigenous women's-led social movements in Argentina? The central hypothesis is that colonial and gender power dynamics interfere with the securitization process. Academically, this work is justified by the gaps in the literature on both International Security and Gender and Intersectionality regarding the construction of women political leaders while threatening the state. It will be used as operational methodology the content analysis - research collection and systematization technique - and critical discourse analysis - data analysis. The power practices involved in the criminalization process of Milagro Sala and the Tupac Amaru Organization are analyzed, especially as race, gender and coloniality are presented in this process. The data analyzed demonstrate the use of this process of building indigenous women leaders as threats as an instrument of a state elite, in this case the government of Gerardo Morales, who established Milagro Sala and Tupac Amaru, from their first decrees, as enemies from the Jujuy society. It is also noted that the media play an important role in this process - of creating social representations through discourse - and that, in addition, the involvement of international organizations causes a problem in the Argentine Government's Foreign Policy. It has been identified that both media and political discourses promote a "salvation rhetoric" of the poor population that is part of the organization, since they serve as a way of legitimizing the process. Finally, it is clear that indigenous political leadership challenges the traditional ways in which states have been governed for centuries.

Keywords: Securitization; Feminist Security Studies; Decolonial Feminism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIDH – Corte Interamericana de Derechos Humanos

CSS – Critical Security Studies (Estudos Críticos de Segurança Internacional)

FSS – Feminist Security Studies (Estudos Feministas de Segurança Internacional)

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – Relações Internacionais

SPI – Sociologia Política Internacional

TS – Teoria da Securitização

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação simplificada de um Processo de Securitização.....	37
Figura 2 – Relação entre Discursos Políticos/Midiáticos e a Teoria da Securitização.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Guia de Unidades de Registro.....	82
Tabela 2 – Pré-Análise.....	84
Tabela 3 – Síntese Analítica dos Discursos de Mídia.....	97
Tabela 4 – Síntese Analítica dos Discursos Políticos e Decretos.....	107
Tabela 5 – Síntese Analítica Final.....	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DA SEGURANÇA INTERNACIONAL A GOVERNAMENTALIDADE: DEBATES TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	23
2.1. Os Debates Teóricos nas Relações Internacionais	23
2.1.1. A Crítica Construtivista.....	27
2.2. Debates em Segurança Internacional	33
2.2.1. Setores de Segurança.....	35
2.2.2. Teoria da Securitização	36
2.2.3. A Sociologia Política Internacional e as discussões sobre Insecuritização	39
2.3. Distinção entre Segurança Interna-Externa, Relação Estado-Sociedade e Governamentalidade.....	40
2.4 Síntese do Capítulo	44
3 GÊNERO, FEMINISMO E DESCOLONIALIDADE: UM DIÁLOGO COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	47
3.1. Gênero, Feminismo e Relações Internacionais	48
3.1.1. Abordagens Feministas de Segurança Internacional.....	52
3.1.2 Estado e Relações de Gênero	54
3.1.3. Abordagens Feministas para a Securitização	56
3.1.4. Narrativas de gênero e padrões de comportamento.....	59
3.2. Pós-colonialismo, Descolonialidade e Feminismo Descolonial.....	62
3.2.1. Feminismo Descolonial e Interseccionalidade	65
3.2.2. Corpo Colonial	71
3.3. Síntese do Capítulo: da Despolitização à Securitização: onde estão as Mulheres?.....	73
4 ANÁLISE DOS DADOS: “ONDE, AFINAL, ESTÁ O PERIGO?”	76
4.1. Metodologia e Unidades de Registro	76
4.1.1. Pré-análise	80
4.2. Análise dos Discursos da Mídia	86
4.2.1 Síntese analítica: Discursos da Mídia.....	98
4.3. Análise dos Discursos Políticos e Decretos	99
4.3.1. Discursos Políticos	100
4.3.2. Decretos.....	104
4.3.3 Síntese analítica.....	107
5 CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito teórico abordar o processo de securitização, relacionando-o com as perspectivas teóricas feministas e descoloniais. Como objeto empírico, se pretende realizar uma análise de discurso das dinâmicas envolvidas na criminalização de Milagro Sala e da Organização Barrial Tupac Amaru, na Argentina, no ano de 2016.

A partir de perspectivas como da Sociologia Política Internacional, a dimensão internacional poder ser interpretada desde perspectivas plurais. Parte-se de questionamentos quanto aos limites do Estado e a distinção clara entre os ambientes intra-estatal e interestatal, criticando pressupostos assumidos em abordagens tradicionais das Relações Internacionais. Dessa forma, intrincam-se abordagens que pretendem distinguir níveis de análise de forma simplificada: questiona-se como o âmbito internacional é caracterizado, assim como sobre o estabelecimento de uma divisão dualista entre o interno e externo (BIGO, 2013).

O processo de securitização se relaciona diretamente com dinâmicas de poder: principalmente, o poder das elites de estabelecer ameaças e objetos a serem referenciados e protegidos (WAEVER, 1995), ao procurar entender as possibilidades e limitações da securitização enquanto discurso, a curiosidade de gênero também move essa pesquisa. Cynthia Enloe (1990) também estabelece perguntas sobre o funcionamento e as relações de poder do Sistema Internacional, para ela “conduzir uma análise de gênero feminista requer investigar o poder” (ibidem, p. 08), sua constatação tem o objetivo de voltar a atenção para o local das mulheres na política internacional, através da curiosidade de gênero, uma vez que “it exposes how much more political power is operating than most non-gender-curious commentators would have us believe” (ibidem, p. 10). De fato, diversos autores já lançaram as bases para o entendimento de que as Relações Internacionais se estabelecem a partir de dinâmicas mais complexas que a atuação Estatal, integrando a relação entre Estado e sociedade como parte da reflexão sobre poder e Relações Internacionais - essa constatação, por si só, não subestima o poder estatal, mas o complexifica à medida em que este é entendido a partir de dimensões variadas, como identidades, interesses e normas. Portanto, em análises focalizadas em poder, a contextualização se torna fundamental, bem como investigações paralelas sobre assimetrias e desigualdades de poder. “Ainda assim, o poder é a cola que une interesses e fatores ideacionais com os resultados de políticas” (FINNEMORE e GOLDSTEIN, 2013, p. 08).

Milagro Sala é ativista, líder da organização indígena e parlamentar do Parlasul, e foi detida em janeiro do ano de 2016 sob a acusação de ser a líder organizadora de um protesto na frente da sede do governo da província de Jujuy. Seguido disso, Milagro e outros ativistas da organização foram acusados de diversos crimes, e o próprio reconhecimento da organização Tupac Amaru foi suspenso - o que caracteriza a criminalização, partindo do Estado Argentino, da organização e de seus líderes.

A partir desta situação, tanto movimentos quanto organizações internacionais levantaram questionamentos em relação ao sistema de justiça da província de Jujuy e sua relação com o poder executivo, uma vez em que o governador Gerardo Morales, aliado ao presidente Mauricio Macri, esteve diretamente envolvido na detenção de Milagro, e esse acontecimento se relaciona com a percepção de que processos de securitização podem se modificar quando determinadas elites políticas assumem o controle do Estado.

Os discursos do governador de Jujuy objetivam construir os ativistas e a organização social como inimigos dos interesses comuns da sociedade - e de, em decorrência disso, ocorreram prisões de ativistas em circunstâncias questionáveis -, caracteriza o caso como um processo de securitização de movimentos indígenas na Argentina. Além disso, o estudo deste caso permite falar sobre as práticas de poder envolvidas no processo de securitização.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é analisar o processo de securitização de movimentos sociais, sobre a perspectiva Feminista e Descolonial, a partir do caso da criminalização deste movimento indígena na Argentina. Os objetivos específicos são: (I) Identificar conceitos e pontos de discussão entre a Teoria da Securitização da Escola de Copenhague e a criminalização de movimentos sociais; (II) Perceber as limitações dessa teoria para o casos da securitização de movimento sociais indígenas liderados por mulheres, a partir de perspectivas Feministas e Descoloniais; e, por fim, (III) realizar uma análise crítica dos discursos políticos e midiáticos presentes no processo de criminalização da Organização Tupac Amaru, na Argentina, em 2016.

Assim, tendo em vista o exposto, o problema que guiará essa pesquisa é: De que forma processos de securitização estão associados à relações de poder coloniais e de gênero, como no caso da criminalização de movimentos sociais liderados por mulheres indígenas na Argentina? Dessa forma, têm-se a hipótese central de que colonialidade e gênero, enquanto dinâmicas de poder, interferem no processo de securitização.

O estudo das Relações Internacionais têm, historicamente, se interessado pelas dinâmicas de poder existentes em um sistema marcado pelo Estado como principal unidade de análise. Tendo em vista a relação entre conhecimento e interesses, as relações entre a teoria e prática e a própria construção de conhecimento nas Relações Internacionais, Robert Cox (1986) demonstra que a produção de conhecimento está diretamente relacionada com a realidade social (COX, 1986, p. 207). A pesquisa e a produção de conhecimento não apenas explicam e analisam a realidade como ela é, mas influenciam e são influenciadas por elas, e estabelecem a possibilidade de existência de perspectivas alternativas, desta forma, “Realism is not only about power, but the realist discourse is a power exercise itself.” (GUZZINI, 2000, p. 173).

Para as Relações Internacionais, perspectivas críticas se tornam fundamentais no entendimento de que existe uma dimensão geopolítica das relações de poder que não pode ser ignoradas (BUZAN e LITTLE, 2010). Essas percepções de condições e relações históricas específicas são fundamentais para se entender as relações de poder que constituem processos que classificam socialmente as pessoas e os Estados, e os subjetiva dentro do capitalismo mundial e da lógica colonial (QUIJANO, 2007).

A Teoria da Securitização permite uma inovação nos estudos de segurança, uma vez em que sustenta que temas de segurança são construídos como tais não a partir do reconhecimento de ameaças, mas a partir dos próprios atos de securitização, “definindo segurança como uma prática auto-referencial” (BUZAN et al, 1998, p. 204). E, uma vez que não possui pressupostos ontológicos, permite dessa forma que sejam realizadas reflexões acerca das raízes de gênero que estão refletidas nos “atos de fala” produzidos no estabelecimento de uma ameaça por um ator securitizador. Apesar dessa possibilidade, pouco sobre isso é encontrado na literatura de Relações Internacionais no Brasil e nas abordagens que se propõem a analisar os atos de fala empregados na construção de agendas de securitização.

Tendo em vista a proposição deste trabalho em relacionar perspectivas, na primeira etapa da pesquisa realizou-se uma pesquisa bibliométrica para conhecimento das produções realizadas em periódicos sobre esses temas nos últimos quatro anos (2014-2019).

Na Revista Estudos Feministas (UFSC), publicações que continham os termos: feminismo descolonial/pós-colonial/subalterno, bem como as que abordassem, mais especificamente, questões relacionadas ao Gênero na Argentina. Foram encontrados nove (9)

artigos que se encaixavam nos termos de pesquisa, dentre estes, quatro (4) eram pesquisas sobre os feminismos e a questão de gênero na Argentina (PEREIRO, 2014; DEFAGO, 2015; PRADO, 2015; ARCIDIÁCONO, 2018), e um utilizava a Análise de Discurso para identificar os discursos de gênero presentes na Guerra do Afeganistão, apesar de não adotar o conceito de securitização (SOUZA, 2017).

As revistas brasileiras de Relações Internacionais que foram utilizadas para esta revisão bibliométrica foram a Contexto Internacional (PUC-RJ) e a Monções (UFGD). Buscaram-se publicações que tivessem o foco em pesquisas de gênero/feminismo, assim como pesquisas que abordassem a Teoria da Securitização. Nesta pesquisa, foram encontradas edições em ambas as revistas de Relações Internacionais que abordam a temática de Gênero e Relações Internacionais: a primeira no ano de 2017, sendo um dossiê na Monções intitulado Feminismos, Gênero e Relações Internacionais (v. 6, n. 11); e o segundo, duas edições especiais da Contexto Internacional (2018-2019) sobre Gênero no Sul Global (v. 40, n. 3; v. 41, n. 1). Apesar disso, não existem publicações que abordam a Teoria da Securitização e utilizem gênero ou raça enquanto categoria analítica. Além disso, em uma pesquisa não sistemática, percebeu-se que em revistas consideradas mais tradicionais na academia brasileira, como a Revista Brasileira de Política Internacional e a Carta Internacional, as categorias gênero/feminismo são inexistentes em seus termos de busca.

Em uma pesquisa sistemática de três revistas internacionais (International Political Sociology, Security Dialogue e Security Studies) foram encontradas algumas publicações que relacionam gênero, estudos raciais e Teoria da Securitização (MACKENZIE, 2009; GRAY e FRANCK, 2019), mas as aplicações estiveram localizados geopoliticamente em dinâmicas político-sociais fora do âmbito latino-americano.

Tendo em vista o exposto, este trabalho se justifica academicamente partir da percepção de que existem brechas na literatura, tanto dos estudos de Segurança Internacional da América Latina, quanto nos estudos de Gênero e Interseccionalidade, em relação à construção de líderes políticas mulheres enquanto ameaça à segurança Estatal. As retóricas utilizadas nos discursos, tendo em vista a criminalização/securitização de movimentos e lideranças político-sociais, estão relacionadas com as hierarquias de poder estabelecidas a partir da modernidade.

O trabalho têm como referencial a Teoria da Securitização (TS) desenvolvida por Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde no livro *Security: A New Framework for Analysis*

(1998). Tendo como foco complexificar o conceito de Segurança e repensar os processos de Segurança Internacional a partir de “atos de fala”, os autores estabelecem que os temas podem ser politizados (politicizing) ou securitizados (securitizing) pelos Estados - sendo um problema politizado parte de políticas de governo, e um problema securitizado aquele tratado como uma “ameaça existencial” que requer ações emergenciais. O processo de securitização diz respeito ao discurso, que está diretamente relacionado a entendimentos intersubjetivos e compartilhados sobre segurança.

As Abordagens Feministas de Segurança Internacional (Feminist Security Studies) por sua vez, tendem a ser relacionadas com as Abordagens Críticas de Segurança Internacional (Critical Security Studies) e de Segurança Humana uma vez que sua preocupação se encontra na emancipação de indivíduos e grupos de indivíduos, e ao estabelecer a preocupação em incluir atores não-estatais como objeto de referência e ampliar os setores de Segurança. A concepção de segurança de gênero dos estudos feministas de Segurança Internacional é incluída, em seus princípios, a partir de uma abordagem “de baixo para cima” para análise “(d)o impacto da guerra no micronível” (TICKNER, 2001, p. 48), onde “as fundações de gênero dos estados e mercados” possam “ser expostas e desafiadas” (TICKNER, 1997, p. 628).

Em relação a estas duas abordagens dos estudos de Segurança Internacional, ambas dialogam na medida em que realizam questionamentos em relação às perguntas que se propõem a realizar: quem pode fazer a segurança? Em nome do quê? E de quem? Porém, no âmbito de níveis de análise, Perspectivas Feministas de Segurança e a Teoria da Securitização se afastam: Segurança, para a Teoria da Securitização, é subjetiva uma vez que é determinada pelos agentes, porém, ao não ser definida em termos individuais, se caracteriza enquanto intersubjetiva e socialmente construída. As Abordagens Feministas de Segurança Internacional, por sua vez, têm feito grandes esforços e avanços em reflexionar sobre problemas de segurança de gênero relacionados à exposição de mulheres em situações de insegurança, realizando inclusive debates normativos quanto à utilização do discurso para entendimento de segurança, uma vez que em diversos casos de (in)segurança de mulheres o ato de fala não é possível (HANSEN, 2000b). Além disso, as Abordagens Feministas também têm sido relevantes para a ampliação metodológica da área de Relações Internacionais, a partir de análises de discurso e estudos etnográficos (ARADAU, 2013), bem como conhecimento situado. Dessa forma, parte-se de abordagens que dialogam com pesquisas e

metodologias feministas e descoloniais que, a despeito de se posicionarem enquanto críticas, não dispensam a cientificidade, a empiria e uma objetividade bem posicionada, ao mesmo tempo em que não negligenciam a relação agente-estrutura (GOMES, 2013). No entanto, quando se percebem casos onde mulheres são construídas enquanto ameaças, não seria prudente que a agenda de segurança fosse ampliada. Por isso, a utilização da Teoria da Securitização parece ser mais coerente para este Estudo de Caso.

Levando em consideração o grande número de mulheres que estão em posição de liderança dentro da organização Tupac Amaru, Constanza Tabbush e Melina Gaona (2017) constataam que esse caso é um exemplo de criminalização “de mulheres ativistas que questionam desigualdades raciais, de gênero e de classe na América Latina” (p. 315). As autoras estabelecem três dimensões relacionadas à criminalização da Organização Tupac Amaru e de Milagro Sala, sendo estas: (I) Durante os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner, em que a organização possuía relações mais estabelecidas com o governo federal, bem como maior reconhecimento e financiamento. Essa situação se modifica drasticamente após o processo eleitoral de 2015 e a ascensão de Mauricio Macri ao governo; (II) A perseguição ao movimento Tupac Amaru está relacionada com a “circulação do ódio radicalizado em uma sociedade multiétnica” (p. 316); (III) O governo estabelece a sua política com base em uma “salvação” das mulheres e homens pobres que pertencem à organização, que estariam sendo manipuladas principalmente por Milagro Sala, - o que seria uma percepção de negação das possibilidades de agência dessas mulheres dentro do movimento.

Dessa forma, a partir da ascensão de uma elite política de centro-direita na Argentina no ano de 2015, ocorre um processo de criminalização da Organização Tupac Amaru enquanto movimento social, e de Milagro Sala como mulher, indígena e líder política do movimento. Da mesma forma, o caso permite o desenvolvimento de um debate normativo em relação à “securitização ou dessecuritização” (WAEVER, 1995), ou seja, da expansão da agenda de Segurança Internacional para o que seriam considerados problemas de segurança de gênero. Entende-se enquanto equivocada uma percepção de Segurança Humana alheia às hierarquias de poder que envolvem o próprio conceito e/ou os discursos de Segurança, dessa forma, a Teoria da Securitização se faz imprescindível para a compreensão dos exercícios de poder do Estado Moderno, e do trabalho em questão. Além disso, como Buzan, Waever e Wilde colocam, “o uso de uma conceituação específica é sempre uma escolha - é política” (BUZAN et al, p.32), e portanto, a utilização do conceito de Scuritização não deixa de ser

uma escolha política de analisar processos de criminalização de movimentos sociais à luz das Relações Internacionais e de perspectivas feministas.

Assim, a justificativa de escolha deste Estudo de Caso está, em primeiro lugar, na percepção de um processo de criminalização de protesto social, e portanto, de securitização por parte de uma elite estatal local. Da mesma forma, o processo têm significativa repercussão internacional e envolvimento direto de organismos internacionais, que podem influenciar em alguma medida a ação securitizadora e sua legitimidade. E, por último, percebe-se que demarcadores sociais de raça, classe e gênero influenciam o processo de securitização (TABBUSH e GAONA, 2017).

Para a investigação da relação entre dimensões de poder e corporalidade, o conceito de corpo colonial se faz importante no entendimento da criminalização/securitização de Milagro Sala e da organização. Desenvolvido por Frantz Fanon (2008), o corpo colonial enquanto categoria diz respeito ao “cuerpo marcado del colonizado por el discurso racial” (OTO, 2013, p.79) onde operam configurações de dominação perpassadas pela interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade (GOMES, 2013). Essa categoria se relaciona com a existência do dispositivo de racialização, desenvolvido por Foucault (1996), onde o corpo colonial, sendo parte da “emergência de una subjetivación subalterna que desafía los órdenes políticos y sociales” (OTO, 2013, p. 68), é reconhecido enquanto uma dimensão da luta antirracista, e expressão de resistência a partir da incorporação e empoderamento desses corpos no ambiente político (LÓPEZ, 2015).

Metodologicamente, o trabalho propõe-se a ser uma reflexão de caráter qualitativo e analítico (GERRING, 2006). O trabalho é estruturado sob dois métodos de procedimento: Em um primeiro momento, será realizada a construção teórica, a partir da pesquisa bibliográfica, a fim de relacionar a Teoria da Securitização e abordagens Feministas e Descoloniais com o estudo das Relações Internacionais. O segundo momento se caracteriza como um Estudo de Caso (GERRING, 2006) em que se denota a criminalização da Organização Tupac Amaru e de Milagro Sala na província de Jujuy, extremo norte da Argentina. Para que sejam compreendidas as dimensões de poder na criminalização e os discursos de securitização da organização enquanto movimento social, entende-se que a utilização da análise de discurso - e não apenas da análise de conteúdo - se torna fundamental por focar não apenas no entendimento do texto, mas o contexto no qual ele está sendo produzido. A partir do estudo empírico, será utilizada, enquanto metodologia operacional para a pesquisa, a análise de

conteúdo (BARDIN, 1977) enquanto técnica de coleta e a análise crítica de discurso para a análise de dados (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005).

"Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?" (FOUCAULT, 1970). A análise do "ato de fala" é algo que já está determinada na Teoria da Securitização como forma de entender o processo (Buzan et al, 1998). De forma semelhante, diversos estudos que se utilizam de abordagens feministas também realizam suas análises a partir de análises de discurso, adotando-o como "práticas que formam sistematicamente os objetos dos quais elas falam" (FOUCAULT, 1972, p. 149). Essas perspectivas estabelecem a política como legitimada a partir do discurso: "Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa?" (PINTO, 2009, p. 80). O entendimento do discurso como construção de sentidos não exclui todos os processos que fazem parte da política, não negligencia relações de poder, pelo contrário: desnaturaliza concepções essencialistas, expõe a construção histórica de aspectos sociais e políticos. Além disto, se fazem importantes e necessários para o entendimento da política, uma vez em que ocasionam em efeitos concretos – e acarretam em consequências na realidade material.

A estrutura de estudo será delimitada por três capítulos. Entende-se que para a análise do caso escolhido necessitam-se duas construções teóricas: a primeira desenvolve reflexões acerca do processo de securitização e sua relação com a governamentalidade, termo cunhado por Foucault e entendido enquanto "o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício de poder que tem, por objetivo principal, a população" (CASTRO, 2009, p. 190 apud FOUCAULT, 1994, p. 655), que permite pensar os exercícios de soberania do Estado Moderno e suas consequências sociais. Para isso, o primeiro capítulo se estabelece a partir do contraste entre as Abordagens Tradicionais das Relações Internacionais e o Construtivismo. Partindo dos debates em Segurança Internacional, mais especificamente, será desenvolvida a Teoria da Securitização, e o final do capítulo aborda a construção e relação Estado-Sociedade, a criminalização de grupos organizados da sociedade política e suas características específicas no processo de securitização.

O segundo capítulo pretende abordar as questões de gênero e colonialidade necessárias para entendimento do caso. O primeiro momento apresenta o gênero enquanto categoria de

análise nas Relações Internacionais e as Abordagens Feministas de Segurança Internacional. Logo, pretende-se construir a base teórica sobre colonialidade de poder, bem como da perspectiva interseccional - de gênero, raça e classe - na construção dos sujeitos, e, por fim, apresenta-se a categoria de corpo colonial (FANON, 2008) e a relação entre perspectivas pós-coloniais e a Teoria da Securitização.

Após a construção teórica, o terceiro capítulo será voltado para a análise dos discursos. Pretende-se responder o problema proposto apresentando a metodologia e analisando, neste capítulo, os discursos midiáticos, políticos e atos administrativos do governo de Jujuy. A dimensão Estatal será limitada aos discursos proferidos pelo Governador de Jujuy, Gerardo Morales, pelo presidente Mauricio Macri e por representantes oficiais de seus governos, bem como aos decretos que estabeleceram a criminalização e possibilitaram a prisão de ativistas da organização Tupac Amaru, para identificação do ator securitizador, da ameaça e do objeto referente. Para maior entendimento do processo, será realizada também a análise de discurso do Jornal La Nación, um dos principais meios midiáticos argentinos, a partir da qual se entende a dimensão da aceitação e legitimação do processo de securitização.

2 DA SEGURANÇA INTERNACIONAL A GOVERNAMENTALIDADE: DEBATES TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O período pós-Guerra Fria é um marco tanto para os debates em Teoria de Relações Internacionais - com ascensão de novas perspectivas teóricas - quanto em Segurança Internacional. A expansão conceitual de Segurança ocorre neste momento, onde a agenda dos Estados passa a envolver elementos para além do setor militar e para além dos problemas dos objetos tradicionais (defesa e estudos estratégicos). O aprofundamento do conceito de Segurança envolve mudança nas visões sobre o que deveria ser protegido frente a uma ameaça potencial, e, a partir disso, a relação entre percepções ontológicas e definições de ameaças se torna mais evidente.

Este primeiro capítulo teórico inicia-se por enquadrar esta pesquisa nos debates mais amplos das Relações Internacionais (2.1), destacando o Construtivismo enquanto Teoria das Relações Internacionais que se institui em contraste à abordagens que se utilizam da Teoria da Escolha Racional, operando a partir de premissas distintas, as quais dialogam com este trabalho (2.1.1). Em um segundo momento, são debatidos os Estudos de Segurança Internacional (2.2), ressaltando-se os princípios desenvolvidas pela Escola de Copenhague, apresentando os Setores de Segurança (2.2.1), a Teoria da Securitização e seus espectros (2.2.2) e, o conceito de Insecuritização (2.2.3), cunhado pela Sociologia Política Internacional, que possibilita o enfoque nas consequências destes processos para as sociedades 'internas', a partir disso, a insecuritização/securitização é entendida enquanto um processo de dominação com dimensões simbólicas e materiais. Já o ponto (2.3). é uma tentativa de entendimento de como as percepções de que Segurança externa-interna são dinâmicas conjuntas está relacionado com a compreensão do exercício do poder do Estado e da própria operacionalização de sua governamentalidade. O capítulo é finalizado com uma síntese (2.4), a qual pretende apresentar a perspectiva deste trabalho sobre as abordagens desenvolvidas.

2.1. OS DEBATES TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Escolha Racional enquanto perspectiva teórica adquiriu maior importância nas Teorias de Relações Internacionais a partir da década de 1980, influenciando as premissas das principais correntes das Relações Internacionais. Desde seu surgimento, em 1919, o estudo do campo das Relações Internacionais têm passado por alguns debates em relação às suas perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas, que não entraram em um consenso, até então – como é próprio do conhecimento científico. Apesar das divergências serem constantes e recorrentes e não terem sido resolvidas, estas tendem a ser divididas em “Grandes Debates” (BURCHILL, 2013), para fins didáticos de entendimento da própria evolução dos estudos em RI. Como pode ser representado pelas divisões feitas pelos manuais clássicos de RI, por exemplo: (1) o primeiro debate seria percebido enquanto ontológico, entre idealistas e realistas; (2) o segundo debate seria entre behaviorismo e tradicionalismo, e portanto, metodológico; (3) o terceiro debate, entre neorrealistas e neoliberais, é percebido enquanto teórico; e, (4) contemporâneo ao terceiro debate, o quarto seria epistemológico, entre racionalistas e reflexivistas. A partir desta perspectiva, a primeira parte deste capítulo estaria situada no que se entende pelo “último Grande Debate”, o qual, a partir de Lake (2013), pode ser entendido (dentre outras perspectivas) enquanto um debate entre Neorrealistas, Neoliberais e Construtivistas: “a fourth debate occurring in the 1980s between neorealism, neoliberalism, and constructivism (Wæver, 1996).”(p. 570).

Percebe-se, a partir disso, a crítica à divisão das RI em ‘Grandes Debates’, e defesa de abordagens ecléticas enfocadas em problemas (LAKE, 2013). Todavia, pretende-se abordar nesta primeira parte o debate neorrealista-neoliberal-construtivista, afim de entendimento das limitações das teorias racionalistas, para que enfim se possa abordar as teorias construtivistas que têm dedicado esforços em “forjar uma síntese estruturada entre teoria racionalista e sociológica” (MORAVCSIK, 2003, p. 203).

O construtivismo surge nos debates de Relações Internacionais introduzindo reflexões no campo da metateoria, em uma área onde as discussões estavam focadas em níveis de análise, como apontado por Guzzini (2000), “[c]onstructivism combines many old hats with a willingness to challenge the scientific project of Mainstream International Relations, in particular in the version which became dominant in the 1980s” (p. 156). Para isso, o entendimento das premissas das principais correntes das Relações Internacionais no final do século XX se torna crucial: o Neorrealismo Walziano (denominado por Kenneth Waltz como

realismo estrutural) (1979) e o Neoliberalismo (também denominado internacionalismo liberal), que tem em Robert Keohane (1984) como um de seus principais representantes.

Seguindo o preceito da racionalidade enquanto necessária para a análise das ações humanas, a Teoria da Escolha Racional têm sua origem na economia, com base em cálculos de custo-benefício e constrangimentos materiais, excluindo-se preceitos normativos e variáveis exógenas, como as emoções. Em outras palavras, postula que “as escolhas feitas pelos agentes devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles” (FEREJOHN e PASQUINO, 2001, p.5).

O behaviorismo sendo considerado o grande ‘ganhador’ do debate metodológico, ajudou a estabelecer os possíveis ‘ganhadores’ dos debates posteriores. Dessa forma, as abordagens que se estabelecem enquanto dominantes nos debates das Relações Internacionais adotam preceitos materialistas e individualistas (WENDT, 1999). Waltz desenvolve a premissa de que o Sistema Internacional é anárquico, uma vez que não há uma ordem imposta ou uma única autoridade, e portanto, os Estados são movidos pelo auto interesse e a necessidade de sobrevivência. Os Estados seriam “caixas pretas”, e a estrutura do Sistema Internacional e sua configuração de poder geram constrangimentos às ações dos Estados. A resposta, assim, seria sempre dada de forma semelhante e racional, buscando a maximização de poder (entendido por essa perspectiva enquanto material e militar). Robert Keohane e Joseph Nye (1972), por sua vez, estabelecem a interdependência complexa enquanto premissa para a cooperação, mesmo em um ambiente internacional anárquico. O auto interesse e a centralidade do Estado enquanto ator na Política Internacional não são contestados, mas mudam-se as perspectivas quanto aos interesses: partir da interdependência, os interesses podem ser comuns (KEOHANE, 1970).

Ambas adotam as premissas da teoria microeconômica da escolha racional onde (1) atores são racionais, “capable of establishing the most effective and efficient way to realize their interests within the environmental constraints they encounter” (REUS-SMIT, 2013, p. 216). Dessa forma, buscam satisfazer seus próprios interesses, sendo considerados “atomistas”; (2) não há o foco no ambiente social e nas relações sociais para entendimento dos atores, nem esclarecimento da formação de seus interesses; dessa forma: não há curiosidade em entender a formação dos interesses Estatais, estas seriam predeterminadas às

interações sociais. Waltz (1979) até mesmo denomina os Estados enquanto “defensive positionalists” ou “rational egoists”.

Dessa forma, as duas perspectivas pressupõem a Anarquia, o auto interesse e a centralidade do Estado enquanto ator na política internacional, ao mesmo tempo em que enfocam as determinações estruturais. Suas distinções, portanto, se encontram em suas próprias denominações: os neoliberais entendem o “Sistema Internacional” neorrealista enquanto uma Sociedade Internacional feita de Estados Soberanos. Essas perspectivas distintas revelam o ceticismo ou a crença na Cooperação Internacional, a partir da diferença entre possibilidades de cooperação (ganhos relativos para o neorrealismo, ou ganhos absolutos para neoliberalismo), como colocado por Alexander Wendt (1999):

The fact that Neorealists and Neoliberals agree on so much has contributed to progress in their conversation, but has also substantially narrowed it. At times the debate seems to come down to no more than a discussion about the frequency with which states pursue relative rather than absolute gains (p. 3).

Simultaneamente ao desenvolvimento de perspectivas que se utilizam da teoria racional, foram produzidas críticas epistemológicas, metodológicas, ontológicas e normativas à ela. Isso porque essas perspectivas entendem as relações sociais enquanto meramente espaços estratégicos, e não enquanto formadoras de interesses. Além disso, autores como Robert Cox (1987) desenvolvem críticas perduráveis sobre a relação entre poder e conhecimento, e entre teoria e prática. As críticas ao realismo enquanto perspectiva hegemônicas nas RI se estabelecem a partir de visões alternativas à essa - que muitas vezes não eram consideradas enquanto legítimas - ao mesmo tempo em que essa perspectiva hegemônica, que se autodefinia neutra e racional, influenciava diretamente os tomadores de decisão e o “policy making” (REUS-SMIT, 2013). Dessa forma, a partir de uma abordagem interpretativista, estas novas perspectivas argumentam que interesses são formados por interações sociais e, portanto, intersubjetivos e/ou construídos socialmente.

A partir disso se estabelece a crítica do construtivismo à visão ontológica do realismo. Em distinção às perspectivas racionalistas. Para o construtivismo: (1) os atores não são atomistas, e sim intrinsecamente sociais - suas identidades, e consequentemente seus interesses se estabelecem a partir do meio social no qual estão inseridos (ideias, valores e normas institucionalizadas); (2) interesses são consequentemente determinados a partir de interações sociais; e (2) a sociedade não é um espaço estratégico de atuação, e sim de

constituição social dos atores. Dessa forma, as análises construtivistas diferem-se da perspectiva realista justamente por não adotarem pressupostos ontológicos, priorizando o entendimento de que processos sociais e políticos são construções históricas, reais, formadores de estruturas, porém não essencialmente estáticos e imutáveis.

2.1.1. A Crítica Construtivista

O advento do construtivismo na disciplina é dado como parte da delimitação de um “debate triangular” com o neoliberalismo e o neorrealismo (WENDT, 1999), - interpretando problemas da Política Internacional que não eram suficientemente explicados por ambas as perspectivas, a partir de visões alternativas (REUS-SMIT, 2013). O construtivismo é inaugurado nas Relações Internacionais enquanto perspectiva teórica e crítica ontológica, instigado pela reconstrução do debate agente-estrutura que estava sendo introduzido nas Ciências Sociais por teóricos como Anthony Giddens (1984) e Pierre Bourdieu, a partir de uma “dupla hermenêutica” (GIDDENS, 1984), perspectiva dupla de interpretação e entendimento da realidade social: “constructivism is perhaps best understood by distinguishing its position on the level of observation, the level of action proper, and the relationship between these two levels”(GUZZINI, 2000). Da mesma forma, o construtivismo também é percebido enquanto um desdobramento da Teoria Crítica das Relações Internacionais, pela adoção de algumas de suas principais críticas em relação à Política Internacional e à Teoria das Relações Internacionais (REUS-SMIT, 2013). Essa nova abordagem construtivista para as RI desafia as concepções positivistas dos teóricos racionalistas (realismo estrutural/interdependência complexa) e se estabelece em diálogo com as teorias críticas no que se refere às suas críticas meta-teóricas, da mesma forma em que pretende abordar enfoques também em análises empíricas e sistemáticas.

O construtivismo, desta maneira, se estabelece enquanto uma crítica ontológica e posição epistemológica: de construção social do conhecimento, e construção social da realidade (GUZZINI, 2000). Assim, a perspectiva construtivista é adotada enquanto meta-teoria: “a social construction of meaning (including knowledge), and of the construction of social reality” (ibidem, p.149). Além disso, entende-se enquanto parte de um processo

histórico com características específicas, como a crítica à modernidade (‘modernidade reflexiva’; sem necessariamente deixá-la). Para além da materialidade de ações estratégicas, ideias também impactam processos políticos. Além disso, um contexto histórico está diretamente relacionado a um apoio institucional para efetivar ideias, o que distingue o construtivismo de um idealismo simplório. A perspectiva construtivista entende a existência de um mundo lá fora a ser analisado, mas reivindica que sua construção é social e interpretativa.

If the present status quo was not inevitable or naturally given, the very world-view of Mainstream IR, its definition of politics, and consequently the ‘art of the possible’ to cope with it, are challenged. The ‘art of the possible’ is a central theme of the concept of power. Constructivism is part of a wider definition of the international political agenda. Metatheories do matter both empirically and politically. (GUZZINI, 2000, p.156)

Esse processo está diretamente relacionado à não-universalidade da realidade europeia e de sua ‘Sociedade Internacional’. Neste mesmo momento histórico, as Relações Internacionais também passam por um debate interno, o fim da Guerra Fria e o estabelecimento do ‘Terceiro Mundo’ (GUZZINI, 2000). Nesse sentido, quando Sundhya Pahuja expõe a relação direta entre Direito Internacional e Imperialismo discorre sobre o aparato institucional que sustentou essas ideias no Sistema Internacional, uma visão que trata das normativas internacionais como um “manto da legalidade” sobre o qual os povos colonizados foram submetidos ao imperialismo. O Direito Internacional estaria então historicamente ligado à corrupção do poder. Assim, as ações neo-coloniais são permitidas pelas instituições do direito internacional, uma vez que essas são moldadas para servir aos interesses de potências dominantes (PAHUJA, 2011).

Com relação as premissas do Construtivismo, apesar do reconhecimento de que existem “muitas formas de construtivismo” (WENDT, 1999, p. 1), o “poder heurístico” dessas concepções pode ser identificado a partir de três atributos comuns. Primeiro, a relação entre estruturas ideacionais e materiais, uma vez que as estruturas políticas e sociais são formadas por ideias, valores e crenças compartilhadas - tal como a economia capitalista mundial - e influenciam o comportamento dos atores. Wendt (1995) constata que “material resources only acquire meaning for human action through the structure of shared knowledge in which they are embedded” (p.73); E nas palavras de Guzzini (2000), “besides brute facts, there are some facts which exist only because we attribute a certain function or meaning to them” (p.160).

Segundo, têm-se a premissa de que identidades e interesses são socialmente construídos e dão sustentação para a ação política (WENDT, 1999). Identidades sociais e padrões de amizade e inimizade são formados a partir de estruturas ideacionais. A partir das identidades, as preferências se estabelecem: assim, se pretende entender como os interesses são construídos - e não tomá-los enquanto pré-estabelecidos antes das relações sociais. “Constructivists are not opposed to the idea that actors might be ‘self-interested’, but they argue that this tells us nothing unless we understand how actors define their ‘selves’ and how this informs their ‘interests’” (REUS-SMIT, 2013, p. 221), dessa forma, atores também são estabelecidos a partir da interação.

A terceira característica diz respeito à co-constituição entre agente e estrutura. A partir do que Christian Reus-Smit identifica como perspectiva “estruturacionista”, as estruturas são reconhecidas enquanto reais e necessárias de serem entendidas e explicadas, tanto quanto as práticas/interações que as mantêm - e que podem transformá-las. Reus-Smit também estabelece três mecanismos a partir dos quais as estruturas (ideacionais e normativas) moldam os interesses e identidades dos atores: imaginação, comunicação e restrições. Da primeira, as estruturas (ideacionais e normativas) moldam os interesses e identidades dos atores a partir da imaginação (“como eles pensam que deveriam agir”); da comunicação, utilizando-se em seus discursos de normas estabelecidas no sistema para justificar suas ações; e de constrangimentos, buscando nas normas estabelecidas justificativas para a ação (REUS-SMIT, 2013).

A disciplina de Relações Internacionais exige que as escolhas teóricas em relação à qualquer aspecto tenha alguma dimensão internacional, mas isso não determina a escolha das unidades, dos níveis de análise, ou agentes e estruturas nas quais eles estão inseridos (WENDT, 1999). O construtivismo é entendido por Wendt enquanto uma perspectiva idealista estrutural: onde não só a materialidade é necessária para a determinação das estruturas, mas também o compartilhamento de ideias que constroem interesses e identidades. Wendt justifica seu estadocentrismo a partir da concepção de que “states are still the primary medium through which the effects of other actors on the regulation of violence are channeled into the world system.” (Ibidem, p. 25).

Com relação ao Sistema Internacional, para o Realismo Estrutural, o Sistema Internacional se estabelece a partir da anarquia e de capacidades materiais. Para Guzzini (1998), a concepção materialista de Waltz sobre a política limita seu entendimento sobre o ambiente internacional. A teoria da interdependência complexa, por outro lado, além de considerar as capacidades materiais também leva o institucionalismo em consideração. Para o construtivismo de Wendt, a anarquia do Sistema Internacional é considerada como tal não em termos materiais e apriorísticos, mas em termos culturais, posicionando-o de maneira distinta à perspectiva de Waltz sobre o SI. Nesse caso, “a anarquia é o que os Estados fazem dela” (WENDT, 1992). Isto é, o Sistema Internacional, neste momento histórico, é anárquico, porque se estabelece a partir de uma cultura internalizada pelos Estados.¹ Ao teorizar três possíveis culturas de anarquia e níveis de internalização, bem como variáveis a partir das quais os Estados transformam suas identidades, o valor da adoção de algumas perspectivas desenvolvidas por Wendt neste trabalho estão relacionada às possibilidades teóricas de sua posição ontológica, que permite a interdisciplinaridade. Da mesma forma, há a consideração aos fatores domésticos, em nível analítico, para a compreensão dessa cultura de anarquia: como ela se estabelece, se mantém, e como pode, futuramente (mas não facilmente) transformar-se: o Sistema Internacional é anárquico porque os Estados são auto interessados e egoístas, e dessa forma a anarquia é um sistema de auto-ajuda.

Wendt é de fato significativo na introdução do construtivismo nos debates mainstream das RI, porém, sua perspectiva não foi adotada com unanimidade pelos teóricos que introduziram a perspectiva construtivista nas Relações Internacionais, Friedrich Kratochwill (1989) e Nicholas Onuf (1989), nem para os posteriores (GUZZINI e LEANDER, 2006). A estrutura internacional é entendida enquanto uma estrutura social, mas enquanto Wendt reconhece a anarquia, Onuf critica esse pressuposto e propõe a substituição do conceito de anarquia por heteronomia - onde os atores do sistema não são autônomos e as relações entre eles são profundamente assimétricas (ONUF e KLINK, 1989). Na perspectiva adotada por este trabalho, basta o entendimento de que o Sistema Internacional é construído socialmente

¹ Wendt discorre sobre conhecimentos compartilhados entre esses Estados, estabelecendo concepções de cultura internacional. Seriam três culturas: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, onde os atores podem se perceber, respectivamente, como inimigos, rivais e amigos. Essas culturas são internalizadas em graus de sociedade diferentes. A razão dos atores em obedecer às normas de uma cultura poderia se dar pela força, pelo cálculo interessado ou pela legitimidade, estando essa última relacionada com formação de identidade.

pela prática dos agentes; e de que os agentes são construídos a partir das práticas interacionais em comunidades.

A perspectiva de Wendt também estabelece as relações entre Estado e Sociedade enquanto presentes na formação das estruturas Estatais; nas quais a construção estatal antecede o sistema (WENDT, 1999, p.197-8). Mas, ao propor uma teoria sistêmica e estabelecer o Estado enquanto unidade de nível de análise, Wendt negligencia o nível doméstico. Entende-se a afirmação de Wendt de que ainda há a necessidade de teorias sobre o sistema de Estados, mas outros caminhos que se utilizem de novos níveis de análise - como a política doméstica - e novas unidades de análise se faz igualmente importante. Dessa forma, encontra-se uma perspectiva que complexifica abordagens que pretendem distinguir níveis de análise de forma simplificada, a partir da crítica à como âmbito internacional é caracterizado e como a divisão dualista entre o interno e externo é estabelecida (que será abordada de forma no item 2.3)

No que tange a perspectiva construtivista sobre o poder, cabe ressaltar que análises de poder podem estar relacionadas com diversas abordagens, tal como o que se entende por ‘poder’ pode ser estabelecido por perspectivas distintas (BECKLEY, 2018). O poder é necessariamente entendido a partir de uma perspectiva relacional (DAHL, 1957), mas esse pressuposto por si só permite a realização de diversas ‘teorias do poder’, que podem chegar a conclusões distintas. De qualquer forma, é necessário discutir os modelos de cálculo de poder, uma vez que estes afetam a percepção sobre a realidade e a percepção de ameaças. Somente a compreensão das capacidades não se faz suficiente quando se pretende entender: Que ordem elas constroem? Que hierarquias de poder eles legitimam? Que estruturas de poder eles estabelecem? Guzzini (1993) percebe que “power analysis is about that link between agent capacities and systematic ruling and cannot be reduced to any of them” (p.477), e sendo assim, o conceito de anarquia e a perspectiva waltziana não se fazem suficientes para o entendimento do poder no sistema – conforme uma perspectiva construtivista.

Como já demonstrado, Guzzini (2000) posiciona o construtivismo enquanto metateoria necessária para as reflexões ontológicas e epistemológicas das Relações Internacionais. O autor entende que as análises de poder nas RI passaram por uma ‘virada’ na década de 1980, e isso se relaciona com a perspectivas construtivistas. Portanto, o estudo do

poder social deve ser incorporado em análises construtivistas que pretendem não apenas estudar a possibilidade de ação, mas "inclui alguns componentes socialmente densos como o habitus" (p.169). O autor se utiliza de Pierre Bourdieu e de sua teoria sobre o campo social para exemplificar uma abordagem social intersubjetiva. A partir dela, a cooperação pode ser vista não enquanto uma escolha racional, mas enquanto um “resultado das orientações dadas pelo habitus e pela estrutura do campo como um sistema de autorizações e punições”. (BOURDIEU 1981, p.14 apud GUZZINI, 2000, p.166) - dessa forma as estratégias e os próprios interesses dos atores não podem ser tomadas enquanto “dados” - como faz a teoria da escolha racional - mas sim enquanto parte de processos específicos que podem ser entendidos “apenas após uma análise prévia do próprio campo (ver Bourdieu, 1990)”(GUZZINI, 2000, p.166). Dessa forma, as abordagens construtivistas nas Relações Internacionais priorizam o entendimento da construção de agendas e decisões políticas - a partir dessa área de estudo.

Uma vez que o vínculo entre ordem social, ação coletiva e conhecimento é estabelecido, a conceituação de poder é fundamental para o entendimento de relações entre a observação e a ação. Guzzini discorre sobre a análise de poder intersubjetiva:

This approach is hence unable to conceive of an independent status of the structural level in intersubjectivist terms. Intersubjectivity is best understood through an analogy with language. Language does exist and cannot be reduced to the simple material support for communication (voice or other). It does not exist independently from its use, but its rules cannot be reduced to individual choices — language cannot be reduced to meanings that individuals attach to it. (...) Hence, languages are neither reducible to objective materialism, nor to subjective individualism — they are intersubjective. They exist in the shared meanings of their users and are reproduced through their practices. These practices, in turn, are patterned by the rules embodied in the language. In order to avoid individualist reductionism, structural change cannot be conceived as being the simple aggregation of individual action, but must be conceived as the open reproduction of intersubjective practices following rules on their own.(GUZZINI, 2000, p. 164)

A concepção de intersubjetividade se estabelece na crítica de entendimentos simples de produções, que enfocam em níveis de análises individuais e se utilizam do construtivismo:

The second misunderstanding consists in saying that constructivism is a form of pure voluntarism. It would imply that we can construct any social world, simply by wanting it. As the previous argument indicated, however, rules and norms guide the behaviour of actors, and they are intersubjective, not individual (Ibidem, p.155).

Dessa forma, a teoria também deve ser intersubjetiva e reflexiva, permitir repensar e problematizar a diferença observador-objeto, e permitir análises sociológicas da relação entre conhecimento e ordem social. Nesse caso o poder é crucial porque, se a construção social é

fundamental para o entendimento da realidade social, e pressupostos ‘naturais’ não são adotados, existem disputas de narrativas da própria realidade social que devem ser levadas em consideração na análise.

Diante dos debates teóricos de Relações Internacionais, expostos neste subcapítulo 2.1, é importante destacar que este trabalho dialoga com a perspectiva construtivista, porém, acrescenta outras discussões, que serão apresentadas a seguir, bem como, no capítulo dois.

2.2. DEBATES EM SEGURANÇA INTERNACIONAL

Além do debate sobre o Construtivismo nas Relações Internacionais, empreendido no subcapítulo anterior, as discussões sobre Segurança Internacional se mostram importantes para este trabalho. O período pós-Guerra Fria é um marco tanto para os debates em Teoria de Relações Internacionais - com ascensão de novas perspectivas teóricas - quanto em Segurança Internacional. Contextualizados historicamente, os estudos em Segurança Internacional se estabelecem após Segunda Guerra Mundial, em um processo de mudança conceitual em que a “segurança” (e consequentemente, a preocupação com ameaças externas e internas ao Estado) se torna central e seu estudo é incorporado enquanto um subcampo das Relações Internacionais. Da mesma forma, e assim como em decorrência destes debates, a definição sobre o que são os estudos de Segurança também entram em discussão: “‘Security’ is (...) about crucial political themes such as the state, authority, legitimacy, politics and sovereignty” (BUZAN e HANSEN, 2009, p.9). Apesar da contestação sobre o quê é Segurança e quais suas consequências, o termo ainda se estabelece enquanto conceito central porque “at an abstract level, most scholars within International Relations (IR) work with a definition of security that involves the alleviation of threats to cherished values” (WILLIAMS, 2008, p. 01).

Os estudos contemporâneos de Segurança Internacional têm se expandido nas últimas três décadas e se estabelecem a partir do entendimento de que a agenda de Segurança é ampliada para além dos setores político-militares (BUZAN e HANSEN, 2009), assim como a perspectiva de que as dinâmicas de Segurança ultrapassam a unicidade do Estado (enquanto

ator ou objeto referente) e as relações interestatais (WILLIAMS, 2008). A partir da compreensão político-militar tradicional, “segurança é sobre sobrevivência”: quando algo é apresentado como ameaça a algo relevante para as relações sociais, essa ameaça justifica a utilização de ações emergenciais que na maioria das vezes envolvem o uso da força. Com a ampliação da agenda, as ameaças existenciais e as medidas de emergência variam entre diferentes setores, uma situação de segurança/insegurança é definida em relação às vulnerabilidades (internas ou externas) que ameacem as estruturas de um ator (geralmente o Estado e seu regime político, mas não somente). Assim, quando um ator designa uma ameaça existencial como um problema que necessita de uma ação emergencial, constrói a justificativa dessa necessidade de ação em defesa de um objeto a ser protegido (BUZAN et al, 1998).

Enquanto as raízes dos estudos de Segurança estão muito interligadas com as Relações Internacionais, é necessário entendê-los enquanto fronteiriços à diversas disciplinas, como possíveis de engajamentos particulares com outras áreas (WILLIAMS, 2008; BUZAN e HANSEN, 2009). A partir desse entendimento, Williams (2008) indica uma série de questões que tangem as pesquisas em segurança: O que é segurança? De quem é a segurança de que estamos falando? O que conta como um problema de segurança? Como a segurança pode ser alcançada? As respostas para estas perguntas serão distintas em relação às perspectivas epistemológicas, ontológicas e metodológicas adotadas e a partir disto serão determinadas algumas escolhas de investigação. Em complemento à isso, Buzan e Hansen (2009) também estabelecem questões importantes para a classificação dos Estudos de Segurança e sua relação com entendimentos teóricos e políticos quanto ao (1) objeto referente a ser protegido da insegurança, à (2) importância de ameaças internas ou externas para as dinâmicas de segurança, à (3) expansão (ou não) dos Setores de Segurança para além do militar-materialista e ao (4) entendimento de Segurança enquanto intrinsecamente relacionada com o caráter urgente de medidas relacionadas com ameaças e perigo.

Além disso, se faz crucial a crítica quanto ao caráter ocidental, tanto das Teorias de Relações Internacionais quanto aos Estudos de Segurança tradicionais, uma vez em que suas produções são feitas muitas vezes enquanto “guias” para estes governos, e escritas por teóricos que vivenciam e preocupam-se em analisar dinâmicas essencialmente ocidentais:

The huge inequalities of power and influence that exist across individuals and groups in contemporary world politics raise significant methodological issues for students of security. Should we focus on the agendas of the powerful or the

powerless or both? And where should an analyst's priorities lie if these agendas conflict with one another, as they almost always do? (WILLIAMS, 2008, p.8).

Questions that concerned local and internal wars, not to mention non-military security issues, simply did not register with the mainstream of the field (Barkawi and Laffey, 2006). Moreover, ISS is by birth an Anglo-American discipline which has been based on a Western conception of the state. This conception has arguably limited empirical and political relevance for major parts of the non-Western world, where the drawing of colonial boundaries irrespective of local communities and allegiances has produced a radically different set of political, economic and cultural structures (Ayoob, 1984; Krause, 1996; Bilgin, 2008).” (BUZAN e HANSEN, 2009, p. 19)

Esses questionamentos também movem, em grande medida, esta pesquisa, e são o que a insere enquanto parte dos debates em Segurança Internacional. Dessa forma, as próximas páginas apresentam os setores de segurança e a Teoria da Securitização.

2.2.1. Setores de Segurança

A preferência por uma agenda de Segurança ampla e multisetorial é uma das diferenças chaves da perspectiva de Segurança da Escola de Copenhague² e das Abordagens Tradicionais de Segurança Internacional, “pursuing the wider security agenda requires giving very careful thought to what is meant by security and applying that understanding to a range of dynamics, some of which are fundamentally different from military-political ones” (BUZAN et al, 1997, p.195). A Escola de Copenhague estabelece setores onde podem-se identificar interações de Segurança distintas e específicas, que envolvem não só agendas clássicas (militar e políticas) como também questões securitárias sobre economia, sociedade e ambiente.

O Estado permanece enquanto principal objeto de referência no setor militar, por estar intrinsecamente interligado com os Estudos de Segurança Tradicionais. No setor político são

² Denominada enquanto “Escola de Copenhague”, essa escola teórica se estabelece a partir dos anos 1990 a partir de publicações focadas nos processos de segurança da Europa, por pensadores que eram parte do Copenhagen Peace Research Institute (COPRI). Seu desenvolvimento teórico não está enfocado tanto nos interesses e na Segurança Internacional da forma como estes são estabelecidos pelos estudos de segurança de escolas dos Estados Unidos, e propõem-se refletir de uma forma crítica à esses processos, relacionando-se com abordagens consideradas menos tradicionais de segurança na época, como o construtivismo. Seus teóricos mais conhecidos são Barry Buzan e Ole Wæver.

princípios constitutivos do Estado o que deve ser protegido, como soberania, sistemas de governo e ideologia, estando estes relacionados com legitimidade, estabilidade, reconhecimento e autoridade. As economias nacionais são mais facilmente identificadas no setor econômico, enquanto objetos referentes, e as dinâmicas podem se dar a partir de relações de troca e produção. No setor social, as identidades coletivas são tidas como objetos referentes, uma vez que "the abilities to maintain and reproduce a language, a set of behavioral customs, or a conception of ethnic purity can all be cast in terms of survival" (BUZAN et al, 1998, p.23). No setor ambiental, os objetos referentes tendem a ser diversos em possibilidade, como a sobrevivência de determinadas espécies e de habitats naturais, a situação climática do planeta e a biosfera. Entretanto, a utilização de setores para entendimento dos debates na disciplina possui essencialmente propósito analítico, uma vez em que as interações não são necessariamente independentes, e "relations of coercion do not exist apart from relations of exchange, authority, identity, or environment. Sectors might identify distinctive patterns, but they remain inseparable parts of complex wholes" (Ibidem, p.8).

Além dos setores, os autores estabelecem cinco níveis a serem analisados em enfoques teóricos: (1) o internacional, que é o mais amplo, diz respeito ao sistema internacional enquanto um todo; (2) dos subsistemas, que tendem a estar localizados em espaços regionais³; (3) os Estados, nações e empresas internacionais podem ser considerados atores unitários enquanto nível de análise; (4) o nível sub-unitário que é composto de grupos de indivíduos organizados dentro das unidades, como as burocracias; e por fim, (5) o individual.

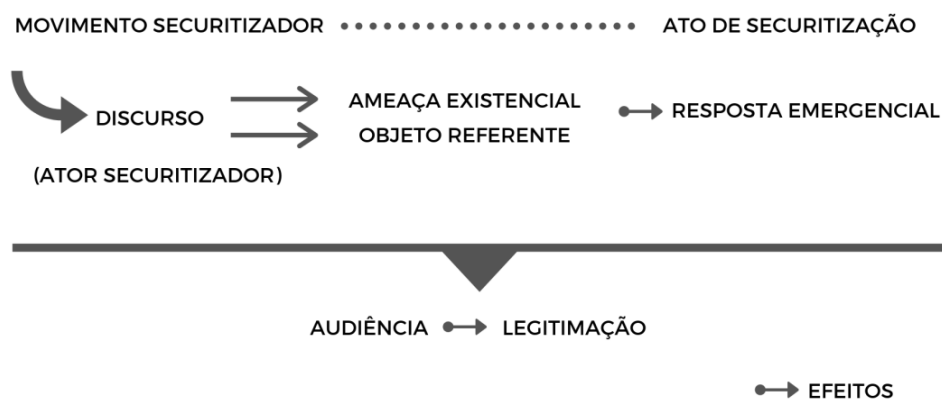
2.2.2. Teoria da Securitização

Partindo também da Escola de Copenhague, a Teoria da Securitização não toma de partida um pressuposto ontológico, e aborda o processo de construção de discursos que propõem respostas para os problemas de segurança, geralmente envolvendo respostas de

³ Outra grande contribuição de Buzan e Waever (2003) é a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Como meio termo entre os níveis domésticos e globais, o nível regional é demonstrado enquanto fundamental para o entendimento das dinâmicas de interdependência entre os Estados, bem como de suas próprias dinâmicas de segurança.

exceção. Buzan, Waever e Wilde (1998) reconhecem o processo de securitização como intersubjetivo e construído socialmente, bem como um ato de discurso. O movimento de securitização é um ato de discurso/fala, que está diretamente relacionado com entendimentos intersubjetivos e compartilhado sobre segurança, e que precisa convencer uma audiência para se concretizar. Por isso, a securitização é intersubjetiva e construída socialmente. Essa abordagem participa da inovação nos estudos de segurança, uma vez em que estabelece posições estatocêntricas como não-predeterminadas e os objetos referentes enquanto unidades constituídas socialmente. Assim, a Teoria da Securitização sustenta que temas de Segurança são construídos como tais não a partir do reconhecimento de ameaças, mas a partir dos próprios atos de securitização, "defining security as a self-referential praxis" (Ibidem, p. 204).

Figura 1 – Representação simplificada de um Processo de Securitização



Fonte: BUZAN et al, 1998; Elaboração Própria.

O processo de securitização/estabelecimento de uma ameaça não é objetivo, e sim determinado pelos atores, ao mesmo tempo que não pode ser apenas subjetivo, porque não dependendo apenas de um indivíduo, é um processo social - "intersubjective and socially constructed" (ibidem, p. 31). A definição de Segurança envolve atores em posições de poder para fazê-la, "in a concrete analysis, however, it is important to be specific about who is more or less privileged in articulating security".

A partir disso, os assuntos podem ser entendidos em um espectro que parte da não-politização à securitização. Um tema não-politizado não faz parte do debate público nem de políticas de governo, enquanto um problema politizado se estabelece enquanto tal, e um

problema securitizado é tratado como uma “ameaça existencial” que requer ações extremas. A securitização pode ser interpretada enquanto intensificação da politização, bem como oposição à esta: enquanto a politização está relacionada com o debate público a partir dos procedimentos normais de política para resolução do problema, a securitização não passa pelo debate público, requer medidas emergenciais. Além disso, a dessecuritização seria um processo de retirada de uma problemática da esfera de Segurança e reintegração à esfera política (WAEVER, 1995).

Silva e Pereira (2019) apresentam uma etapa transitória entre a politização e a securitização, um momento “em processo de securitização”, durante o qual existe um problema reconhecido enquanto ameaça, possível de ser identificado no discurso do ator securitizador e em que há a instauração de mecanismos para a ação, mas não se percebe a materialização dos atos de emergência. A utilização dessa etapa é um recurso metodológico e colabora, desta forma, com o fomento de pesquisas empíricas relacionadas à Teoria da Securitização que visam certificar-se quanto a efetivação da securitização.

Adotando objetivo semelhante de solidificar as possibilidades de pesquisas empíricas sobre a Teoria da Securitização, Uriel Abulof (2014) cunha o conceito de securitização profunda (deep securitization), re-analisando a ideia de discurso enquanto movimento de securitização. A securitização profunda se estabelece quando o objeto referente está em constante risco de prováveis ameaças - a partir do discurso. Assim o seu escopo e sua escala se tornam relativamente diferentes da securitização como é entendida de forma tradicional. O autor utiliza-se das dinâmicas de Segurança do Estado de Israel enquanto exemplo empírico dessa característica, “under deep securitization”. Entende-se que uma vez que o processo de politização se relaciona diretamente com a sobrevivência do Estado/Nação, a divisão politização/securitização se torna ambígua, assim, “to politicize is to securitize”.

É preciso estabelecer a distinção entre o movimento de securitização e a securitização bem sucedida. O primeiro é estabelecido quando se apresenta uma ameaça existencial, na qual pretende-se combater a partir de medidas extraordinárias. Esse movimento se estabelece a partir do discurso, Buzan, Waever e Wilde (1998) o denominam enquanto “ato de segurança”. A securitização do problema é estabelecida de fato quando há a aceitação/legitimação por parte de uma audiência: quando há entendimento compartilhado e consentimento. Dessa forma, uma securitização bem-sucedida requer uma ameaça existencial, seguida por uma ação

emergencial que provoca efeitos nas relações entre unidades, consequentes da quebra de regras. A partir disso, se entende a existência de uma retórica da securitização: a de sobrevivência e prioridade de ação. Para um movimento de securitização ser bem sucedido, ele precisa de condições facilitadoras para o “ato de fala securitizador”, o que os autores denominam como condições internas e externas. Isso seria, respectivamente, uma combinação de características: (1) de linguagem (seguir as regras do ato, “the grammar of security”) e (2) contextuais/sociais, relacionadas à posição de autoridade e características facilitadoras (ou impedoras) da securitização da ameaça.

2.2.3. A Sociologia Política Internacional e as discussões sobre Insecuritização

As perspectivas da Sociologia Política Internacional (SPI), complexificam a Teoria da Securitização para entendimento também das consequências internas para as sociedades envolvidas nesse processo. A abordagem da SPI tem na Escola de Copenhague uma de suas bases, e abraça o entendimento de dinâmicas de Segurança a partir de processos de securitização, enfocando no significado do conceito de Segurança e em suas consequências. Sua reformulação inclui o conceito de (in)securitização como chave para entendimento dos processos/produção de segurança e insegurança (BIGO, 2008):

Security is about legitimacy and involves politics at the heart of its definition. Security meanings are then dependent on politics and on the legitimization strategies of dominant actors. The definition of what is security in relation to what is insecurity is a political struggle between the actors who have the capacity to declare with some authority whose security is important, whose security can be sacrificed, and why their own violence may be read as a form of protection when the violence of the others is seen as a form of aggression and sign of insecurity. (...) “It is also a critique of the normativity of many authors who jump from a definition of security (as positive) to a definition of insecurity (as negative), and then redefine security as its opposite (negative of the negative) as if it was possible to clearly oppose security to insecurity. In this move, insecurity is, for example, ‘terror’ or ‘threat’ or ‘fear’ or ‘risk’ or ‘unease’ depending on their disciplinary background . . . and security is the ‘contrary’: it is the struggle against, the freedom from. . . . But it is not sure at all that the rise of security practices, especially coercive ones, diminishes the insecurity practices. They are not communicating vessels. (p. 123-124)

Essa perspectiva, assim como diversas das produções construtivistas de Teoria das Relações Internacionais, se estabelece em contraste às literaturas que partem de perspectivas neorrealistas ou neoliberais, porém, vai além, ao questionar o ‘monopólio’ dos Estudos de Segurança pelas Relações Internacionais e Estudos Estratégicos. Bigo (2008) argumenta que sua abordagem construtivista é centrada a partir da sociologia e enfoca nos efeitos de processos de (in)securitização - ‘o que está em jogo quando há uma reivindicação de segurança’, e quais as consequências desses movimentos de Segurança para os atores envolvidos (tanto os securitizadores quanto os funcionais), para a audiência que o legitima, bem como para quem é estabelecido enquanto “ameaça” - “who are often victims of the practices of violence, surveillance and punishment taken in the name of protection and security” (BIGO, 2008, p.118).

Portanto, o subcapítulo 2.1 inseriu este trabalho nos debates Construtivistas, de forma complementar, o 2.2 o posicionou em diálogo com a Teoria da Securitização e com a perspectiva da Sociologia Política Internacional sobre Insecuritização. Dessa maneira, a próxima seção aborda com mais profundidade a ligação entre a securitização e a relação Estado-sociedade.

2.3. DISTINÇÃO ENTRE SEGURANÇA INTERNA-EXTERNA, RELAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE E GOVERNAMENTALIDADE

A fim de complementar a abordagem do primeiro capítulo deste trabalho, cabe trazer mais algumas contribuições da Sociologia Política Internacional. Ao questionar os limites do Estado e a distinção clara entre os ambientes intra-estatal e interestatal, a SPI critica pressupostos assumidos nas Relações Internacionais tradicionais. Dessa forma, as Relações Internacionais e o âmbito internacional são entendidos não só enquanto interestatais, mas constituídas também por problemáticas que tangem às sociedades (consideradas no limite “interno” do Estado). Assim, Bigo (2012) afirma que a Sociologia Política Internacional:

“É [...] uma forma de criar debates e tensões, politizando aquilo que veio a ser considerado e valorizado como verdade, senso comum, metodologia, técnica ou mesmo teoria em sociologia, antropologia, ciência política e Relações Internacionais. Para tanto, ao invés de fixar uma terminologia em um movimento

disciplinar, analisam-se os elementos de circulação e as múltiplas traduções entre as diferentes disciplinas (BIGO; WALKER, 2007; ALBERT; BUZAN, 2013).”(BIGO, 2013, p. 174)

A crítica à distinção entre Segurança externa e interna tem o objetivo de evidenciar como as dinâmicas de Segurança afetam processos ‘internos’ da sociedade. A partir dessa perspectiva, a dimensão internacional é interpretada a partir da pluralidade, permitindo propostas distintas, e reconhecendo que seus efeitos não são limitados às fronteiras (BIGO, 2002). Com base nisso, as dinâmicas de Segurança também não são identificadas enquanto limitadas à fronteira ou a níveis, como afirma Opitz (2012): “as atuais conclamações por segurança revelam simultaneamente descentralização, delimitação e multiplicação de estratégias de segurança entre jogadores sub-nacionais, nacionais e supranacionais” (p. 9).

Victor Coutinho Lage (2012) percebe a existência de diversas formas e espaços de integração na sociedade política, sendo esta amplamente heterogênea. O objetivo de problematizar a distinção entre o doméstico e o internacional é o de identificação de dinâmicas onde o Estado não consegue abarcar todos os mecanismos de poder, por isso, a importância de se conceber a sociedade civil como parte integrante de um sociedade política. Ao realizar uma ponte entre o construtivismo e Foucault, entende-se melhor as características da política e do poder na sociedade, além da própria formação da realidade na qual ela se insere. As condições de governo não estão necessariamente limitadas a um espaço físico, uma vez que o agente altera essas condições e essas, por sua vez, limitam a capacidade de agência dos mesmos. Portanto, o poder se caracteriza como a relação entre os agentes que estão inseridos nas condições de governo. “O construtivismo, conforme aqui apresentado, explicita os caminhos pelos quais as regras se institucionalizam e constituem condições de governo” (p. 161), dessa forma, identifica-se o caráter normatizador do poder, sobre a utilização de normas para disciplinar e regulamentar as relações na sociedade política.

A partir de Foucault, Sven Opitz (2012) oferece insights sobre como a governamentalidade liberal do Estado moderno permite práticas não-liberais, como a securitização. Existe uma racionalidade liberal que opera as condutas estatais e o seu exercício de poder - e limita a sociedade, estabelecendo “modos de “governo não-liberal” (p. 3). A partir disso, Opitz aprofunda discussões sobre o conceito de Segurança e sua lógica de funcionamento dentro de estudos da governamentalidade, entendendo as ingerências

governamentais a partir da Teoria da Securitização. A presença de uma cultura (liberal) do medo no exercício da governamentalidade permite com que discursos securitizadores sejam aceitos com mais facilidade pela audiência, associando “essa retórica específica da segurança a uma reinscrição da lógica do poder soberano na governamentalidade como uma prática liberal” (OPITZ, 2012, p. 6). Abordagens similares às de Opitz são desenvolvidas pela Escola de Paris e, conseqüentemente, pela Sociologia Política Internacional. De acordo com Bigo (2008), “the notion of security as peace and public order carried out by police forces was based on a more Foucauldian assessment of policing as a form of governmentality, and was less concerned with the notion of survival”(p. 127).

As práticas do Estado moderno invocam uma racionalidade política para institucionalização de medidas de segurança e, conseqüentemente, de condutas não-liberais, e dessa forma, “o domínio e as lógicas da política são moldados por invocações de segurança” (OPITZ, 2012, p. 10). Segundo a análise sobre os dispositivos de segurança da modernidade realizada por Foucault, a governamentalidade do liberalismo já se consolida enquanto limitadora da sociedade, e essa dinâmica seria uma característica necessária para o funcionamento da própria ordem política. Essa análise foucaultiana permite à Opitz o entendimento de que a racionalidade governamental é construída historicamente de uma forma em que possibilita práticas coercitivas. Existe um paradoxo entre governamentalidade liberal e práticas não-liberais (o que é chamado de ‘lógicas de intervenção e de não-intervenção do governo liberal’) que é explicado pelo autor, a partir da análise foucaultiana, enquanto concepções de segurança que ajudam a regulamentar o poder exercido pelo governo, a partir da racionalidade liberal. Nas palavras de Opitz, “problematizar a segurança das esferas de autorregulação marca o ponto de inflexão que propicia adentrar a relação paradoxal da não-intervenção e da intervenção no domínio liberal” (p.12), e dessa forma, esse paradoxo “é o mecanismo-chave da governamentalidade liberal” (Ibidem, p.13).

Historicamente, o Estado moderno se estabelece a partir de uma retórica de segurança. Charles Tilly (1996) desenvolve o argumento de que a criação do Estado é um processo violento, feito pela guerra, e a relação entre ambos (Estado e guerra) é intrínseca. Para além das disputas de fronteiras e territorialidade, a criação do modelo de Estado europeu também se relaciona diretamente com a extração de recursos para a guerra e a justificativa de estar protegendo as pessoas que estavam em seu território, e, portanto, com o processo de

acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo mercantil. A cobrança de tributos e a monopolização dos meios de violência formam parte das quatro principais atividades do Estado (war making, state making, protection and extraction), que são inter-relacionadas e dependem de seus meios de coerção. Dessa forma, a condição normal do Sistema Internacional se tornou a guerra, uma vez que este foi o fundamento local da criação estatal, estabelecendo assim uma relação entre as lógicas internas e externas.

A partir dessa construção explicitada por Tilly, pode-se ter o entendimento da porosidade das dinâmicas internas-externas. A lógica anárquica do Sistema Internacional de Estados é um processo europeu, “universalizado” paralelamente à expansão do estado moderno europeu, “decolonization simply completed that process by which existing states leagued to create new ones” (TILLY, 1996, p.185). No entanto, os Estados não europeus passam por constrangimentos em sua formação histórica, visto que não havia uma base social bem fundamentada para as organizações estatais, e estas organizações partem de uma lógica que é importada. A implementação do modelo de Estado europeu ao resto do mundo por meio da colonização traz consequências para os Estados do Terceiro Mundo. Azar e Moon (1988) enfatizam que as questões de segurança no Terceiro Mundo possuem grandes desafios na esfera que chamam de “Software” – a relação Estado-sociedade –, que envolve problemas de legitimidade, integração e capital político. Dessa forma, as dinâmicas de segurança no Terceiro Mundo são particulares e se relacionam diretamente com dinâmicas internas e desafios da relação entre Estado e sociedade (AYOOB, 1991)⁴.

Essas características de criação do Estado Moderno estão diretamente relacionada com a governamentalidade. A partir disso, a noção de segurança pode ser utilizada discursivamente e enquanto instrumento em momentos de conflito entre elites políticas e econômicas que se estabelecem no poder do Estado e reivindicam para si mesmos a responsabilidade de dizer o que é a ameaça ou não, e o que deve ser protegido ou não, “security is articulated only from a specific place, in an institutional voice, by elites” (WAEVER, 1995).

⁴ Ayoob desenvolve a perspectiva de Segurança Internacional para o Terceiro mundo, argumentando que, muitas vezes a dimensão militar não é a única a ser observada em questões de segurança desses Estados. Nesses casos, o papel da Segurança Nacional se relaciona com a “whole range of dimensions of a state's existence which are already taken care of in the more-developed states, especially those of the West” (AYOOB, 1991, p. 259).

Opitz (2012) se utiliza da Teoria da Securitização para entender como ela procede na governamentalidade e se torna importante para a análise desse exercício. Isso porque a TS levanta questionamentos sobre como as práticas de governamentalidade muitas vezes estão diretamente relacionadas com a de soberania, principalmente no que se refere à legitimação de práticas de poder. O autor estabelece três características que fazem com que a securitização se relacione com isso. Primeiro, os atos de securitização são nomeados enquanto “atos soberanos de exceção”, de forma que ele afirma que a securitização não é, como Waever afirma, separada da política normal, e sim uma possibilidade já prevista dentro da própria lógica de governamentalidade liberal. Ou seja, para o autor, a securitização já está pré-estabelecidas dentro do dispositivo de governamentalidade racional liberal. A segunda característica diz respeito ao que é chamado de “processos de subjetivação”, em que se reconhece que existem diversas possibilidades de objetos referentes a serem protegidos, mas geralmente a ameaça existencial é personificada. Não há a necessidade de tratar essa personificação do inimigo, da ameaça, do perigo, com as mesmas regras do “jogo liberal”. Assim, “situar os processos de securitização dentro de regimes governamentais possibilita compreender a sua base material em tecnologias de poder”(OPITZ, 2012p. 22). O discurso é importante para legitimar esse exercício a partir da governamentalidade, e são os instrumentos (tecnológicos) que o Estado possui que fazem com que eles possam se utilizar destes aparatos para perpetuar a securitização e efetuar atos securitizadores.

2.4. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Epistemologicamente, este trabalho adota uma perspectiva construtivista (enquanto alternativa ao neorrealismo e neoliberalismo na Teoria das Relações Internacionais), compartilhando da posição ontológica de Wendt sobre o Sistema de Estados e a construção social, e incluindo a concepção de Guzzini de que as perspectivas construtivistas precisam dialogar com análises de poder. O entendimento da estrutura do Sistema de Estados como intersubjetiva (WENDT, 1999), bem como do poder intersubjetivo (GUZZINI, 2000) estabelece a compreensão de que a Segurança Internacional, enquanto parte deste Sistema, também o seja. A Teoria da Securitização está próxima tanto da perspectiva wendtiana, por adotar um posicionamento holístico - “security is what units make of it” (BUZAN et al, 1998,

p.47) - bem como de análises discursivas, que oferecem ferramentas de análises de relações de poder.

Buzan, Waever e Wilde consideram a relação entre a Teoria da Securitização e os Estudos Críticos de Segurança Internacional enquanto complementares: “is can do what we voluntarily abstain from, and we can do what it is unable to: understand the mechanisms of securitization while keeping a distance from security - that is, not assuming that security is good to be spread to even more sectors (BUZAN et al, 1998, p.35)”. Dessa forma, esse trabalho pretende o diálogo entre ambas perspectivas, buscando entender os mecanismos/processo de securitização (e insecurity) e oferecer, ao mesmo tempo, um entendimento crítico desse processo a partir de perspectivas feministas e descoloniais (que serão debatidas no próximo capítulo), assumindo que a expansão dos Setores de Segurança não seria benéfica quando os agentes envolvidos no processo são mulheres, ou outros grupos sociais participantes da sociedade política.

A distinção entre ambiente interno e externo não é limitada por fronteiras quando se tratam de relações entre política e poder na sociedade, visto isso, o conceito de insecurity também se faz importante para a análise que pretende-se realizar neste trabalho, cunhado por Didier Bigo e pela SPI a partir de premissas da Escola de Copenhague, trata os processos de securitização enquanto continuamente acompanhados de processos de (in)security. A Escola de Copenhague e a Sociologia Política Internacional compartilham das mesmas perguntas, relacionadas à importância dos contextos e dos atores envolvidos no processo de securitização: Quais são condições do processo? Quem tem o poder de realizar o movimento de securitização e dar a resposta emergencial? Sobre quem é possível de convencer a audiência a considerar válidas ações coercitivas, e quais são suas consequências? (WAEVER, 1995; BIGO, 2008)⁵

Para o estudo de caso da securitização de Milagro Sala e da Organização Tupac Amaru, leva-se em consideração o processo que se constrói desde a não-politização até a

⁵ Nas palavras de Bigo (2008): “So the key question is: For whom does an issue become a security issue and in relation to whom? ‘Security’ is then dialogical. It is an intersubjective process. It supposes an enunciator of discourse where ‘security’ is a self-referential practice, because it is in this practice of speech act that the issue becomes a security issue, not necessarily because there is a real existential threat, but because the issue is presented by the authorities naming it as such a threat.” (p. 125)

securitização (ou até a securitização profunda), bem como as condições de securitização, de forma em que se entenda como o processo foi estabelecido, e se existiam regras e uma ‘gramática da segurança’ a serem seguidas. Assim, também importa a compreensão sobre a partir de qual setor a securitização de movimentos sociais se insere: o político, ou o social?⁶ Nessa perspectiva, a análise recorre de certa forma ao estadocentrismo, uma vez em que a soberania é o que fornece a legitimidade para securitizar. A posição de autoridade do governador de Jujuy, nesse caso, permite o “capital social” deste enquanto ator securitizador.

É exato que perspectivas que se utilizam da Teoria da Escolha Racional afirmam estarem focadas na análise da realidade social, e não na prática da realidade social. Porém, pretende-se levar em consideração a crítica feita por Cox às teorias de solução de problemas das Relações Internacionais, bem como a própria perspectiva foucaultiana de relação entre poder e conhecimento - a partir disso, essas duas perspectivas (a teoria e a prática) se retroalimentam. Visto isso, as críticas ‘reflexivistas’ não precisam questionar totalmente a capacidade explicativa de perspectivas das RI e de segurança que partem dessa mesma racionalidade (o construtivismo não nega análises que enfocam na materialidade, mas as entende enquanto insuficientes), mas perceber que não adotá-las inteiramente é, além de uma opção teórica, também política. Além disso, se reconhece que existem diálogos a serem realizados entre perspectivas foucaultianas e a Teoria da Securitização.

Para finalizar este capítulo, necessita-se mencionar a circunstância de que ambas a Teoria da Securitização e a Sociologia Política Internacional são claramente pensadas a partir de/para a realidade européia (BUZAN et al, 1999; BIGO, 2009). Estudos descoloniais, por sua vez, têm investido em Análises Críticas de Discurso para investigação dos marcadores da colonialidade (CALDERON E GUEDES, 2016). A utilização da Análise Crítica de Discurso neste trabalho será pautada no entendimento de que os discursos de Segurança e atuação Estatal, bem como a utilização de perspectivas feministas e descoloniais, se estabelecem a partir da realidade específica latinoamericana. Como Buzan e Hansen (2008) bem estabelecem, os estudos de Segurança Internacional também possuem essa "história de viés anglocêntrico (e militar e patriarcal)"(p.19). Dessa forma, esforços serão feitos para superar essas limitações teóricas no desenvolvimento do próximo capítulo.

⁶ “Prominent applications of the framework, then, include the ways in which Western political leaders have characterized a particular issue as an existential threat both to the sovereignty of the state and the national identity and cohesion of the nation.” (MCDONALD, p.70)

3 GÊNERO, FEMINISMO E DESCOLONIALIDADE: UM DIÁLOGO COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A afirmação de Robert Cox de que toda a teoria serve para algum propósito é compartilhada pelas teóricas feministas de Relações Internacionais. Compreende-se, a partir disto, a existência de uma ordem mundial, construída socialmente, que reproduz relações hierárquicas de gênero, e a partir disso, se adota uma perspectiva crítica quanto a esta ordem e seus discursos dominantes - pretendendo-se não somente entender estas questões, mas também pensar-se ações estratégicas para superá-las. Adotar uma perspectiva feminista e descolonial é, além de uma escolha teórica, um entendimento político de que relações de poder perpassa a construção do conhecimento, e portanto, a adoção de outras lentes para a análise e para o diálogo entre perspectivas críticas, que não corroboram com uma suposta neutralidade científica, mas com a transparência de decisões teóricas e metodológicas (HARDING, 1991). Entende-se que “adotar um ponto de vista feminista na verdade fortalece os padrões de objetividade” (TICKNER, 1997, p. 622, tradução nossa; HARDING, 1991). Assim, existem dois trabalhos feitos pelas teorias feministas nas RI: desconstruir e reconstruir, entendendo-se que as teorias feministas nas Relações Internacionais possuem o papel não só de desconstruir pressupostos centrais e expor suas dimensões de gênero como também reconstruir conceitos e teorias que levem em consideração essas mesmas dimensões (PETERSON, 1992).

Desta forma, este capítulo tem como objetivo iniciar duas pontes de diálogo: a primeira, entre a Escola de Copenhague e Estudos Feministas de Segurança Internacional (3.1); e a segunda, entre perspectivas feministas de segurança e as perspectivas feministas descoloniais (3.2). Assim como outras produções críticas da área de Relações Internacional estabelecem diálogos com outras disciplinas das Humanidades e das Ciências Sociais, da mesma forma, utilizam-se conceitos e perspectivas de áreas como Sociologia e da Antropologia, pretendendo-se ampliar a possibilidade de análise à partir de conceitos que não são tradicionais para estudos de Segurança Internacional, como o de Interseccionalidade e o de Corpo Colonial, para que em virtude disso sejam superadas limitações teóricas da securitização para o estudo do caso escolhido, que aborda a participação política de mulheres indígenas e o exercício de poder estatal.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: A primeira parte explora o gênero enquanto categoria de análise para as Relações Internacionais, abrangendo os Estudos de Segurança, as concepções feministas de Estado e suas abordagens para a Teoria da Securitização (3.1). A segunda parte introduz algumas contribuições do pós-colonialismo e do feminismo descolonial que auxiliam na reflexão sobre as dinâmicas de poder do Sistema de Estados, abordando os conceitos de interseccionalidade e corpo colonial para maior compreensão da relação entre participação política de mulheres racializadas e a construção de ameaça (3.2).

3.1. GÊNERO, FEMINISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os teóricos clássicos de Relações Internacionais afirmam que as análises de gênero não se referem à Política Internacional, e sim, à relações interpessoais entre homens e mulheres; e entendem enquanto “ameaça” questionamentos quanto às suposições masculinas que são feitas em relação às perspectivas convencionais existentes na área (TICKNER, 1997). A perspectiva realista (e também a neoliberal) é baseada em um ambiente internacional anárquico, onde operam Estados unitários. A teoria feminista, por outro lado, têm a percepção epistemológica de que as relações sociais são fundamentais para a consideração de qualquer análise sobre a realidade social e internacional. Ann Tickner (1997) reconhece a dificuldade de engajar a audiência e os teóricos de Relações Internacionais nas reivindicações das críticas feministas em relação ao gênero, as quais demonstram que gênero se refere a diferenças e desigualdades construídas socialmente que permeiam a vida pública e privada, em todos os âmbitos:

Theories that construct structural explanations that aspire universality typically fail to recognize how unequal social structures impact in different ways on the security of different groups. Only by introducing gender as a category of analysis can the differential impact of the state system and the global economy on the lives of women be analyzed and understood (TICKNER, 1997, p. 626).

Dessa forma, além de se aproximar da Teoria Crítica das RI, por ter objetivos emancipatórios e aliar teoria e prática, as perspectivas feministas se relacionam com o Construtivismo ao enfatizar a construção social e histórica da realidade. Além disso, os estudos feministas das Relações Internacionais caracterizam-se por diferentes ontologias e

epistemologias em relação ao que é convencional, e permitem uma reforma de perspectivas a partir da crítica à suposta neutralidade de gênero existente nas teorias e práticas das Relações Internacionais. Essa perspectiva permite reflexões alternativas sobre o poder e a política internacional, apontando as dimensões de gênero presentes no estabelecimento dos principais atores das Relações Internacionais e, portanto, da própria estrutura do Sistema de Estados.

O foco na complexidade da relação entre Estado e sociedade é parte da reflexão sobre o poder Estatal e às Relações Internacionais (COX, 1986). Cynthia Enloe (2016) reflete acerca do caráter político das questões privadas, questionando o pressuposto do Estado como uma unidade fechada e livre de relações sociais e política. As relações privadas, ao possuírem caráter político, também apresentam caráter internacional e afetam as dinâmicas internacionais - da mesma forma, dinâmicas entendidas enquanto internacionais afetam a vida e relações sociais entre indivíduos. Dessa forma, as Relações Internacionais são formadas também por relações de gênero, e as relações de poder do Sistema Internacional têm reflexo na atuação dos Estados e nas relações de gênero intraestatais. Enloe (2016), utilizando-se de métodos não-tradicionais das RI em suas análises (como, por exemplo, entrevistas), percebe dinâmicas que exemplificam a relação privado-internacional em sua análise do sistema marital e do funcionamento da política internacional, a partir do momento em que presta atenção nas esposas de militares, percebendo que "[e]ach of those French, Russian, and Chinese military bases can be adequately understood only if their racialized, gendered, interlocking politics of marriage and prostitution are investigated." (ENLOE, 2016. p. 10). Essas perspectivas, além de ampliar as possibilidades de análise das Relações Internacionais, fundamentam práticas para que as dinâmicas de poder sejam expostas e superadas.

Como estabelecido por Ann Tickner (2005), mais do que simplesmente construir um programa de pesquisa aceito pelas perspectivas tradicionais das RI, pesquisas que se utilizam da categoria "gênero" enquanto lente de análise estão preocupadas em incluir diálogos interdisciplinares e expor hierarquias de poder, e dessa forma:

Much of feminist scholarship is both transdisciplinary and avowedly political; with the goal of bringing about change, it has explored and sought to understand the unequal gender hierarchies, as well as other hierarchies of power, which exist in all societies, to varying degrees, and their effects on the subordination of women and other disempowered people (p.04)

They suggest that gender inequality and other social relations of domination and subordination have been among the fundamental building blocks on which, to varying extents, the publicly recognized features of states, their security relationships, and the global economy have been constructed and on which they continue to operate to varying degrees (p.06).

Perspectivas feministas se caracterizam enquanto reflexivas a partir da preocupação em relação à quais perguntas estão sendo feitas no estudo das Relações Internacionais e de que forma elas impactam politicamente. Como colocado por Cynthia Enloe: se caracterizam pela curiosidade de gênero e ‘the genderings of power’ (ENLOE, 2004). A objetividade feminista se estabelece a partir de “um compromisso de fazer perguntas feministas e construir conhecimento a partir da vida das mulheres” (TICKNER, 2005, p.4, tradução nossa). Em complemento a essas afirmações, Laura Sjoberg utiliza-se da distinção teórica realizada por Wendt entre teorias causais e constitutivas para estabelecer que “including gender as a central category of analysis means characterizing it as both constitutive of and a causal factor in international politics” (SJOBERG, 2009, p.194)⁷, preocupando-se em explicar não só suas causas como também suas consequências.

Da mesma forma, perspectivas feministas também colocam em questionamento a separação de níveis de análise, uma vez que se entende que a prática e as relações pelas quais a política acontece, não podem ser divididas em níveis fechados. “Nesse sentido, o pessoal, o nacional e o internacional são - todos - domínios do político” (VENTURA e KRITSCH, 2017, p. 40). Cynthia Enloe exemplifica isso, não só incluindo o nível individual enquanto nível de análise das RI mas entendendo estes enquanto complementares e coexistentes - tanto no nível doméstico quanto na política internacional. Esse entendimento, de que a divisão entre níveis de análise não é produtivo para diversas pesquisas, relaciona-se às perspectivas da Sociologia Política Internacional:

⁷Nas palavras de Sjoberg: “It is useful to look to the work of Alexander Wendt for a review of this distinction. Wendt explains that “causal theories answer questions of the form ‘why?’ . . . ‘why did the Protestant Reformation occur?’ ‘Why did Gorbachev move to end the Cold War?’”⁷² In response to these questions, “in saying that ‘X causes Y,’ we assume three things: 1) that X and Y exist independent of each other, 2) that X precedes Y in time, and 3) that but for X, Y would not have occurred.” On the other hand, “constitutive theories have a different objective, which is to account for the properties of things by reference to the structures in virtue of which they exist Their goal is to show how the properties of the system are constituted.” As such, constitutive questions usually take the form of “how-possible?” or “what?” “what we seek in asking these questions is insight into what it is that instantiates some phenomenon, not why that phenomenon comes about.””(SJOBERG, 2009, p. 194)

Os feminismos e suas agendas de pesquisa partem da necessidade de se oferecer uma alternativa a um status quo em que as mulheres, suas histórias, seus lugares de fala, seus pontos de vista, mas também o modo como as relações de gênero são construídas e reproduzidas constituem um quadro composto por formas de exclusão sistemáticas da mulher e do feminino das atividades, do campo e da produção de conhecimento. (VENTURA e KRITSCH, 2017, p.49)

Nesse contexto, gênero é entendido enquanto intersubjetivo: é uma construção social (e portanto não natural) que estabelece estereótipos binários de masculinidade e feminilidade e os hierarquiza - poder, racionalidade e a esfera pública são características masculinas, e portanto, superiores àquilo que seria feminino: fraqueza, emoções e vida privada -, tendo efeitos profundos nas relações e na forma como se entende as dinâmicas sociais e políticas (SJOBERG, 2012; SJOBERG e GENTRY, 2015). Sandra Harding elenca três formas a partir das quais o gênero é construído: a partir do simbolismo, da estrutura e do gênero individual (HARDING, 1986), conjuntamente, gênero é produzido e propagado através de discursos, que por sua vez estão diretamente relacionados com as relações entre pessoas, grupos e Estados, com o funcionamento do sistema de produção capitalista e com as dinâmicas de Segurança Internacional, e, portanto, fazem parte da política internacional (SJOBERG, 2012; SJOBERG e GENTRY, 2015).

Assim, considerar gênero enquanto categoria de análise não é só ‘estudar gênero’, ou estudar esta categoria tão heterogênea que é ‘mulheres’: mas uma lente a partir da qual todas as relações sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais podem ser observadas, e devem ser observadas: porque, apesar de ser uma construção social, gênero é uma categoria que molda as vidas e as relações sociais, independentemente de estarem sendo realizadas análises a partir desta lente ou não. Por isso também, abordagens feministas não são únicas para as Relações Internacionais:

It is important to note that there is not one feminist approach to international relations theory. Instead, like other IR theorists, feminists can approach global politics from a number of different perspectives, including realist, liberal, constructivist, critical, poststructural, postcolonial, and ecological. These perspectives yield different, and sometimes contradictory, insights about and predictions for global politics. (SJOBERG, 2009, p.187-188)

Muitas das críticas em relação às abordagens feministas para as RI se concentravam em uma ideia de que estas visões produziam críticas, mas não teriam de fato um programa de pesquisa, pesquisas empíricas ou preocupações em resolver problemas de fato. Apesar dessa concepção, existem perspectivas feministas, como a de Sandra Harding, que propõem perspectivas empíricas de produção, e abordando também a importância de se realizar a

crítica, bem como repensar a teoria, entendida e analisada a partir da empiria. Teorias tradicionais das RI são expostas enquanto não-neutras pelas feministas, e isso se caracteriza por uma alternativa à estas próprias teorias e à produção de entendimentos sobre a realidade social e internacional. Esse desenvolvimento não é necessariamente feito dentro de um único programa de pesquisa: feministas muitas vezes se inserem dentro de pesquisas já existentes trazendo novas variáveis, conceitos e metodologias, e, então, apesar de não existir um programa de pesquisa fechado, há uma epistemologia feminista que pretende não só criticar à concepções que já estão postas e tidas enquanto centrais nas RI mas, também, estabelecer possibilidades de legitimação das próprias pesquisas e produções feministas. A partir disso, se percebe que uma epistemologia feminista preocupa-se não apenas em ter perguntas que tenham relação com questões feministas, mas produzir respostas tanto para essas perguntas, quanto para perguntas realizadas na área de RI enquanto um todo (VENTURA e KRITSCH, 2017).

Sendo assim, perspectivas feministas podem tanto entender o gênero enquanto uma categoria importante para o entendimento de ações estatais (HANSEN, 2000a), como essas ações afetam a vida de indivíduos (tanto mulheres quanto homens) (ENLOE, 2014), ao mesmo tempo em que existem feministas que defendem um ponto de vista do qual se entende a dimensão corporal do gênero. De forma distinta, e também podendo ser complementar entre essas duas outras perspectivas, se enfocam os discursos e suas construções da realidade, e como discursos estão ligados às ações como a própria política externa dos Estados, e a importância do discurso para a construção da realidade política internacional (VENTURA e KRITSCH, 2017). Na próxima seção, pretende-se introduzir características comuns ao que se estabeleceu enquanto Estudos Feministas de Segurança Internacional (Feminist Security Studies) e sua relação com a Teoria da Securitização.

3.1.1. Abordagens Feministas de Segurança Internacional

As perspectivas que adotam o gênero como categoria de análise na Segurança Internacional visam entender as relações a partir da exposição de dinâmicas de poder baseadas na construção social dos sexos, e na predominância do masculino em detrimento do feminino. Ann Tickner (1997) percebe que a presença de mulheres, quando existe, é invisibilizada em

contexto internacional. Assim, abordagens feministas oferecem novas formas de entendimento dos problemas de segurança contemporâneos, dos Estados e do Sistema Internacional, permitindo a construção de novas perspectivas:

Theories that construct structural explanations that aspire to universality typically fail to recognize how unequal social structures impact in different ways on the security of different groups. Feminists believe that only by introducing gender as a category of analysis can the differential impact of the state system and the global economy on the lives of women and men be analyzed and understood. Feminists also caution that searching for universal laws may miss the ways in which gender hierarchies manifest themselves in a variety of ways across time and culture; therefore, theories must be sensitive to history, context, and contingency. (TICKNER, 1997, p. 626).

Teóricas feministas de RI têm se esforçado em desconstruir conceitos tidos enquanto determinados nos estudos de segurança, expondo análises generificadas que tradicionalmente se estabeleceram enquanto neutras. A partir disso, demonstram como hierarquias de poder constituem práticas de segurança Estatais e insegurança àqueles que estão às “margens do sistema”. Além da crítica destes conceitos, pesquisas feministas têm realizado estudos empíricos sobre guerra e violência (ELSHTAIN, 1987); participação de mulheres no exército e sua participação ativa em conflitos armados, expondo momentos/processos de insegurança de mulheres e a militarização de suas vidas (SJOBERG e VIA, 2010; ENLOE, 2000); sobre a prática do estupro, não só enquanto arma de guerra (HANSEN, 2000a), mas também em operações de paz (ORFORD, 1996); e levantando reflexões sobre a linguagem na indústria armamentista e nuclear (COHN, 1987); assim como as dimensões e os discursos de gênero presentes na implementação de políticas - como a da Guerra às Drogas na América Latina (TELLES, 2019). Além de focar em relações de violência direta à nível individual (bottom-up), análises feministas também têm focado na violência estrutural (top-down) que têm sido ignoradas por perspectivas tradicionais de segurança (SJOBERG, 2009).

Laura Sjoberg (2009), seguindo a crítica de que as abordagens de gênero têm tido papel marginal nos estudos de Segurança, afirma enquanto entendimento das perspectivas feministas:

gender is not a subsection of Security Studies to be compartmentalized or briefly considered as a side issue. (...) gender is conceptually, empirically, and normatively essential to studying international security. As such, accurate, rigorous, and ethical

scholarship cannot be produced without taking account of women's presence in or the gendering of world politics. (SJOBERG, 2009, p.186)

Existe a preocupação normativa do feminismo em superar dicotomias e hierarquias de gênero, ao mesmo tempo em que existe uma preocupação empírica em fazer com que esses debates sejam levados à sério por acadêmicas e acadêmicos de RI. Uma vez que a produção de conhecimento se torna sensível à essas dinâmicas, a inclusão de gênero enquanto categoria de análise e de perspectivas críticas aprimoram os Estudos de Segurança enquanto área de conhecimento (SJOBERG, 2009).

São estabelecidas quatro características comuns aos FSS (ibidem, 2009). A primeira (1) diz respeito à aplicação do conceito de segurança: buscando ampliação da agenda, questionando possibilidades de ameaça não-tradicionais e a relação entre a segurança estatal e a insegurança de indivíduos, e, especialmente, de mulheres, incluindo dessa forma perspectivas de segurança que incluem grupos de indivíduos (sem necessariamente excluir perspectivas estatais)⁸, mas ampliando o entendimento da relação entre dinâmicas locais e a política nacional e internacional. Segundo (2), entendendo que questões de gênero, como a masculinidade hegemônica, fazem parte da vida social e, conseqüentemente, estão presentes em análises e práticas de Segurança Internacional. Terceiro (3), gênero é crucial enquanto categoria conceitual para o entendimento e análise da Segurança Internacional, suas causas, resolução de problemas e possibilidades de mudança. Por fim, chega-se à conclusão de que (4) “the omission of gender from work on international security does not make that work gender-neutral or unproblematic” (p. 200) e dessa forma, análises que se estabelecem enquanto neutras em relação à gênero são, pelo menos, incompletas.

3.1.2 Estado e Relações de Gênero

⁸ Laura Sjoberg enfoca a diferença das perspectivas feministas à segurança humana: “a feminist approach to security recognizes human security not as individual security but as social security, based on feminist understandings of human interdependence and relational autonomy. Feminist work “highlights the need to link a normative approach to human security (the human being as the key referent to the human security policy framework) with an interpretive approach (i.e., which human beings are we talking about, in what context, where and to what effect) that recognizes the complexity of the operation of power within and across categories of gender, ethnicity, and generation.”” (p. 206)

Tendo em vista as diversas contribuições das perspectivas feministas para as Relações Internacionais, uma das que mais incentivam essa pesquisa é o entendimento do Estado, não enquanto apenas um ator internacional, mas enquanto, como colocado por Samanthi J. Gunawardana (2018), uma construção histórica que consiste em “the arrangement of various economic, social, and political processes, institutions, authorities, power relations, people, networks, concepts, norms, organizations, and discourses” (p.88). Essa perspectiva não questiona o entendimento do Estado enquanto ator político principal das RI, mas o entende enquanto uma construção mais abrangente do que propõe o realismo estrutural (enquanto uma “bola de bilhar”), e enquanto espaço onde transcorrem diversas dinâmicas, incluso dinâmicas de gênero (PARASHAR; TICKNER; TRUE, 2018). Uma vez que formas de exclusão são promovidas pelo particularismo do Estado-Nação, o Estado é responsável pela construção de diferenças e alteridades históricas, podendo ser um perpetrador de violações e injustiças. Por outro lado, segue sendo uma garantia - mínima - de proteção frente aos exercícios de poder no Sistema Internacional. Dessa forma, “the state can act both as a buffer against the international system and also as a perpetrator of political, social, and economic inequalities”(PARASHAR, TICKNER, TRUE, 2018), e pesquisas sensíveis ao gênero entendem o processo de construção de estruturas patriarcais (PATEMAN, 1988) dentro do espaço estatal, que se expressam tanto em suas políticas domésticas quanto exteriores.

Em sua crítica aos contratualista clássicos, Carole Pateman percebe que existe um “contrato sexual” dentro da concepção de “contrato social” que, ao excluir as mulheres do contrato social, diferencia e hierarquiza as dimensões políticas/públicas e domésticas/privadas, e delega às mulheres a subordinação à segunda. A partir disso, o patriarcado se estabelece enquanto parte da criação e está intrinsecamente interligado à manutenção do Estado Moderno e de suas instituições (PATEMAN, 1988). Dessa forma, a lógica pela qual opera a segurança do Estado também é patriarcal (MONTE, 2010) processo de hierarquização entre homens e mulheres, cidadãos e cidadãs, reforça “a idéia de que o Estado liberal aceita instâncias de subordinação e hierarquia, da troca de liberdade por proteção” (ibidem, p.89), e reflete diretamente em processos de securitização onde mulheres tendem a ser vitimizadas e vítimas tendem a ser feminizadas enquanto objetos referentes que justificam movimentos securitizadores.

A percepção do Estado enquanto construído, e não pré-determinado, oferece perspectivas mais abrangentes para o entendimento de como se estabelece não só sua atuação na política internacional, mas também suas dinâmicas de segurança (e de segurança/insegurança de sua população). A relação das teóricas feministas com o Estado, e principalmente com as dinâmicas de segurança dos Estados, se relaciona com a insegurança de seus membros, “muitas vezes só alcançar a segurança, sacrificando a segurança de alguns dos seus cidadãos, nomeadamente, mulheres” (SJOBERG, 2009). Desta maneira, apesar de existir um suposto propósito estatal de proteção, ele se estabelece a partir da violência (TILLY, 1996) e se institui a partir de formas de subordinação, incluindo dicotomias e hierarquias de gênero (TRUE, 2013).

Ao analisar os trabalhos de Katharine Moon (1997) e Christine B. N. Chin (1998), Ann Tickner expande o entendimento de que as pesquisas feministas têm o objetivo de expor estruturas sociais que são hierárquicas (gênero, raça e classe) - estruturas que sustentam a construção dos Estados e de políticas de segurança e estabelecem, na maioria das vezes, políticas de (in)segurança. O caso analisado por Moon, que enfoca a relação de políticas militares entre os governos sul-coreano e estadunidense e a prostituição de mulheres sul-coreanas, exemplifica a utilização do conceito de (in)segurança por teóricas feministas. Como mencionado por Tickner, “Moon’s evidence supports the broader feminist claim that the security of the state is often built on the insecurity of its most vulnerable populations and their unequal relationships with others” (TICKNER, 2005, p.11).

3.1.3. Abordagens Feministas para a Securitização

A partir do reconhecimento destas perspectivas introdutórias sobre abordagens feministas para Segurança Internacional, surgiram alguns questionamentos: onde estariam as mulheres em processos de securitização? Mais especificamente, considerando as particularidades abordadas no primeiro capítulo, se pergunta: como as mulheres são retratadas nos processos securitizatórios? Em relação à isso, Lane Hansen (2000b) introduz uma crítica feminista à Teoria da Securitização, focada principalmente em questões normativas que não são levantadas pela teoria. Apesar de ambas compartilharem a percepção de que as dinâmicas

de segurança devem ser problematizadas e seu conceito ampliado (SJOBERG, 2009), a crítica feminista enfoca a ausência do gênero enquanto categoria na Escola de Copenhague. Em relação a isso, o conceito de securitização em si pressupõe dinâmicas de poder que perpassam pela própria capacidade de realizar o “ato de fala” - o que Hansen chama de “dilema de segurança da pequena sereia”: quando o discurso não é possível, não se pode securitizar. A partir disso, a capacidade de pautar possíveis ameaças à grupos de indivíduos e mulheres se torna limitada.

Hansen também estabelece questões sobre o debate normativo entre securitização e dessecuritização. De acordo com Waever, normativamente, temas deveriam ser dessecuritizados, o que a autora afirma, a partir disso, é que “[e]ven if desecuritization is the ultimate goal, should one opt for a securitization of a present situation which one finds manifestly oppressive?” (HANSEN, 2000b, p. 297). Dessa forma, questiona-se quanto a Teoria da Securitização como foi apresentada, sem ser ampliada, consegue abarcar casos específicos de problemas de insegurança de gênero, - como o caso citado pela autora, de mulheres paquistanesas, que não tinham a possibilidade de se utilizar do discurso para securitizar alguma coisa.

A crítica de Hansen também aborda o estabelecimento, pela Escola de Copenhague, do setor de segurança societal como espaço onde o gênero poderia ser incluído. No entanto, nem sempre questões de gênero podem entrar dentro do âmbito societal, uma vez que elas muitas vezes podem ser entendidas enquanto ligadas à segurança política dos Estados, e não necessariamente relacionada com identidades. Esse problema mencionado seria a “segurança de submissão” (subsuming security, no original), onde “as condições para se tornar um objeto de referência são tais que a segurança de gênero é quase excluída da qualificação” (HANSEN, 2000b, p.300, tradução nossa)⁹.

Na tentativa de repensar a teoria para uma maior inclusão de problemas de segurança de gênero, Hansen volta para a pergunta central levantada pela teoria: como discursos de segurança são produzidos? A partir disso, sugere que o entendimento de discurso deve ser

⁹ “The identity groups that come into focus in the societal security theory are constituted through a demarcation from either the state or other competing identity-groups. But gender-based security threats are more often characterised by their inseparability from ‘national’ or ‘religious’ security, than by a clearly delineated gendered referent object.” (HANSEN, 2000b, p.299)

ampliado para que este seja considerado enquanto movimento securitizador. O entendimento de discurso para a Escola de Copenhague é limitado, e não inclui formas não-verbais de discurso, como a corporalidade. A perspectiva de Hansen, por outro lado, é de que a segurança/insegurança pode ser entendida através do corpo, principalmente quando esse corpo é um alvo. Dessa forma, a segurança pode ser entendida através de uma prática, percebida tanto por meio de atos discursivos quanto corporais “[s]ecurity’ is not only a speech act, but embedded in the production of particular subjectivities which then form the basis for what can be articulated as threat and threatened” (ibidem, p.306).

Esse problema teórico da Escola de Copenhague também se relacionado ao fato de que ela parece ter sido pensada, em grande parte, a partir da perspectiva estadocêntrica, apesar de considerar outros setores - como constatado acima, problemas de segurança de gênero não se encaixam necessariamente dentro do setor societal definido pela teoria. Waever estabelece que o ato de securitização é feito a partir de um lugar específico (elites), que está marcado por hierarquias de poder, não se pode securitizar sem a capacidade de - ou a capacidade de convencer alguém a - realizar um movimento securitizador.

If we situate this absence within the larger security studies debate, however, it becomes apparent that what is at stake is not simply the question of whether the concept of security should be expanded or not, but how certain threats achieve such a political saliency that they become the subject of security policies. (HANSEN, 2000b, p. 306)

Assim, percebe-se que a importância de uma ponte de diálogo entre perspectivas feministas de segurança e a Teoria da Securitização está não apenas em analisar mais profundamente as relações de poder presentes em processos de securitização, mas também para a relação de autoridade que é necessária para o estabelecimento de políticas de segurança. Como constatado por Sjoberg: “[t]he Copenhagen School should be credited for developing an analysis of security as an endogenous process in global politics. The concept of securitization demonstrates security as authored rather than objective and as constructed rather than omnipresent” (2009, p. 209). Por outro lado, também se reconhece que faltam mais perguntas críticas na teoria, que problematizem mais as relações de poder envolvidas no processo de securitização e as consequências não só de se ser securitizado - mas também de ser deixado de fora, e marginalizado desse processo. Dessa forma, as perspectivas feministas têm a capacidade de expandir o conceito, uma vez que “a gender-neutral concept of securitization does not show that securitization (and thus prioritization) is a privileged

position in local and global politics, often distributed on the basis of gender” (SJOBERG, 2009, p. 209).

3.1.4. Narrativas de gênero e padrões de comportamento

Laura Sjoberg e Caron E. Gentry (2007; 2015), ao focar a violência perpetrada por mulheres, permitem diversas novas reflexões quanto às narrativas de gênero. Isso se relaciona com uma observação importante, levantada por Hansen (2000b), a respeito do comportamento: o que seria considerado comportamento adequado ou não, e quanto isso pode impactar questões de segurança e insegurança de gênero? Por que quando se entende que existem comportamentos proibidos - em detrimento dos que seriam ‘apropriados’? Aqueles que apresentam comportamento desviante não são entendidos dentro do próprio processo político ‘normal’, e ocorre uma criminalização de certas formas de conduta: essas mulheres podem ser tanto consideradas enquanto ameaça como marginalizadas/violentadas/despolitizadas. Para isso, são reconhecidas duas narrativas, a de vitimização, e a de transgressão, para entendimento de discursos que abordam as diferenças das presenças das mulheres em possíveis processos securitizatórios: 1) enquanto objetos referentes a serem protegidos, ou 2) enquanto ameaças a serem impedidas.

O desenvolvimento de Sjoberg e Gentry fornece a argumentação de que mulheres não são vistas em processos de securitização uma vez que são despolitizadas e, dessa forma, suas experiências são invisibilizadas ou entendidas enquanto objetos referentes - sem ação, sem serem consideradas sujeitos políticos. Isso porque até quando são violentas – e quando, teoricamente, poderiam ser consideradas ameaças - mulheres são tidas enquanto vítimas através de narrativas de “mães, monstros e putas” (SJOBERG e GENTRY, 2015).

A partir disso, neste trabalho entende-se a perspectiva de que mulheres são despolitizadas por dois estereótipos: o primeiro é o de mulher vítima, onde se estabelece uma relação entre protetor/objeto a ser protegido (ELSHTAIN, 1987), como é o caso abordado por Ana Clara Telles Cavalcante de Souza (2017), ao analisar os discursos de gênero presentes na Guerra do Afeganistão. A autora percebe a existência de uma agenda internacional onde

entendimentos dualistas e simplificadores em relação ao gênero acabam fazendo parte da Guerra ao Terror. Nos discursos securitizadores de George W. Bush e da primeira dama, Laura Bush, duas características (complementares) se fizeram constantemente presentes: (1) a lógica orientalista, uma vez que “quizá el duplo modernidade/colonialidad nunca haya sido tan evidente como en el gobierno de Gerge W. Bush” (MIGNOLO, 2007, p.32); e (2) utilização de uma retórica de salvação das mulheres muçulmanas. Em publicações como as de Souza, bem como na conhecida publicação de Lila Abu-Lughod (2013), são encontradas dimensões de gênero nos discursos de rádio da primeira dama Laura Bush (e no próprio ato: esse discurso está sendo proferido pela Primeira-Dama dos Estados Unidos): “A luta contra o terrorismo é também a luta pelos direitos e pela dignidade das mulheres” (U.S. Government 2002 apud ABU-LUGHOD, 2013; SOUZA, 2017).

Apesar das autoras não utilizarem o conceito de securitização, a partir de sua análise pode-se entender a existência de um processo onde o gênero é despolitizado na Guerra do Afeganistão (SOUZA, 2017). Enquanto estratégia de legitimação para intervenção, existe uma ‘retórica de vitimização’ (KAPUR, 2002). Percebendo, a partir disso, que essa agenda internacional possui representações sobre o que era considerado ‘masculino’ e o que era ‘feminino’. Em outras palavras, o que deveria ser salvo, e quem deveria salvá-lo. A partir da perspectiva da securitização, pode-se entender isso como: quem é o objeto referente, e quem seria o ator securitizador. O que se pode perceber, mas não será desenvolvido neste momento, é que a despolitização de questões de gênero pode ser estratégica em casos de securitização onde, assimilando mulheres enquanto ‘vítimas’ a serem salvas de uma ‘ameaça’ e, despolitizando-se as mulheres ‘vítimas’ enquanto possíveis de agência, se consegue alcançar e convencer com mais facilidade a audiência para legitimar o ato de securitização. A partir disso, é válido mencionar que processos que possuem dinâmicas semelhantes - onde se encontram dimensões de gênero e colonialidade - podem se beneficiar de análises que incluam diálogo com a Sociologia Política Internacional.

O segundo estereótipo identificado é o de mulher pacífica (SJOBERG e GENTRY, 2015), onde mulheres são dessecuritizadas de situações de conflito, como no estudo de caso de Megan MacKenzie (2009) sobre mulheres combatentes na guerra civil em Serra Leoa: essas mulheres, ao serem despolitizadas e não securitizadas, não foram incluídas nos processos de reintegração de soldados. Quando mulheres não entram dentro dessas ‘caixas’

(vítima/pacífica) e não tem práticas esperadas delas, deixam de ser consideradas ‘mulheres’ para serem securitizadas. Não há espaço neste capítulo para o aprofundamento de uma análise que relacione a violência praticada por mulheres e percepções de ameaças, mas basta para este caso a ideia de que todas as três narrativas (“mothers, monsters and whores”) de mulheres que se utilizam da violência como forma de agência política, são consideradas enquanto ameaça apenas a partir do momento em que não são encaixadas nos padrões construídos de feminilidade.

(...) violent women are violent people, who, like all people, violent or not, live in a gendered world. Women have always been, and continue to be, among the people engaged in violence in the global political arena. Whether they are organizing attacks, leading insurgent groups, perpetrating martyrdom, engaging in sexual violence, committing war crimes, hijacking airplanes, or abusing prisoners, women can be found among the ranks of insurgent, rebel, terrorist and illicit economic groups across the world (SJOBERG e GENTRY, 2015, p. xxx).

Outra questão que pode ser levantada a partir disso é que mulheres que são violentas não necessariamente são consideradas ameaça, por essa razão, compreender o processo de securitização enquanto mostra-se importante. A narrativa e o processo de securitização estão diretamente relacionados com dinâmicas de poder que perpassam gênero, colonialidade, e consequentemente dimensões geopolíticas. Enquanto mulheres afegãs eram despolitizadas, as mulheres americanas que faziam parte do exército eram “exaltadas” enquanto tais - e não securitizadas. Embora mulheres que pratiquem violência tendam a não ser securitizadas, mulheres securitizadas são tidas enquanto mulheres violentas, e mulheres violentas, enquanto tais, não se encaixam no padrão performativo de 'mulheres'. De forma semelhante, mulheres racializadas também não tendem a ser entendidas dentro desse padrão. Como colocado por Hansen, “political practices individualises certain threats, thereby locating them outside of the public, political realm while others are viewed as collective concerns.” (HANSEN, 2000b, p. 304).

Sendo assim, processos de securitização podem ser parte da demonstração do quanto a Política Internacional possui dimensões coloniais, racistas e machistas (ENLOE, 1990), e de que existem estruturas regulares, como gênero e patriarcado, mas elas são socialmente construídas e variam entre tempo, espaço e cultura - não são universais e naturais. Em virtude de não existir uma teoria feminista universal, entende-se também que padrões de masculinidade são localizados em lugar específicos, e em culturas e tempos específicos -

podem ter coisas comuns, mas também distintas entre si. Da mesma forma, não existe uma “mulher” universal: as vidas das mulheres são complexas, e portanto, suas realidades não podem ser entendidas de maneira simplista.

Each person lives gender in a different culture, body, language, and identity. Therefore, there is not one gendered experience of global politics, but many. By extension, there is not one gender-based perspective on IR or international security, but many. Still, as a structural feature of social and political life, gender is “a set of discourses that represent, construct, change, and enforce social meaning.” (SJOBERG, 2009, p.187)

A tradição científica ocidental não abrange perspectivas feministas. Como muitas destas são baseadas em pressupostos carregados por ideias masculinas. O próprio Sistema Internacional é formado a partir desses entendimentos, e portanto, a ideia de estabelecer novas formas de produzir conhecimento se torna crucial não só para os feminismos, mas também para questionar os pressupostos coloniais dessas tradições, e essas perspectivas não se anulam, podem coexistir (TICKNER, 1997; VENTURA E KRITSCH, 2017). Ampliando-se o escopo da produção de conhecimento, expande-se o entendimento sobre a própria realidade, e, conseqüentemente, a inserção de temas que tendem a ser negligenciados (DIAS e ARCÂNGELO, 2017). Por isso, o diálogo entre perspectivas feministas, pós-coloniais e descoloniais se faz presente na próxima seção.

3.2. PÓS-COLONIALISMO, DESCOLONIALIDADE E FEMINISMO DESCOLONIAL

Perspectivas pós-coloniais se inserem nos debates sobre poder nas RI, expondo hierarquias internacionais que passam pela racialização, generificação, e questões da classe. Isto porque, apesar das RI tradicionais entenderem políticas de poder enquanto importantes - principalmente políticas de poder de grandes potências - eles estabelecem uma forma de naturalização no entendimento de estruturas de poder, reproduzindo, a partir da própria produção de conhecimento, essas estruturas da forma com que elas supostamente seriam, mas não pensando criticamente em relação à isso para propor mudanças (CHOWDHRY e NAIR, 2013). Nesse caso, para as RI, os estudos pós-coloniais foram fundamentais em expor que teóricos tradicionais não estão estudando poder tanto quanto creem estar, uma vez que escondem e excluem de sua análise grande parte das dinâmicas de poder e ignoram hierarquias e manutenção do status quo.

O pós-colonialismo foi influenciado pelo pensamento marxista, gramsciano e foucaultiano (CHOWDHRY e NAIR, 2013), assim como por abordagens críticas, que enfocam não em negar as estruturas, mas expô-las e criticá-las, entendendo que a estrutura do Sistema Internacional não é necessariamente marcada pela anarquia e ausência de um Estado supranacional, mas por hierarquias de poder que perpassam pela racialização, pelo gênero e pela classe - questões de desigualdade econômica, social e política. Dessa forma, a própria política internacional passa a ser reconstruída e entendida a partir da compreensão de que diversos discursos que se apresentam neutros e naturais são na verdade ocidentais - como a ideia de humanidade, o Sistema Econômico, a própria construção de conhecimento e dinâmicas tradicionais de segurança, e o Estado.

Partindo dessas abordagens críticas e do pós-colonialismo, a perspectiva descolonial é construída a partir da América Latina. As principais discussões abordadas por Aníbal Quijano (2000;2007) e Walter Dignolo (2003) referem-se à colonialidade, eurocentrismo e poder. A colonialidade do poder afirma que as relações de dominação política, social e cultural que partem da Europa para os outros continentes - no primeiro momento, para a América - são estruturadas a partir da criação e classificação da população pelo conceito de raça, o estabelecimento da ideia de modernidade e a articulação do capitalismo. Nas palavras de Quijano, “con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico patrón de poder” (2007, p.93-94). As relações de dominação que estabeleceram o controle das potências ocidentais não apenas sobre questões econômicas (materiais), mas também culturais (subjetivas), incluindo aquelas relacionadas à produção do próprio conhecimento, usam esses eixos como uma forma de legitimação. O eurocentrismo, então, refere-se à naturalização dos padrões de poder hegemônicos, constituídos pela violência colonial, e estabelecidos a partir do Iluminismo no século XVIII.

As relações de poder, a partir da colonialidade, que constituem processos que classificam socialmente as pessoas histórico-estruturalmente, e as subjetiva dentro do capitalismo mundial e da lógica colonial. Identificam-se as instâncias de trabalho, gênero e raça, que seriam parte dessa heterogeneidade da classificação social, especificadas por um contexto e um período histórico. As disputas sociais em diferentes âmbitos estão intrinsecamente relacionadas com a colonialidade de poder, um mecanismo subjetivo de

perpetuação do colonialismo, mesmo em tempos pós-coloniais. Da mesma forma, isto se relaciona com a realidade material do colonialismo, e o desenvolvimento do capitalismo com o estabelecimento de colônias, gerando relações de dependência que perduram no tempo. Quijano (2007) elenca as principais questões para se estudar sistematicamente as consequências da colonialidade de poder e como a mesma se expressa no mundo capitalista moderno. Utiliza-se da afirmação de que as diferenças fenotípicas foram utilizadas pelos europeus, dominantes, para estabelecer as classificações sociais e, a partir disso, estabelecer uma diferenciação com não-europeus, dominados, o que justificaria o controle de territórios para além da Europa e a utilização dos recursos destes lugares, “[d]e allí se desprende, de nuevo, que la colonialidad del poder implica, en las relaciones internacionales de poder y en las relaciones internas dentro de los países,” (p. 121). As relações de controle da produção, fundamentais para o estabelecimento de acumulação global por parte do centro em relação com a periferia colonizada, também se relacionam diretamente com a classificação racial, uma vez que esta estabelece um “passe livre” de homens brancos ao abuso de mulheres racializadas. Dessa forma, as configurações de poder se utilizam da materialidade e da subjetividade, incluindo a produção de conhecimento e criação de imaginários estabelecidos pela cultura eurocêntrica. Neste caso, a corporeidade é algo extremamente material, que permite a construção intersubjetiva da raça em detrimento da classificação social.

Quanto à contribuição dessas perspectivas para o estudo das Relações Internacionais, Geeta Chowdhry e Sheila Nair (2013) argumentam em relação à três características que situam os estudos pós coloniais dentro da disciplina: a primeira, é a de que a forma com que as teorias tradicionais de RI naturalizam dinâmicas de poder privilegia a existência de um status quo e de hierarquias baseadas em todas as concepções modernas e coloniais, ideias que partem da europa, são eurocêntricas e se propõe universal são dissipadas com muito mais facilidade, “mistificando assim as formas pelas quais os Estados e o Sistema Internacional estão ancorados nas relações sociais” (CHOWDHRY e NAIR, 2013, p.3). A segunda concepção, crucial para este trabalho, apesar das teorias críticas serem importantes para questionar pressupostos clássicos, elas não necessariamente abraçam pesquisas e programas onde o poder é de fato estudado a partir de uma perspectiva interseccional, entendendo a existência de três estruturas de poder: gênero, raça e classe A terceira concepção diz respeito aos estudos feministas das RI terem sido relevantes para expor dinâmicas e estruturas de

gênero, mas ainda faltam análises que abordam as dimensões geopolíticas de poder (colonialidade) e de raça.

Uma das contribuições do pós-colonialismo às RI é entender as políticas do “outro”, do que seria o outro, dentro de uma ideia universal e ocidental do que seria humano, e isso envolve problemas não só de representação - onde esse “outro” é excluído dessa forma, se tornam invisível dentro de processos políticos -, como também se relacionam com discursos de segurança que se baseiam nesse “outro” tanto interna quanto externamente enquanto ameaça, e isso parte principalmente de representações ocidentais daqueles que não são entendidos enquanto parte de uma perspectiva universal. Essas representações se baseiam em diversos estereótipos criados sobre a própria questão do fundamentalismo religioso, e a ideia do que seria o estado de natureza nas relações internacionais. “[w]e believe that to meaningfully engage in a debate about power in IR the intimate links between representation, power, race, and gender need to be uncovered” (CHOWDHRY e NAIR, 2013, p.17). As próprias políticas migratórias se estabelecem a partir desses entendimentos e estereótipos em relação às questões sociais, culturais e a percepção de superioridade (PERSAUD, 2004).

3.2.1. Feminismo Descolonial e Interseccionalidade

“The racialized female body therefore becomes the site of competing imperialist, nationalist, and feminist claims with different implications for power and politics in IR (...) We take seriously these insights and emphasize the role that both race and gender play in constituting relations of power, domination, and resistance in world politics” (CHOWDHRY e NAIR, 2013, p. 21)

O Feminismo e o Pós-colonialismo, enquanto movimentos teóricos, complementam-se em suas possibilidades de teorização, dessa forma, questões relacionadas ao gênero e raça (MOHANTI, 1988; SPIVAK, 1999) foram introduzidas nos debates sobre colonização e colonialidade. Uma das principais teóricas do feminismo terceiro-mundista, Chandra Mohanti (1988), questiona a partir desta perspectiva, o movimento feminista do ocidente e seus estereótipos em relação às mulheres do Terceiro-mundo, denunciando o paternalismo do feminismo ocidental. Essa característica também é exposta por Abu-Lughod (2013), em relação às mulheres muçulmanas. Assim, as perspectivas feminista e pós-colonial se relacionam diretamente à problemática da despolitização de mulheres em processos de

securitização, tornando-as “úteis” apenas enquanto justificativa de objeto referente a ser protegido.

Luciana de Aragão Ballestrin (2017) utiliza o termo feminismos subalternos para se referir a uma perspectiva descolonial/poscolonial do feminismo, entendendo que a colonialidade também se estabelece a partir do gênero. A ideia de feminismo subalterno vem em contraste a um feminismo hegemônico do norte global, entendendo que os movimentos, por serem heterogêneos, precisam ser repensados a partir da ideia de um sujeito e uma mulher universal para contemplar formas de existência não hegemônicas – e, portanto, subalternas. A ideia de se estabelecer um feminismo em contraste a um feminismo hegemônico/ocidental se dá a partir do momento que se entende que existe uma dimensão geopolítica do poder que precisa ser levada em consideração para os debates feministas. O processo de dependência do norte global não se traduz só por questões econômicas e da colonização como a questão da própria produção do conhecimento, onde existe essa pretensão de se ser universal - inclusive do feminismo ocidental - o que precisa ser desconstruído e adaptado para a realidade do sul global, esses questionamentos foram levantados tanto por movimentos pós-coloniais e descoloniais da América latina, quanto por movimentos pan-africanistas, estudos subalternos e pelo movimento terceiro-mundista. A partir disso, retrata-se a relação entre teoria e prática social e política, como as teorias feministas se relacionaram com o movimento feminista e como movimentos sociais se relacionam com movimentos subalternos (SPIVAK, 1988; BALLESTRIN, 2017). Em relação à participação dos movimentos sociais, a capacidade teórica do movimento feminista é significativa em relação à outros movimentos sociais, a ideia de feminismo pós colonial/descolonial e subalterno não é única, como existem diversos movimentos que pensam nessas hierarquias geopolíticas do Sistema Internacional, elas podem traçar caminhos diversos, existindo enquanto características comuns: (1) o questionamento da universalização de um tipo de sujeito por parte do ocidente europeu, que o é a partir da colonização. Assim, reconsidera-se a existência de um sujeito comum, repensando as diversas vivências que não se encaixam nessa perspectiva, ao mesmo tempo, a perspectiva emancipatória; (2) de que a relação entre teoria e prática, além de teorizar sobre a vida das pessoas, também objetiva transformá-las. Neste trabalho, utiliza-se o termo descolonial a partir de sua aplicação teórica para a América Latina, e suas dimensões da colonialidade de poder e gênero.

Enquadrando-se enquanto parte destes movimentos feministas subalternos, uma das propostas do feminismo descolonial, enquanto tal parte de Maria Lugones (2014), entendendo a existência de uma dimensão de gênero na colonialidade. A partir disso, Lugones coloca o patriarcado moderno dentro de uma construção histórica diretamente relacionada à colonização. Segundo Lugones, a história da modernidade colonial é a história da imposição de distinções dicotômicas: o colonizado e o colonizador, ocidental; os civilizados (homens e mulheres¹⁰) e as espécies não dignas de humanidade (povos originários das Américas e os/as africanos/as escravizados/as). A partir disso, se reconhecem duas características centrais da estrutura colonial, capitalista global, de raça e de gênero: uma é a dicotomia e outra é a hierarquia – ambas colocadas enquanto centro da própria ideia colonial e do estabelecimento global sobre raça, gênero, e do pensamento capitalista.

Rita Segato (2011) divide três debates e posições em relação às discussões de gênero a partir da descolonialidade: colocando de um lado a concepção não histórica do gênero - supostamente universal, que na verdade é eurocentrada e entendida a partir da realidade de mulheres europeias - que permite então “missões civilizadoras” e até o apoio de mulheres à “salvação” de mulheres subalternas no terceiro mundo. Por outro lado, a posição de Oyèrónké Oyěwùmí (1997) e Lugones (2014), de que o gênero foi introduzido a partir da colonialidade e não existia antes desse período. Sua perspectiva é uma terceira via, de que existiam organizações, nomeadas por Segato enquanto patriarcais em sociedades pré-coloniais, mas a ideia de gênero nessas sociedades não pode ser entendida da mesma forma que a ideia do patriarcado da primeira visão (ocidental). Isso porque a divisão entre o espaço doméstico enquanto não político, isso sim foi introduzido e intensificado a partir da colonização enclausurando as mulheres dentro da vida privada e fazendo com que homens indígenas se utilizem de argumentos tradicionalistas para justificar a não participação de mulheres na esfera pública em dias atuais.

Entende-se enquanto cruciais as percepções de Lugones, todavia, nos parece importante aqui adotar a perspectiva de Rita Segato (2011) em relação à divisão público-privado introduzida pela colonialidade, que construiu apenas a esfera pública enquanto parte da vida política. Dessa forma, também se entende que a vida de povos indígenas não era

¹⁰ Os homens europeus, sujeito público, as mulheres europeias, limitadas à vida privada e a reprodução.

assim antes da colonização e imposição da modernidade. Uma das conclusões de Lugones (2014) é de que o contexto político importa muito para a análise, e no caso de comunidades indígenas, estas resistem à lógica colonial e, portanto, processos descoloniais devem ser entendidos a partir também dessas organizações sociais. A colonialidade e a instauração da modernidade nas colônias se deu, de acordo com Segato, com o isolamento da política no espaço público e a não politização do espaço doméstico, que estava renegado as mulheres, mas que não necessariamente era um espaço não politizado. A partir disso, foi preciso que determinada universalidade fosse reivindicada para que se pudesse fazer parte da esfera pública, e nesse caso,

El otro-indio, el otro-no-blanco, la mujer, a menos que depurados de su diferencia o exhibiendo una diferencia conmensurabilizada en términos de identidad reconocible dentro del patrón global, no se adaptan con precisión a este ambiente neutro, aséptico, del equivalente universal, es decir, de lo que puede ser generalizado y atribuido de valor e interés universal. Sólo adquieren politicidad y son dotados de capacidad política, en el mundo de la modernidad, los sujetos – individuales y colectivos – y cuestiones que puedan, de alguna forma, procesarse, reconvertirse, transportarse y reformular sus problemas de forma en que puedan ser enunciados en términos universales, en el espacio “neutro” del sujeto republicano, donde supuestamente habla el sujeto ciudadano universal. (SEGATO, 2015, p. 40)

Dimensões de poder são interseccionais e marcadas pela violência, isto complexifica a visão sobre a realidade, entendendo uma tríade onde tanto capitalismo, quanto patriarcado, quanto colonialismo moldam as estruturas, e como parte de uma estrutura estabelecida, as instituições estatais não são alheias, e tendem a reproduzir essas violências. Nesse sentido, Rita Segato afirma que “el estado entrega con una mano lo que ya retiró con la otra” (2015, p. 46), uma vez que povos originários da América foram os mais atingidos e continuam sendo os que precisam encarar constantemente as consequências da colonialidade e da modernidade, logo, a ideia de democratizar a participação política e a cidadania não é nada mais do que também meios modernos de tentar resolver os problemas que foram criados a partir da própria colonização.

A dimensão do corpo e produção de conhecimento a partir da experiência das próprias mulheres facilita o entendimento de como dinâmicas de poder são difusas e não necessariamente se estabelecem só enquanto hierarquia de gênero, mas sim a partir da interseccionalidade que permite entender hierarquias e formas de dominação que se estabelecem em conjunto, não apenas a partir do gênero. Angela Davis retoma a experiência de mulheres negras nos Estados Unidos em “Mulheres, Raça e Classe” (1981) sendo essa obra

uma das principais representações da análise interseccional. O livro é uma recapitulação histórica da segregação racial e de gênero, e expõe claramente as dicotomias entre as pautas e os discursos do movimento sufragista (branco) em detrimento das pautas do movimento negro.

Conjuntamente, teóricas como Kimberlee Creenshaw (1991) e Avtar Brah (2006) dedicam parte de seus escritos à desconstruir perspectivas essencialistas, entendendo que as relações de poder social e da diferença perpassam por análises sensíveis à questões subjetivas, dessa forma, demonstram que a subordinação feminina não é a mesma em todo o mundo, e que existem contextos distintos para estas relações de gênero. Assim, enfatizam a importância de incluir relações de raça e de classe na análise, enfatizando experiências coletivas para entender a “diferença como marcador de distintividade de nossas “histórias” coletivas da diferença” (BRAH, 2006, p.361), não individuais.

Gênero e ‘raça’ se constituíram historicamente, tornando-se questões estruturais, estabelecidas nas hierarquias sociais e de suas relações. Visto isso, a perspectiva interseccional surge a partir do entendimento de que essas hierarquias coexistem e, portanto, busca-se lidar com essas diferenças e ampliar a utilização dos Direitos Humanos para além de uma falsa pretensão de universalidade. Segundo Avtar Brah, “Há uma série de idéias e imagens que promovem algumas políticas públicas que acabam refletindo a interseção entre concepções de raça e de gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 13), como, por exemplo, a concepção de que mulheres negras têm mais filhos do que mulheres brancas, que promove esterilizações forçadas de mulheres racializadas¹¹ Isso foi tido enquanto política pública durante os governos de Bill Clinton, nos Estados Unidos, e de Alberto Fujimori, no Peru, com mulheres indígenas. A reprodução de mulheres não-brancas era entendida enquanto um problema, e portanto, limitada forçosamente pela esterilização, enquanto mulheres brancas eram incentivadas a ter filhos para continuar o legado branco-americano (DAVIES, 1981).

Quando se menciona a categorização (em gênero, raça e classe) presente no debate interseccional, se pretende demonstrar o quanto essa formação, construída socialmente, tem impactos reais e materiais na realidade tanto da vida das pessoas quanto do Sistema

¹¹ O termo *women of color*, em inglês, se refere mulheres latinas e afro-americanas.

Internacional. Isso porque a categorização por si só não é um problema, o que se expõe é que o exercício de poder, estabelecido a partir dessa categorização, tem a hierarquização social como consequência, e como resultado desse processo, portanto, a subalternidade de pessoas categorizadas.

Adotar uma perspectiva epistemológica feminista dentro das RI também perpassa por expor e entender outras formas de hierarquização social e relações de poder - em relação à raça, classe e colonialidade. Dessa forma, há uma abertura para perspectivas interseccionais, mas ela não é adotada automaticamente - ela precisa ser buscada e exposta através de uma epistemologia feminista que abranja sua pesquisa e sua análise para além das relações de gênero, considerando também questões de raça e classe. Não se pressupõe automaticamente que uma análise que parte de uma perspectiva feminista será interseccional, mas existem pesquisas que o fazem.

A pesar de que la colonialidad es una matriz que ordena jerárquicamente el mundo de forma estable, esta matriz tiene una historia interna: hay, por ejemplo, no solo una historia que instala la episteme de la colonialidad del poder y la raza como clasificador, sino también una historia de la raza dentro de esa episteme, y hay también una historia de las relaciones de género dentro mismo del cristal del patriarcado. (SEGATO, 2011, p.27)

Utilizando as proposições das perspectivas interseccionais, o feminismo descolonial pauta as especificidades das experiências das mulheres racializadas. O que tanto Segato (2015) quanto Crewshaw (1999) apresentam são os dilemas presentes diariamente na vida de mulheres racializadas, e o quanto o questionamento de narrativas dominantes às estabelece enquanto sujeitos políticos¹².

We locate subalternity by being attentive to the modalities of power, domination, and resistance in IR, paying particular attention to the multiple ways in which racialized, gendered, and classed hierarchies reproduce these modalities. (CHOWDHRY e NAIR, 2013, p. 27)

¹² Como colocado por Crewshaw (1999) “the narratives of gender are based on the experience of white, middle-class women, and the narratives of race are based on the experience of Black men.” (p.184), bem como por Segato (2015): “Las mujeres – tanto indígenas como afro-americanas (ver, por ejemplo Williams and Pierce 1996) – que han actuado y reflexionado divididas entre, por un lado, la lealtad a sus comunidades y pueblos en el frente externo y, por el otro, a su lucha interna contra la opresión que sufren dentro de esas mismas comunidades y pueblos, han denunciado frecuentemente el chantaje de las autoridades indígenas, que las presionan para que posterguen sus demandas como mujeres a riesgo de que, de no hacerlo, acaben fragmentando la coesividad de sus comunidades, tornándolas más vulnerables para la lucha por recursos y derechos.”(p. 32)

Assim, o feminismo descolonial também pauta a não universalização das experiências das mulheres, e sim o reconhecimento de estruturas que são econômicas, políticas, coloniais, mas que não universalizam experiências, muito pelo contrário, dimensões e relações de poder perpassam por essas estruturas, e o que nos demonstra isso de maneira mais visível é o conceito de interseccionalidade.

3.2.2. Corpo Colonial

Outro debate introduzido por Rita Segato (1999) é focado nos atores dos processos de internacionalização. Os Estados Nacionais (e demais grupos de interesse) são entendidos por um lado, enquanto atuantes e "administradores de etnias", e por outro lado, os mesmos constroem e mantêm alteridades e desigualdades ao longo da história, estabelecendo essas ações em relação à grupos étnicos, como povos indígenas e outras minorias¹³.

Com base nisso, afirma-se que “o Estado se comporta como um interlocutor com grande poder de interpelação” (SEGATO, 1999, p.108), o qual tem repercussões nacionais e internacionais que não ocorrem da mesma forma, uma vez que existem diferenças de magnitude e hierarquias no Sistema Internacional. A internacionalização foi importante para os povos que antes eram invisíveis, e dentro de seus contextos específicos, afirmam sua identidade e reivindicam direitos a partir dela. Da mesma forma, a instrumentalização dessas ações é discutida dentro de “um processo ambíguo e instável, capaz, por um lado, de afirmar os direitos das minorias mas também, por outro, de homogeneizar culturas” (p.105). Para o estudo das Relações Internacionais, os debates sobre a dualidade do papel do Estado no processo de globalização e dos demais atores do sistema global são particularmente interessantes, assim como a dinâmica do poder que cruza as relações entre os atores. Uma vez que existem formas de exclusão promovidas pelo particularismo do Estado-nação, o Estado é, sem dúvida, responsável pela construção das diferenças e das alteridades históricas. Por outro lado, o princípio da soberania continua a ser uma garantia - mínima - de autonomia de povos

¹³ Segato menciona o caso colombiano para discutir as mudanças e a evolução da ordem global, principalmente desde 1980, o que fez com que o próprio processo de construção do Estado-nação se adaptasse, e a idéia de administrar a etnia ganhará mais espaço em sua administração. No entanto, a concepção da instituição da diferença étnica em relação ao Estado ainda é importante, uma vez que a construção do conceito de raça abrange questões heterogêneas e concepções ideológicas que serviram para processos tanto do estabelecimento de colônias no novo mundo, quanto mais tardia construção do Estado-nação neles.

não considerados centrais no Sistema Internacional. Ainda assim, não parece tão claro como alteridades históricas podem estar relacionadas à porosidade das fronteiras, uma vez que muitos processos históricos, como os processos de colonização, não se limitam à especificidade dos Estados. No entanto, o ensaio de Segato nos permite discutir o imperialismo moral dos Direitos Humanos e as ações do Estado-nação diante dos processos de globalização enquanto processos que não podem ser desassociados das consequências contemporâneas da colonialidade do poder, como a retórica de vitimização aplicada sobre mulheres do Terceiro Mundo e utilizada enquanto justificativa para intervenções que às mantém em situações de re-vitimização (KAPUR, 2002; LUGHOD, 2013).

Além da dimensão geopolítica, esse debate também deve ser levado para a dimensão dos corpos, quando se entende que hierarquias de poder são marcadas por discursos caracterizados pela violência. Como apresentado anteriormente, Quijano entende que configurações de poder se utilizam da materialidade dos corpos para se estabelecerem, de forma semelhante, Spivak aborda a dimensão de corpos generificados (1988), e Fanon apresenta a ideia de Corpo Colonial (2008), a segunda categoria será enfocada em seguida.

O pensamento de Franz Fanon é fundamental para o estudo de estruturas sociais de racialização, e nesse caso, para a realidade povos originários, uma vez que isso está diretamente relacionado com a não superação de processos de dominação, e a persistência do colonialismo e da colonialidade (LÓPEZ, 2015). Além disso, há a percepção de que esses processos de subjetivação têm no corpo colonial como uma de suas marcas centrais. Assim, o corpo colonial enquanto categoria diz respeito ao “cuerpo marcado del colonizado por el discurso racial” (OTO, 2013, p.79) onde operam as configurações de dominação.

Essa categoria se relaciona diretamente com a existência de um dispositivo de racialização (FOUCAULT, 1996), onde o corpo colonial é percebido enquanto um território também historicizado e contextualizado por estruturas de dominação, e portanto, um corpo coletivo. Assim, é considerado um corpo ‘inadequado’, essencializado a partir de características negativas, “se trata, entonces de la racializacion en todas las variantes posibles desde la politica hasta la epistemica” (OTO, 2013, p.22). Em contrapartida, o corpo colonial também exerce uma significação antagônica ao reivindicar-se enquanto político. Sendo parte da “emergência de una subjetivación subalterna que desafía los órdenes políticos y sociales” (OTO, 2013, p. 68), é reconhecido enquanto uma dimensão da luta antirracista, e expressão de

resistência a partir da incorporação e empoderamento desses corpos no ambiente político (LÓPEZ, 2015).

Além do corpo, outra forma de subjetividade é levantada por Alejandro de Oto (2013) enquanto leitura de Fanon, a linguagem: “el objeto preferido de la practica racializadora, en todas su variantes, es el cuerpo, si bien se expresa en la lengua colonial de la que es solidaria.”(OTO, 2013, p. 81). Ao reivindicá-la também enquanto território a ser discutido na esfera política, essa perspectiva se relaciona com a dualidade levantada por Sarah Bertrand no artigo *Can the subaltern securitize? Postcolonial perspectives on securitization theory and its critics* (2018) sobre a relação da Teoria da Securitização e da linguagem, uma vez que há problemática em relação à povos subalternos, visto que estes possuem desafios em se fazerem ser ouvidos/entendidos. Dessa forma, há uma dificuldade destes serem atores de processos de securitização, “because they are structurally excluded from the concept of security” (BERTRAND, 2018, p. 295).

Efetivamente, o corpo colonial perpassado por estruturas de dominação é construído a partir de ordens discursivas que criam imaginários sociais, e refletem diretamente na realidade social e nas experiências de corpos racializados, generificados e sexualizados (GOMES, 2013). Mariana Selister Gomes (2013) demonstra a relação da interseccionalidade entre gênero, raça, classe e sexualidade e a delimitação do corpo colonial, e desta forma, a construção do corpo colonial se relaciona com a constituição de representações sociais.

Dessa forma, tanto o corpo quanto a linguagem servem para o entendimento de corpos perpassados por processos de subjetivação enquanto: (1) ameaça; e, também, enquanto (2) não-agente, passivo à securitização, demonstrando que esse processo se estabelece enquanto parte da prática de dominação colonial.

3.3. SÍNTESE DO CAPÍTULO: DA DESPOLITIZAÇÃO À SECURITIZAÇÃO: ONDE ESTÃO AS MULHERES?

As abordagens feministas percebem a complexidade das relações que permeiam o Estado, possibilitando, dessa forma, a adoção de um conceito mais amplo deste. A categoria

gênero é entendida enquanto uma construção social de supostas características do que seria feminino/masculino, estabelecendo nessa dicotomia relações hierárquicas, assim como, discursos e dinâmicas de poder que, reproduzidas historicamente, mantêm estruturas sociais de poder.

Se considerarmos a afirmação da Sociologia Política Internacional, de que todo o processo de securitização vem acompanhado de um processo de (in)securitização, entende-se que as abordagens feministas de Segurança Internacional ampliam esse debate ao expor a insecuritização social presente nesses processos, atingindo principalmente mulheres dentro do âmbito de securitização estatal. Além disso, enfocam as limitações e possibilidades de agência das mulheres diante desses cenários.

De forma semelhante e conjunta, perspectivas pós-coloniais e descoloniais se fazem cruciais para expor a colonialidade, ainda que "invisível", na atuação do Estado. Essas práticas possibilitam tanto a securitização quanto a (in)securitização de mulheres racializadas - uma vez em que estas tendem a ser não-politizadas e, consequentemente, invisibilizadas em grande parte das ações estatais, a menos que reivindiquem espaços na vida pública e representem alguma ameaça à governamentalidade de determinada elite estatal.

Ou seja, a forma como as dimensões de raça, gênero e colonialidade atravessam a securitização (construção como ameaça) ou a insecuritização (re-vitimização) variam conforme as relações do poder no contexto analisado. Como destacado anteriormente, a racialização e a generificação são construções históricas, não são universais, nem essenciais. Portanto, no capítulo seguinte, pretende-se investigar o processo de securitização da líder indígena Milagro Sala, atendendo para como ele é atravessado pelas dimensões de raça, gênero e colonialidade.

O intuito deste capítulo foi, portanto, desenvolver o entendimento do Estado e das Relações Internacionais, em um primeiro momento, enquanto generificados, e estruturados a partir de violências institucionais que legitimam processos de dominação, em um segundo momento, enquanto parte de um projeto moderno e colonial que é marcado por processos de classificação e hierarquização e, consequentemente, de racialização. Desta forma, essas características têm consequências nas práticas e no próprio exercício de governamentalidade do Estado, bem como na forma em que corpos coloniais são securitizados e (in)securitizados.

4 ANÁLISE DOS DADOS: “ONDE, AFINAL, ESTÁ O PERIGO?”

A análise do “ato de fala” é algo que está determinado na Teoria da Securitização como forma de entender o processo, uma vez em que o discurso é produtor de sentidos, se relaciona com e influencia as práticas (NEUMANN, 2008), produzindo significados que são entendidos enquanto representações - reproduzidas constantemente nas interações sociais. De forma semelhante, diversos estudos que se utilizam de abordagens feministas também realizam suas análises a partir de análises de discurso, adotando-o enquanto “práticas que formam sistematicamente os objetos dos quais elas falam” (FOUCAULT, 1972, p. 149).

"Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?" (FOUCAULT, 2012, p.8). Este capítulo objetiva desenvolver o Estudo de Caso, pretendendo compreender as dimensões de poder que se estabelecem na securitização e os discursos de criminalização da Organização Tupac Amaru e de Milagro Sala. Isso será feito a partir da utilização da Análise Crítica de Discurso, bem como da Análise de Conteúdo, uma vez em que estas permitem o entendimento do contexto a partir do qual os discursos estão sendo produzidos. Pretende-se responder o problema proposto, apresentando em um primeiro momento os caminhos metodológicos, para que então os discursos midiáticos e políticos sejam analisados.

A pesquisa empírica tem o objetivo de demonstrar dois processos que seriam perceptíveis através da Análise de Conteúdo e Análise Crítica de Discurso. Primeiro, a dimensão da securitização, percebendo a organização e suas e seus representantes enquanto ameaças à governamentalidade de Gerardo Morales, governador da província de Jujuy, e Mauricio Macri, presidente Argentino durante o período dos processos. Segundo, expandido a contribuição de Constanza Tabbush e Melina Gaona (2017), pretende-se localizar na análise dimensões de gênero, raça e classe que se estabeleceram nesse processo.

4.1. METODOLOGIA E UNIDADES DE REGISTRO

Parte-se do entendimento de que a metodologia está relacionada não só com concepções epistemológicas, como também ontológicas, bem como escolhas teóricas e empíricas de uma pesquisa. Isto vai ao encontro de muitas das escolhas de pesquisas

feministas e pós-estruturalistas, que a despeito de se posicionarem enquanto críticas, não dispensam determinada cientificidade e uma objetividade bem posicionada (ADARAU e HUYSMANS, 2013). A partir do que é desenvolvido por Claudia Aradau e Jef Huysmans (2013), se percebe o método enquanto um dispositivo e uma forma de ação, “methods as devices and acts carry (...) particular visions of politics and critique” (p.608). Ao invés de ser adotada uma divisão bem estabelecida entre método e metodologia, como a de Jackson (2015), entende-se que métodos, ainda que sejam técnicas - “It includes the idea that methods interfere in worlds, both by making claims about the knowledge of the world and its politics. In this way, methods as devices also carry an idea of politics as making visible alternative worlds.”(ADARAU e HUYSMANS, 2013, p.611) -, não se distinguem vigorosamente da metodologia, uma vez que ambos se relacionam com a própria prática de construção do conhecimento.

Este trabalho propõe-se a ser uma reflexão de caráter qualitativo e analítico. Para o estudo empírico serão utilizadas, enquanto metodologia operacional para a pesquisa, a Análise de Conteúdo enquanto técnica de coleta, sistematização e análise, conjuntamente com a Análise Crítica de Discurso para a interpretação dos dados. Entende-se que, enquanto a análise do discurso permite que seja melhor explorado o contexto do que está sendo analisado, ampliando as possibilidades da Análise de Conteúdo, esta por sua vez oferece um rigor analítico que possibilita a elaboração dos caminhos metodológicos da investigação (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005).

A ideia de representação se faz presente na análise de discurso. Visto que representações sociais dizem respeito a valores compartilhados e intersubjetivos, estas permitem que dimensões afetivas sejam construídas em relação a um objeto. Desta forma, construções simplistas são incorporadas com mais facilidade nas representações sociais (SPINK, 1995). As delimitações interseccionais entre gênero, raça, classe e sexualidade também se fazem presentes e influem em representações sociais (GOMES, 2013). Entende-se que representações podem ser percebidas através das análises de discurso e dessa forma, “[a]n analyst may use discourse analysis in order to study how structures produce agents, and then decide to ‘freeze’ agents at a specific point in time” (NEUMANN, 2008, p. 76). No entanto, a ideia de representação pressupõe uma certa separação das esferas sociais (o real ou material ou estrutural e a representação do real); já a ideia de discurso, interpreta discurso e realidade

de forma conjunta. Quatro noções são percebidas enquanto reguladoras das análises de discurso ao longo da “história das ideias”: 1) de acontecimento; 2) de série; 3) de regularidade e 4) de condição de possibilidade. De modo conjunto, essas noções encontram oposições (respectivamente, criação, unidade, originalidade e significação) (FOUCAULT, 2012). Além disso, Foucault também elenca dois conjuntos de análises, que identifica enquanto críticas e genealógicas, onde são reconhecidos os princípios ordenadores dos discursos, sua formação e seus exercícios de poder. “A análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”(FOUCAULT, 2012, p. 70), por isso, entende-se que o Estudo de Caso é acompanhado de uma contextualização desses discursos.

Entender discurso como construção de sentidos não exclui todos os processos que fazem parte da política, não negligencia relações de poder, pelo contrário: desnaturaliza concepções essencialistas, e expõe a construção histórica de aspectos sociais e políticos. Como colocado por Foucault:

[O] acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; (...) produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2012, p.57-58)

Para a política, a disputa de significados se estabelece por meio de construções discursivas. Celi Pinto (2006) aponta os discurso políticos, midiáticos e científicos como importantes para a análise do discurso político contemporâneo. Neste trabalho, coloca-se em foco os dois primeiros. Dessa forma, a política se estabelece enquanto uma das principais esferas sociais onde “os buracos negros se multiplicam” (FOUCAULT, 2012) e o poder é exercido através do discurso, bem como o discurso midiático gera informação para a sociedade em geral relatando eventos, e produzindo seus próprios discursos e representações. A partir deste entendimento, a política também é legitimada: “Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa?” (PINTO, 2006, p. 80). Por tanto, discursos - ou os “conjuntos de acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2012, p.57) - se fazem importantes e necessários para o entendimento da política, uma vez em que

ocasionam em efeitos concretos, principalmente por acarretarem em efeitos na realidade material.

Serão realizadas análises a partir dos discursos políticos proferidos pelo Governador de Jujuy Gerardo Morales, pelo presidente argentino Mauricio Macri, bem como documentos da província de Jujuy para identificação do ator securitizador, da ameaça e do objeto referente (que têm que ser protegido da ameaça), assim como a análise de discurso midiático, a partir da qual se poderá entender a dimensão da aceitação e legitimação do processo de securitização. Essas dimensões estão postas no esquema abaixo:

Figura 2 – Relação entre Discursos Políticos/Midiáticos e a Teoria da Securitização.



Elaboração própria.

Dessa forma, pretende-se elaborar a estrutura de estudo para responder o problema proposto. Tendo em vista os discursos políticos e midiáticos, utiliza-se do que é estabelecido por Lawrence Bardin (1977) para projeção da Análise de Conteúdo. São identificadas algumas fases: a primeira é uma pré-análise, que contém as hipóteses, objetivos, índices e escolha dos documentos; a segunda diz respeito à própria exploração do material, a “codificação desonto ou enumeração” (p.101) do que foi definido na fase anterior; e por fim, a interpretação dos resultados. Esses processos serão desenvolvidos nas próximas subseções.

Ainda para completar a metodologia, é preciso ressaltar o caso escolhido (GERRING, 2006). Milagro Sala é líder da organização indígena denominada Tupac Amaru, na província de Jujuy, estando na fronteira com a Bolívia e o Chile. Eleita parlamentar do Parlasul no final do ano de 2016, Sala foi detida em janeiro de 2016 por ser denominada enquanto

“organizadora” de um protesto na frente da sede do governo da província de Jujuy. Seguido disso, Milagro e outros ativistas da organização foram criminalizados pelo protesto, e acusados de diversos crimes. A partir de um decreto do poder executivo da província, o reconhecimento jurídico da organização Tupac Amaru foi suspenso. O caso, que se inicia com a criminalização do protesto social, se estende pelos próximos três anos (e ainda não está finalizado), com Milagro Sala e outras/outras ativistas sendo reconhecidos enquanto culpados de diversos crimes, bem como sendo relacionados a casos de corrupção. Desta forma, os dados analisados limitam-se ao ano de 2016¹⁴ uma vez que o objetivo deste trabalho é o entendimento de como o protesto social é utilizado nos discursos securitizadores.

4.1.1. Pré-análise

A primeira fase se estabelece a partir da elaboração de objetivos e hipóteses para que sejam escolhidos os documentos e feitos os próprios índices, indicadores e categorias para a Análise de Conteúdo. Têm-se a hipótese central de que de que dinâmicas de colonialidade e gênero interferem no processo de securitização - entendido enquanto instrumento da governamentalidade de determinada elite política - de Milagro Sala e da Organização Tupac Amaru, e as unidades de registro foram elaboradas a partir desta. A partir disto, considera-se o objetivo específico realizar a análise crítica dos discursos políticos e midiáticos presentes no processo de criminalização da Organização Tupac Amaru, na Argentina, em 2016.

Quanto à escolha dos documentos, leva-se em consideração principalmente a regra de pertinência, levantada por Bardin (1977). O período escolhido para a análise dos discursos se estabeleceu a partir do dia 16 de janeiro de 2016, quando Milagro Sala e outros militantes integrantes da Organização Barrial Tupac Amaru foram presos em um acampamento em frente à sede do governo de Jujuy com a acusação de “ocupação do espaço público, alteração de ordem e obstrução do tráfego de veículos e pedestres”, até a concessão de sua prisão preventiva, em agosto de 2017, concedida a partir de recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

¹⁴ A análise completa do processo, incluindo os julgamentos e os casos de corrupção, seria uma abordagem extensa demais para esta pesquisa.

Quanto à securitização, em um primeiro momento, serão analisadas matérias, entrevistas e reportagens eletrônicas do jornal La Nación. A escolha por um dos jornais de maior circulação do país, e não de jornais específicos da província de Jujuy, se justifica frente ao objetivo de entender como é retratado o processo de criminalização de Milagro Sala e da Tupac Amaru para a maior parte do país, ultrapassando os limites provinciais¹⁵, na pretensão de que a dimensão da aceitação interna e legitimação externa do processo de criminalização/securitização seja percebida. A dimensão política será, em um primeiro momento, reconhecida a partir dos discursos e entrevistas, mencionados no jornal La Nación durante o ano de 2016, proferidos pelo Governador de Jujuy e por Mauricio Macri, bem como por representantes oficiais e aliados de seus governos, como o Ministro da Justiça e Direitos Humanos, Germán Garavano. A partir disso, será realizada a análise dos decretos que permitem que a organização deixe de ter reconhecimento legal e receber verbas do governo para continuação de seus projetos. Pretende-se, dessa forma identificar ator securitizador, ameaças e objetos referentes, tais como estabelecidos pela teoria.

Com os recursos elencados por Laurence Bardin (1977) para Análise de Conteúdo, bem como a partir da construção teórica dos capítulos 1 e 2¹⁶, estabeleceu-se a construção das categorias presentes nos guias de análise (tabelas a seguir). A codificação é estabelecida a partir das unidades de registros, “visando a categorização”, nesse caso, em recortes temáticos, palavras e documentos que se relacionam com o contexto e as representações que estão sendo analisados. Visto isso, e tendo-se em conta que a análise é de caráter qualitativo, as regras de enumeração que serão utilizadas são as de presença (ou ausência) das categorias selecionadas, frequência de palavras e direção (favorável, desfavorável ou neutra).

As categorias escolhidas foram: Primeiro, (1) Tupac Amaru enquanto ameaças à sociedade de Jujuy e à governamentalidade, e segundo, (2) Milagro Sala enquanto ameaça, não só de Gerardo Morales como também de Mauricio Macri, entende-se essas categorias enquanto cruciais para entendê-los dentro do espectro da securitização, possuindo uma

¹⁵ Para uma análise de discurso da mídia local sobre a Organização Tupac Amaru: BALCEDA, Sofía Melina. Imagen institucional: análisis crítico del discurso de noticias en los medios jujeños sobre la Organización Barrial Tupac Amaru. Question, 2015.

¹⁶ Cabe aqui elencar o artigo de María Angélica Peñas Defago (2015), que analisa a não neutralidade dos discursos judiciais e a manutenção/utilização de estereótipos de gênero no sistema legislativo argentino.

direção negativa. A terceira categoria visa explorar a (3) liderança política de Milagro Sala enquanto um tema recorrente, podendo tanto direcionamentos negativos, quanto em positivos ou neutros. A quarta categoria visa analisar a situação de (4) membras/membros da Organização Tupac Amaru sendo colocado enquanto vítimas, “manipuladas” por Milagro Sala. Essa característica é percebida por Constanza Tabbush e Melina Gaona (2017)¹⁷, que compreendem as dimensões de gênero, raça e classe presentes na criminalização de Milagro Sala e da Organização Barrial Tupac Amaru, objetiva-se encontrar as evidências empíricas dessas afirmações através da Análise Crítica de Discurso. Essas representações teriam o direcionamento negativo em relação à Milagro e à organização. Por fim, a quinta categoria diz respeito à (5) repercussão internacional do caso, visto que organizações como a Anistia Internacional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, e até mesmo o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da Organização das Nações Unidas, manifestaram-se em defesa de Milagro Sala.

¹⁷ Constanza Tabbush e Melina Gaona (2017) também demonstram as consequências da criminalização da organização Tupac Amaru na vida dos habitantes de Jujuy.

Tabela 1 – Guia de Unidades de Registro: Categorias de análise e indicadores

Categorias	Indicadores
1. Tupac Amaru enquanto ameaça	Prisão preventiva Ameaças Violência Corrupção Kirchnerismo
2. Milagro Sala enquanto ameaça	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder
3. Milagro Sala enquanto liderança política	Indígena Negra Racismo Fundadora Líder Parlamentar/deputada
4. Membras/membros da Organização Tupac Amaru enquanto vítimas	Vítimas Seguidores/Seguidoras Agressões Maltrato Pobres
5. Repercussão Internacional	Presa Política Prisão Arbitrária Prisão Ilegal Pressão Internacional Indígena

Espera-se analisar com maior clareza as categorias e os indicadores construídos no Guia de Unidades de Registro, a partir da construção do quadro de Pré-Análise, que inclui as teorias desenvolvidas nos primeiros dois capítulos. Tendo como base a construção teórica, foram elaboradas quatro hipóteses, derivadas da hipótese central: Como o primeiro capítulo corresponde ao processo de securitização, considera-se, assim como perspectivas tradicionais

das Relações Internacionais, que ameaças são construídas pelo Estado. Todavia, entende-se também que as mídias possuem papel na securitização, (1) legitimando o processo e contribuindo, muitas vezes, para a construção de ameaças, da mesma maneira que (2) atores externos ao Estados, como organizações internacionais. Em relação ao segundo capítulo, evidencia-se o gênero enquanto categoria de análise nas Relações Internacionais para entendimento de como são utilizados estereótipos onde mulheres são estabelecidas enquanto vítimas e não reconhecidas enquanto sujeitos político. As abordagens feministas descoloniais, por sua vez, compreendem a categoria de corpo colonial, desenvolvendo as hipóteses de que: (1) mulheres indígenas são perpassadas por discursos racializados que, em geral, as entendem enquanto agressivas e intimidadoras; e, em oposição, esses mesmos discursos podem ser utilizados enquanto (2) estratégia de resistência – ou seja, a racialização depende do contexto.

Tabela 2 – Pré-Análise

Pré – Análise			
Teorias	Hipóteses	Categorias	Indicadores
Securitização / Estado enquanto ator securitizador	Construção de ameaça no discurso político	Categoria 1	Prisão preventiva Acusação Ameaças Violência Corrupção Kirchnerismo
		Categoria 2	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder
Securitização / Mídia enquanto legitimadora do processo	Construção de ameaça no discurso midiático	Categoria 1	Prisão preventiva Acusação Ameaça Violência Corrupção Kirchnerismo
	Presença de atores externos ao Estado (como organismos internacionais) influenciando a securitização ou a deslegitimando.	Categoria 5	Presa Política Prisão Arbitrária Prisão Ilegal Pressão Internacional Indígena
Gênero nas RI / Dessecuritização de Gênero	Estereótipo tradicional de mulheres enquanto vítimas e não sujeitos políticos	Categoria 4	Vítimas Seguidores/Seguidoras Agressões Maltrato Pobres
Feminismo Descolonial/ Corpo Colonial	Estereótipo da mulher indígena enquanto ameaçadora e dominada	Categoria 2	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder

	Resistência enquanto mulher indígena	Categoria 3	Indígena Negra Racismo Fundadora Líder Parlamentar/deputada
--	--------------------------------------	-------------	--

4.2. ANÁLISE DOS DISCURSOS DA MÍDIA

A mídia muitas vezes é utilizada apenas como fonte de informação em trabalhos de Relações Internacionais. Neste trabalho, a mídia é analisada como agente do processo de securitização, ou seja, é um objeto a ser analisado. Cabe destacar a importância deste meio para a construção de representações através de discursos e imagens, causando consequências sobre a vida social. A mídia promove a identificação (e aversão) aos objetos explorados, reproduzindo relações e hierarquias de poder, e podendo servir tanto enquanto instrumento de "dominação ideológica" quanto resistência, ou seja, é um "terreno de disputa" (KELLNER, 2001). Uma vez que influencia comportamentos e opiniões, “[a] cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’” (ibidem, p. 9) e pode atuar, desta forma, legitimando - e criminalizando - processos sociais.

Para esta análise, opta-se por explorar o jornal La Nación em específico, uma vez em que este é uma fonte de informações tradicional em toda a Argentina, ao mesmo tempo em que demonstra significativa “atenção” ao caso de Milagro Sala e da Tupac Amaru, tendo três seções específicas em seu site dedicadas para abordar esse processo: A primeira, mais antiga, aborda temas relacionados à província de Jujuy e têm o título de “Tensión en Jujuy”, as últimas matérias desta seção são datadas em 6 de junho de 2016. A seção não tem o intuito de elencar apenas o caso da criminalização de Milagro e da Tupac Amaru, apesar disso, a última notícia antes da prisão, sobre a temática, havia sido em setembro de 2012. Outra característica perceptível desta seção é que as notícias anteriores à prisão das e dos ativistas também abordam a atuação política da organização Tupac Amaru e de Milagro Sala na província, uma notícia já de 10 de agosto de 2011 têm o título de “Milagro Sala consolida su poder”, deixando clara a perspectiva de que Milagro seria a fomentadora das agitações sociais que

aconteciam na província, ideia que continua sendo reforçada depois, quando mencionam as manifestações que são realizadas após sua prisão.

A segunda seção analisada tem o tema “Milagro Sala”. Foi necessária essa análise por motivo de, entre a última reportagem da primeira seção (Tensión en Jujuy) e a primeira da terceira seção (El caso Milagro Sala), há uma lacuna de seis meses (junho/2016-dezembro/2016), onde são produzidas cerca de 60 reportagens que dizem respeito à esta questão, onde são reportadas notícias dos processos, entrevistas com Gerardo Morales, artigos de opinião e reportagens, diversas têm a característica de serem investigações sobre a “violência” e os “abusos de poder” da Organização Tupac Amaru em jujuy.

A terceira seção é intitulada “El caso Milagro Sala”. Sua primeira matéria é do dia 28 de dezembro de 2016 e a mesma permanece sendo atualizada até o ano de 2019. Esta seção já se inicia após a primeira condenação das e dos membros da organização. Milagro Sala e outros dois membros foram condenados por um escracho realizado contra Gerardo Morales em 2009, quando ainda não era governador mas senador da província. A primeira matéria, inclusive, enfoca não na condenação, mas na reação da própria organização Tupac Amaru ao julgamento. Em 29 de dezembro de 2016, Milagro foi condenada pela segunda vez por ser a instigadora do acampamento em frente à sede do governo de Jujuy, e impedida de ocupar cargos administrativos e políticos em associações sociais por três anos. A partir disso, as matérias incluídas na seção dizem respeito, principalmente, às acusações de corrupção atribuídas à associação e à sua reconhecida líder. Analisam-se, em seguida, a presença - ou ausência - das categorias elencadas para o entendimento do caso.

Entre as mais de cem notícias do ano de 2016 analisadas, as categorias um, dois e três - o caráter de ameaça de Tupac Amaru, Milagro Sala e a característica de liderança de Milagro Sala - aparecem com frequência de maneira conjunta (em 31 delas). Assim sendo, matérias que colocam Milagro Sala e a Tupac Amaru enquanto ameaças, também mencionam seu protagonismo na fundação da organização, bem como sua característica de liderança para a administração da mesma. Uma destas reportagens, publicizada quatro dias após sua prisão

(em 16/01/2016), afirma que “[l]adrona, mafiosa y amenazadora son tres de las palabras más suaves con que la describen cuando se les pregunta quién es Milagro Sala”¹⁸.

As matérias enfatizam seu “poder acumulado”¹⁹, e também é construída a ideia de que Tupac Amaru constituía um “Estado paralelo”²⁰ na província de Jujuy. Menciona-se, até mesmo, que Milagro Sala teria construído um “império clientelar sin precedente”²¹ a partir da cooperação - nem sempre constante ou livre de divergências - com os governos peronistas anteriores da província, e seu alinhamento com o kirchnerismo. A referida rede clientelar da organização foi batizado pelo jornal de “Império Sala”²². A utilização destas categorias – “império clientelar” – remete à práticas coloniais. Assim, percebe-se uma escolha de termos curiosa, uma vez que a Tupac Amaru, desde seu nome, se considera uma organização barrial indígena, há um claro apagamento destas características, que são substituídas por discursos centrados na acumulação de poder da organização na província, como se estivessem reproduzindo estes próprios padrões de poder coloniais, a partir da criação de um “império” e de uma “rede clientelar”.

Em contrapartida, o jornal também caracteriza a dinâmica entre o governo de Jujuy e a organização Tupac Amaru enquanto uma “cruzada”²³ (aqui, outra vez, está presente uma categoria que parte de uma retórica colonial):

(...) la batalla entre el gobernador de Jujuy, Gerardo Morales, y la líder de la organización Tupac Amaru, Milagro Sala, apenas comienza. Mientras aísla políticamente a la diputada del Parlasur sumando acuerdos con cooperativistas y dirigentes que supieron ser sus aliados, el mandatario radical ordenó rastrear expedientes y documentos provinciales para ampliar las denuncias por asociación ilícita y fraude a la administración pública que mantienen detenida a Sala en el penal de mujeres de Alto Comedero.²⁴

Por detrás del intríngulis judicial, lo que subyace es una pelea por el poder entre Morales, que con el aval de las urnas demanda ser también el único gobernador real de la provincia, y Sala, que con impulso del kirchnerismo levantó un Estado paralelo, que construyó viviendas, fábricas, hospitales y escuelas, pero no admitió

¹⁸ <https://bit.ly/34lyt1o>

¹⁹ <https://bit.ly/33g8pog>

²⁰ <https://bit.ly/2N1HQ0E>

²¹ <https://bit.ly/2JB2um2>

²² <https://bit.ly/3309Ln8>

²³ <https://bit.ly/2N4vqFe>

²⁴ <https://bit.ly/36feBim>

rivales. La Justicia investiga ahora si la dirigente extorsionó a quienes decía proteger y si, en el camino, se enriqueció con los recursos del Estado.²⁵

No final de janeiro, uma notícia levanta as decisões do Juiz que estabeleceu a resolução judicial da prisão de Milagro Sala, que a “libertou” da prisão preventiva pelas acusações relacionadas ao protesto, mas a mantém presa, agora por outra justificativa:

En la resolución judicial, Mercau firmó la excarcelación de Sala en la causa por "instigación a cometer delitos y tumulto", pero, párrafo siguiente, ordenó la continuidad de su detención. En ese expediente, Sala está imputada por la supuesta autoría de los delitos de "asociación ilícita, fraude a la administración pública y extorsión"²⁶

Esse procedimento é apresentado novamente em uma notícia posterior, que diz respeito aos apoiadores da líder social, que reclamavam sua prisão. A matéria menciona que “la decisión de ayer les dio [aos apoiadores] pie para sostener otro de sus temores: que [o juiz] mantuvo detenida a Sala a la espera de que "aparezcan" denuncias de delitos más graves”²⁷.

Ademais, as notícias identificam as e os membros da organização enquanto seguidores: influenciados com facilidade por Milagro Sala. Há um caráter pejorativo à organização uma vez que, segundo o jornal, seus membros “obstruían la circulación” dos lugares nos quais se manifestavam. Seus protestos e manifestações são relatados das seguintes formas:

Tras una extensa asamblea, los tupaqueros -como se llama a los simpatizantes de la agrupación que lidera Milagro Sala- desarmaron las carpas y abandonaron el lugar, dejándolo libre, para que comiencen las tareas de limpieza y recuperación de la plaza. "Desastre", fue la palabra que utilizó el gobierno provincial en diálogo con LA NACION para describir el estado en el que quedó la plaza Belgrano. "Hay que hacerla de vuelta", agregaron las fuentes.²⁸

Todavía, não só a prisão de Milagro caracteriza o posicionamento desfavorável em relação à organização. A própria Tupac Amaru enquanto instituição é entendida como centralizadora de poder na região, e isto é exposto durante a cobertura do acampamento que resultou nas prisões de seus membros, visto que esse protesto é realizado em oposição à um plano do governo de Jujuy de regularização das cooperativas da província. O jornal entende

²⁵ <https://bit.ly/36im549>

²⁶ <https://bit.ly/2Pyofa0>

²⁷ <https://bit.ly/34b0WXU>

²⁸ <https://bit.ly/2q8yRln>

que a discordância da Tupac Amaru com o governo consiste na sua possível desconcentração de poder que seria implementada por este plano:

El acampe se había iniciado, en un principio, para protestar por las primeras medidas del gobierno radical, entre las que se encontraba un plan de regularización de cooperativas. El gobierno ordenó la registración y bancarización de todas las cooperativas que funcionan en la provincia para que no hubiera más intermediarios entre los fondos que brinda el Estado para obras y los trabajadores de aquellas organizaciones. Así, se buscaba dinamitar de un zarpazo los cimientos del poder que la Tupac Amaru había acumulado en los últimos años en connivencia con los gobiernos kirchneristas de turno.

Constantemente, a Organização é associada ao kirchnerismo, e aos governos peronistas anteriores da província. A província de Jujuy foi governada por políticos que se reivindicavam enquanto peronistas por anos, e a eleição de Gerardo Morales representa uma mudança de elites políticas no poder. Morales é filiado à União Cívica Radical, o principal partido opositor ao peronismo no país. Seus primeiros atos enquanto governador mudam as dinâmicas que estavam estabelecidas na província, principalmente em relação a organizações e cooperativas, e sendo de um partido historicamente opositor, o peronismo e o kirchnerismo representavam, por si só, uma ameaça à suas novas políticas (TABBUSH e GAONA, 2017). No mesmo período, o peronismo perde as eleições presidenciais para Mauricio Macri. Além disso, os principais meios de comunicação do país não possuíam uma relação amigável com o governo de Cristina Kirchner, principalmente a partir da aprovação da “Ley de medios”, em 2009.

Da mesma forma, a Tupac Amaru começou a questionar as políticas de Gerardo Morales e sua autoridade enquanto governador já nos seus primeiros dias de governo, e isso foi relatado pelo La Nación. O jornal chega a mencionar que “[p]ara Morales y la UCR jujeña, la verdad se irá develando ahora que el kirchnerismo no está en el poder” e logo depois, que “[e]speran más evidencias contra Milagro”²⁹.

Con el tiempo, y con nadie que siquiera intentara ponerle un pie encima, Sala se hizo con el control total de un monstruo capaz de imponer condiciones al propio gobierno. A la par del desarrollo de ese monstruo, la Tupac también adquirió conocimiento público y lo mismo hicieron sus maneras de perjudicar, extorsionar y condicionar, como sea, a todo aquel que no pensara como ella³⁰.

Con la llegada de Morales, el gobierno tomó una serie de medidas que minaron el poder que la Tupac había acumulado en los últimos años. Al mismo tiempo, la

²⁹ <https://bit.ly/338a4wg>

³⁰ <https://bit.ly/2NmN7i4>

justicia jujeña comenzó a actuar contra Sala, que ayer cumplió cuatro meses en prisión.³¹

O primeiro julgamento da organização aconteceu em dezembro de 2016, em relação a um escracho em Gerardo Morales, quando ainda era senador em 2009. Três membros da organização, incluso Milagro, são condenados por esse acontecimento, Milagro a três anos de prisão. Esse foi o primeiro de outros processos a serem julgados. Ainda em dezembro de 2016, o principal processo para a análise deste caso em específico (o acampamento em frente à sede do governo de Jujuy) é realizado, visto que esta é justificativa inicial para a prisão de Milagro. Quando condenada, Milagro Sala é impedida de ocupar cargos em associações por três anos.

A categoria 4 também é identificada nas notícias analisadas, sendo relativa principalmente à uma retórica utilizada para justificar e a criminalização da organização e a prisão de seus ativistas, na concepção de que eles estariam “explorando” a própria população para a qual eles deveriam trabalhar - e recebiam recursos do Estado para trabalhar. No decorrer de 2016, muitas matérias traziam relatos de vítimas e “investigavam” a atuação da Tupac Amaru em Jujuy. Algumas matérias são dedicadas especificamente à abordagem dos dramas daqueles que seriam vítimas, segundo o jornal, de Milagro Sala e da organização³². Essa característica se relaciona diretamente com o processo de despolitização desenvolvido no segundo capítulo. Uma vez em que mulheres-pobres-indígenas não são atores dos processos de securitização (e não podem ser, uma vez que não possuem poder para isto), são despolitizadas para que estejam na categoria de “objeto referente”. Esta é a justificativa pela qual o Estado age – uma vez que o “objeto referente” está em ameaça, é necessário defendê-lo. Neste caso, onde processo de racialização na verdade está acompanhado de um processo de apagamento e ‘desracialização’, a categoria “pobres” é a melhor utilizada enquanto justificativa para a ação.

Segundo o jornal, “[l]a historia de las víctimas de violaciones de los derechos humanos por parte de Milagro Sala y de su agrupación, Tupac Amaru, se mantuvo en

³¹ <https://bit.ly/2oDHHak>

³² <https://bit.ly/2JDul6C>

silencio, durante años, casi siempre por miedo.”³³. Uma dessas matérias investiga “El Cantri”, o principal bairro construído pela Tupac Amaru:

Ubicado en las afueras de la capital jujeña, rige allí una estricta seguridad; sus habitantes, entre el agradecimiento y el temor (...) en El Cantri, el barrio que la Tupac construyó en la zona de Alto Comedero y que representa el poder acumulado por una dirigente social a la cabeza de una estructura clientelar que por años condicionó a los gobiernos provinciales de turno.

(...)

Si el imperio verticalista y político que Sala construyó en los últimos años fuera territorial y no sólo una cuestión de poder y dinero, El Cantri sería su capital. LA NACION recorrió las áridas calles de tierra de un barrio tenso, nutrido por seguidores incondicionales de la dirigente y hostil ante los visitantes.

(...)

Aquí se juegan las reglas de Sala, que parece no haber dejado de gobernar El Cantri a pesar de que pasó de hacerlo de su casa del barrio acomodado Cuyaya al penal de Alto Comedero. Entre esas reglas se destaca el propio sistema de seguridad, como si fuera un Estado autónomo.³⁴

Essa narrativa é reforçada em matérias, reportagens e artigos de opinião. A ideia de que a Tupac Amaru haveria concentrado o poder na região, é reforçada pela narrativa de que seus membros reprimiam a população e, portanto, seriam uma ameaça à própria sociedade de Jujuy. Todavia, um dos ex membros da organização entrevistados, ainda reforçando a ideia de Milagro Sala enquanto perigosa para a sociedade de Jujuy, não reconhece enquanto válido o motivo de sua prisão pelo protesto:

El sindicalista jujeño Carlos "Perro" Santillán denunció a la líder social Milagro Sala, a quien señaló por "haber instalado la narcopolítica en la provincia y reprimir a los trabajadores". (...)

Santillán rechazó los motivos de la detención de Sala, que entendió como una "judicialización de la protesta". Sin embargo, declaró que "debería estar presa" por otros delitos.. "Es como tener a Al Capone preso por la falta de pago de impuestos", aseguró.

Esse mesmo ex-membro da organização, uma das principais fontes das matérias do jornal, reforça em suas declarações que “Milagro Sala tenía un imperio violento y decidía la vida de los jujeños” (...) “La Tupac era una estructura muy violenta. Sus miembros no se movían sin la autorización de Sala.”³⁵. Dessa forma, esse posicionamento forte em relação aos abusos da organização e de sua líder aos trabalhadores é ainda mais reforçado nos artigos de opinião publicados sobre o tema:

Asombroso. Insisto: asombroso, además, tratándose de Milagro Sala, porque su prontuario, sus golpizas a hombres y mujeres indefensos, sus métodos salvajes de

³³ <https://bit.ly/2PCDyhU>

³⁴ <https://bit.ly/2WvjzD4>

³⁵ <https://bit.ly/2NxbCTL>

disciplinamiento y su pequeño ejército de represores no son cosas de hace décadas opacadas por el paso del tiempo. Son todos hechos recientes y flagrantes, con cientos de testigos. Las víctimas de Sala están vivas y muchas ya han brindado sus desgarradores testimonios ante la Justicia y ante la Secretaría de Derechos Humanos de Jujuy. La mayoría sólo se animó a hablar cuando Milagro Sala cayó presa. No son macristas, integristas, neoliberales ni agentes de la CIA. Son jujeños de a pie, todos ex integrantes de la Tupac. También están vivos, y sueltos, sus victimarios, los matones a sueldo que se unían a la jefa en la tarea de hacer escarmentar a los que ella marcaba.³⁶

Além disso, os clamores pela liberdade da líder da organização são descritos enquanto causadores de uma “tensión política” na província de Jujuy: “Desde que el Grupo de Trabajo para Detenciones Arbitrarias de la ONU pidió la “inmediata” liberación de Milagro Sala, el clima político y social en esta provincia comenzó a enrarecerse”.

Quanto ao posicionamento internacional (Categoria 5), este começa a ser um assunto recorrente no final do mês de outubro de 2016, quando Grupo de Detenção Arbitrária da Organização da Nações Unidas (ONU) pede a liberação de Milagro ao governo argentino, bem como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). As organizações internacionais, constantemente, reforçavam a concepção de que a prisão de Milagro Sala era arbitrária (34). A repercussão internacional do caso era mencionada, às vezes não enquanto temática principal da matéria, mas reforçando o papel das organizações internacionais enquanto defensores de Milagro Sala, pressionando o Governo argentino à liberá-la. Um dos integrantes da CIDH concedeu uma entrevista, em defesa da líder da Tupac Amaru:

El ex juez de la Corte Eugenio Zaffaroni encabezó ayer un panel en el acampe que Tupac Amaru instaló en la Plaza de Mayo en reclamo de la liberación de Milagro Sala. “La detención es un escándalo internacional y una vergüenza”, lanzó el integrante de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Y agregó: “¿Dónde queda nuestro respeto a las garantías, a todo lo que hemos construido? ¿Dónde queda cuando hay una mujer presa porque perturba la circulación terrestre y los colectivos tienen que ir por otro lado?”, dijo.³⁷

A situação da prisão de Milagro Sala foi levada à discussão no Grupo de Trabalho da ONU com a participação do Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), da Anistia Internacional y Abogados y Abogadas del Noroeste Argentino en Derechos Humanos y Estudios Sociales. Foi exigida a partir disso sua liberação porque entendeu-se que, uma vez

³⁶ <https://bit.ly/34nqu4d>

³⁷ <https://bit.ly/2N4E5aT>

que o motivo inicial de sua detenção foi o protesto, isso configura uma criminalização da manifestação social, essa concepção fazia com que sua prisão fosse arbitrária e Milagro fosse considerada uma presa política. Além disso, esses organismos levantam o argumento que, enquanto deputada eleita do Parlasul, Milagro deveria ser liberada e julgada em foro privilegiado.³⁸

A solicitação do grupo de trabalho se dirigiu ao presidente do país, Mauricio Macri. O primeiro posicionamento do governo publicizado pelo jornal tinha como resposta que essas decisões internacionais eram recomendações, não eram definitivas e, portanto, não necessariamente precisavam ser seguidas:

“[El pedido] es una opinión que no es vinculante y no es ni siquiera una recomendación de la ONU, sino de un organismo técnico dentro del Consejo de Derechos Humanos”, señaló Miranda en diálogo con Radio Nacional. El funcionario también pidió que el gobierno argentino informe a quienes hicieron el pedido debido a que poseían “información desactualizada” porque la denuncia en la que se basaron “fue formulada en enero por Amnistía Internacional, el CELS y un grupo de parlamentarios del Mercosur”.³⁹

Em notícias posteriores, o jornal analisa a situação de Milagro Sala e da Tupac amaru enquanto “la piedra en el zapato de Macri”, assim como “un serio problema en la política exterior”. Afirmar-se que as decisões dos organismos internacionais têm fragmentado o governo. A repercussão internacional do caso de Milagro Sala fez com que a equipe de governo se dividisse entre aqueles que afirmam que ela deve ser mantida presa, e as recomendações internacionais podem ser ignoradas. E outro grupo que acredita que para evitar um mal estar internacional se deve cumprir com o que foi dito pelo grupo de trabalho e Milagro Sala deve ser liberada. O La Nación afirma que “este sector del Gobierno cree que el impacto internacional por no cumplir ese mandato será “más grave y costoso” en el futuro inmediato, no sólo para Morales, sino también para Mauricio Macri.”⁴⁰, e que “Además, los referentes del ala diplomática del oficialismo entienden que el tema de los derechos humanos es precisamente uno de los ejes más vulnerable del macrismo y mancillarlo a nivel internacional podría traer efectos nocivos para el país.”⁴¹.

Uma notícia de 25 de novembro de 2016, com o título de “Alertan a la ONU y la OEA

³⁸ <https://bit.ly/2piD06d>

³⁹ <https://bit.ly/34hTpXd>

⁴⁰ <https://bit.ly/2oyQcDr>

⁴¹ <https://bit.ly/327aoKd>
<https://bit.ly/2BWhI0V>

que liberar a Sala sería "un peligro"", discorre-se sobre o posicionamento do governo:

El informe que envió el Gobierno a Washington y a Ginebra advierte con claridad que Sala "lejos sufrir una detención arbitraria como opina el Grupo de Trabajo sobre Detención Arbitraria del Consejo de DDHH de la ONU, permanece encarcelada en función de un proceso debidamente acreditado donde justifica de modo razonable el riesgo procesal por colusión de testigos". También destacó que las premisas en las que se funda el razonamiento del Grupo de Trabajo "desatienden una serie de cuestiones fácticas esenciales para arribar a semejante conclusión", señala el escrito⁴²

O La Nación também dedica uma de suas matérias para falar sobre uma carta feita por um grupo de intelectuais argentinos em defesa de Milagro Sala, que denunciam o processo enquanto “viciado de intencionalidad política” com o objetivo de intimidar as manifestações sociais. A carta também se utiliza da constatação feita pelo Grupo de Trabalho da ONU de que sua prisão têm a característica de ser arbitrária:

Los abajo firmantes, escritores, científicos, artistas, reclamamos la inmediata liberación de Milagro Sala, detenida con prisión preventiva desde hace casi un año. La cruel prolongación de su encarcelamiento, que desde el principio fue arbitrario y estuvo viciado de intencionalidad política, se revela cada vez con más nitidez como una forma de escarmentar, desarticular e intimidar a todo movimiento o manifestación popular, existente o por existir. Incluso la ONU, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, y otros organismos internacionales han reclamado con firmeza que se la libere de inmediato. No pedimos para Milagro Sala ni más ni menos que el mismo trato que corresponde a cualquier otra persona imputada por un supuesto delito: que pueda esperar en libertad un proceso imparcial y justo, con todas las garantías constitucionales. Recordamos, para que se use la misma vara, que cuando Macri era jefe de gobierno, a pesar de estar procesado, siguió ejerciendo en plena libertad sus funciones. Rechazamos a la vez de plano la respuesta irresponsable del presidente al pedido de liberación de la ONU -que es de carácter obligatorio- y en particular su patético intento de excusa: “la mayoría de la gente piensa que Milagro Sala cometió delitos”. Una frase que resuena peligrosamente cercana al no tan antiguo “por algo será” y que intenta confundir la justicia con una sensación térmica o una cuestión de encuestas. No dejemos que las injusticias se naturalicen con el silencio, la indiferencia y el paso del tiempo: LIBERTAD A MILAGRO SALA YA.⁴³

Como resposta a essas manifestações, o governo argentino convida uma missão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU para avaliarem o processo de detenção de Milagro em Jujuy, enquanto uma tentativa de apaziguar a pressão internacional.

O jornal também afirma que o pedido de liberação de Milagro é uma “embestida

⁴² <https://bit.ly/2Nxed6x>

⁴³ <https://bit.ly/2r1h7c2>

internacional contra la Argentina⁴⁴”. Esse posicionamento é reforçado em uma coluna de opinião, que se manifesta da seguinte forma, ainda relacionando Milagro Sala diretamente ao kirchnerismo, e afirmando o parlasul enquanto um “invento cristiniano para conseguir fueros”:

Seguramente influyen en la enorme presión internacional tres condiciones de Sala: es mujer, indígena y parlamentaria. Sabemos aquí que el Parlasur fue un invento cristinista para conseguir fueros para algunos (no para todos), pero eso no se ve desde el lejano atalaya del mundo. Los cristinistas que militan a favor de Sala (o en contra de Macri, no se sabe) son Taiana, el ex juez de la Corte Suprema Eugenio Zaffaroni y el ex secretario legal y técnico Carlos Zannini. Un amigo de Zannini, Gustavo Cinosi (uno de los dueños del hotel Sheraton de Pilar), fue nombrado en la OEA con el cargo de asesor de Asuntos Institucionales. Fue el modo como el secretario general de la OEA, el uruguayo Almagro, agradeció el voto y las gestiones argentinas para su designación durante el gobierno de Cristina.

Políticos y jueces de Jujuy deberían ser conscientes de que el problema se les fue de las manos. Milagro Sala no tiene fueros (no los tiene el Parlasur) y debe ser investigada con todas las garantías del debido proceso, más aún porque es un personaje polémico y controvertido. Deberían evitar, en fin, que se convierta en mártir quien no lo es ni merece serlo.⁴⁵

A análise coloca em ênfase as disputas discursivas presentes no processo de securitização: o fato de Milagro Sala ser “mulher, indígena e parlamentar”. Percebe-se, dessa forma a presença das categorias 2 e 3 no caso, também sendo utilizadas enquanto estratégia de “resposta” à categoria 5. A exposição, por parte das organizações internacionais, das dinâmicas de raça e gênero presentes na prisão de Sala, é tida aqui enquanto uma “retórica” de defesa, como se a utilização destes termos estivesse “encobrendo os crimes” de Milagro Sala. Ao mesmo tempo, Sala é constantemente descrita enquanto uma mulher violenta⁴⁶, e esta é a justificativa utilizada para apagamento dos processos de racialização. Uma reportagem de 9 de dezembro, dias antes de seu primeiro julgamento, enfatiza isso no título: “La violencia de Milagro Sala: los duros testimonios de las víctimas”. Percebe-se, desta forma, como o processo de racialização está presente nas disputas de poder e na securitização.

Como já relatado, em todas as reportagens que dizem respeito à Milagro Sala, ela é

⁴⁴ <https://bit.ly/36kemCI>

⁴⁵ <https://bit.ly/2r3bWs7>

⁴⁶ <https://bit.ly/3204CKt>

<https://bit.ly/2NxnBqw>

<https://bit.ly/34kHtUJ>

<https://bit.ly/2NxnL16>

<https://bit.ly/34hDCYI>

introduzida enquanto principal liderança da organização barrial Tupac Amaru, o que se relaciona com a categoria 3. Enquanto mulher indígena, sua liderança também é referida em discursos favoráveis à sua liberdade, manifestados em entrevistas de membros da Tupac Amaru:

Cerca de la dirigente social, en cambio, ponen el foco en la política. "Como estrategia electoral se decidió cargar todas las culpas, todos los demonios, sobre Milagro, para sacar lo peor de Jujuy: el racismo. Eso rinde en votos", señaló Raúl Noro, esposo de Sala. "La Tupac depende del Estado, pero Milagro no depende de ningún gobierno. Y eso, para los políticos, es peligrosísimo. Por eso la convirtieron en el chivo expiatorio", completó "Nando" Acosta.⁴⁷

"Vivir acá es angustiante y cansador", relata a LA NACION Jérica Escobar, una empleada de la Municipalidad de Moreno que, cuando no está trabajando, pasa las horas entre las carpas. "Lo que angustia es la realidad que estamos viviendo. Se está criminalizando la protesta, todo porque Milagro es negra, pobre, adoptada y mujer. Pero tenemos que mantener el espíritu", la interrumpe Cecilia Maidana, una enfermera que en las noches abandona la protesta para ir a trabajar.⁴⁸

Do mesmo modo, e realizando discursos semelhantes, percebe-se que Milagro Sala e seus advogados utilizam-se dessa identificação enquanto defesa.

Milagro Sala es perseguida por corporizar un concepto y una representación simbólica, que se objetiva en ser un emergente de una clase social históricamente excluida del sistema político y del sistema de producción de bienes y servicios, que se rebeló, se organizó y construyó con otros poder político para enfrentar lo fáctico", sostuvo el abogado. (...)

Para el letrado, Sala es una "presa política" y los denunciantes "valiéndose del aparato del Estado provincial y de las facultades y atribuciones que la sociedad les depositara con buena fe, han introducido una práctica que no era propia de la época, con la clara finalidad de destruir al adversario, el preso político.⁴⁹

"Villar sostuvo que el encarcelamiento de la líder de la agrupación Tupac Amaru responde a una "persecución" por sus opiniones políticas, y también a su "condición de mujer de oriunda de pueblo originario".

Según la presentación judicial, a la que accedió LA NACION, Sala "goza de doble protección normativa, de índole nacional e internacional", por lo que su arresto sería "ilegal".⁵⁰

Outro exemplo dessa afirmação está em seu primeiro julgamento, sobre o escracho à Gerardo Morales, quando seu discurso de defesa teve a seguinte manifestação: "Le pido perdón a Gerardo Morales por ser negra y coya"⁵¹ - das quatro vezes em que a palavra "negra" foi encontrada nas matérias, três eram repetições desta mesma citação. Com isso,

⁴⁷ <https://bit.ly/34t1F75>

⁴⁸ <https://bit.ly/2N1Yop6>

⁴⁹ <https://bit.ly/2JA39nO>

⁵⁰ <https://bit.ly/36qs8nA>

⁵¹ <https://bit.ly/2JA4b3a>

Milagro se reconhece enquanto um corpo colonial, e realiza, a partir disso, uma virada discursiva enquanto estratégia de resistência.

4.2.1 Síntese analítica: Discursos da Mídia

Tabela 3 – Síntese Analítica: Discursos da Mídia					
Teorias	Hipóteses	Categorias		Indicadores	
		Categoria	Frequência	Palavras	Frequência
Securitização / Estado enquanto ator securitizador	Construção da ameaça no discurso político	Categoria 1		Prisão preventiva Ameaças Violência Corrupção Kirchnerismo	
		Categoria 2		Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder	
Securitização / Mídia enquanto legitimadora	Construção da ameaça no discurso midiático	Categoria 1	56	Prisão preventiva Ameaça Violência Corrupção Kirchnerismo	19 32 12 15 25
	Presença de atores externos ao Estado (como organismos internacionais) influenciando a securitização ou a deslegitimando	Categoria 5	24	Presa Política Prisão Arbitrária Prisão Ilegal Pressão Internacional Indígena	10 34 4 6 1
Gênero nas RI / Dessecuritização	Estereótipo tradicional de mulheres/pobres como vítimas e não sujeitos políticos	Categoria 4	20	Vítimas Seguidores/Seguidoras Agressões Maltrato Pobres	13 7 7 8 3

Feminismo Descolonial/ Corpo Colonial	Estereótipo da mulher indígena como ameaçadora e dominadora	Categoria 2	38	Indígena	2
				Negra	1
				“Jefa”	16
				Violenta	4
				“Delincuente”	2
				Corrupta	2
				Extorsão	20
				Líder	2
	Resistência da mulher indígena	Categoria 3	13	Indígena	1
				Negra	4
				Racismo	1
				Fundadora	1
				Líder	9
				Parlamentar/deputada	16

Diante da análise, percebeu-se que os discursos midiáticos analisados, engendrados em relações de poder, possuem papel importante no processo de securitização uma vez que articulam dimensões afetivas para construir representações sociais sobre Milagro Sala e a Organização Barrial Tupac Amaru. Há uma escolha consensual na ausência de nomeação do discurso, nas notícias e nos discursos políticos, que possui consequências a partir das representações sociais. Milagro Sala não é construída enquanto uma mulher indígena líder de uma organização barrial, é construída enquanto uma mulher violenta e perigosa, que “concentra” o poder na província. Isso estabelece uma dimensão afetiva de aversão, considerando que uma parte significativa da população de Jujuy se identifica enquanto indígena (TABBUSH e GAONA, 2017), a falta de identificação da organização e de suas lideranças enquanto indígenas impedem que alguma forma de empatia seja construída em relação à estes.

4.3. ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS E DECRETOS

Segundo é estabelecido pela própria Teoria da Securitização, o processo parte de um movimento securitizador (“ato de fala”) e culmina em um ato securitizador, dessa forma, perpassam por discursos políticos e decretos do poder executivo. Em razão disso, a análise dos atos Estatais será subdividida nestas duas seções. No primeiro momento, analisam-se os discursos proferidos, através de entrevistas realizadas com Gerardo Morales, Mauricio Macri e representantes de seus governos. Logo, analisam-se os decretos nº 402-G e Nº 403-G, que

estão no ‘Diário Oficial’ da província de Jujuy no dia 13 de janeiro de 2016. Por fim, têm-se a síntese analítica.

4.3.1. Discursos Políticos

Antes percebido no Discurso midiático enquanto uma relação recorrente, a ligação de Milagro Sala e da Tupac Amaru com o peronismo e o kirchnerismo também é tema que aparece nas entrevistas analisadas. A história do peronismo na Argentina têm sido ambígua e de segmentação de movimentos sociais (devido ao interesse peronista por absorvê-los), dividindo os setores da esquerda argentina (BARBOSA DOS SANTOS, 2018). A organização Tupac Amaru, inclusive, nem sempre esteve automaticamente aliada com governos peronistas na província de Jujuy, chegando a reivindicar-se enquanto oposição à estes⁵². Quando Morales assume, percebe-se o peronismo sendo utilizado enquanto um recurso político tanto pelos que se reivindicam peronistas quanto pelos opositores. De forma semelhante, o governo nacional foi administrado por Néstor Kirchner, e depois por Cristina Kirchner, por 12 anos até a eleição de Mauricio Macri, que mesmo não filiado a algum dos partidos centrais do país se elegeu combatendo uma retórica kirchnerista, assim como Morales, esses fatores possibilitaram com que Milagro Sala, que era uma líder política reconhecida nacionalmente, eleita deputada no Parlasul três meses antes (em outubro de 2015) de sua detenção, fosse entendida enquanto um problema para o governo provincial. Esse processo não é visto com maus olhos pelo governo nacional, que apesar de não estar envolvido diretamente, manifesta-se abertamente em apoio ao governador de Jujuy. Além disso, no período posterior à “cruzada” contra Tupac Amaru e Milagro Sala, Jujuy passa a ser uma das províncias que mais recebe recursos do governo federal. Morales afirma que a atuação da organização da província enquanto um ‘governo paralelo’ que se utiliza da violência constantemente:

⁵² Sobre a relação da organização com o Estado, Tabbush e Gaona descrevem que a Tupac Amaru surge no final dos anos 1990 em um contexto de organizações autônomas de trabalhadores que protestavam contra as políticas neoliberais que promoviam o empobrecimento da população, na época governada por Menem. A organização passou por um processo de “institucionalização” na primeira década dos anos 2000, principalmente devido à sua relação com a construção de moradias populares através do Programa de Emergência Habitacional do governo federal. A partir disso, “Peronist party’s relationship with Tupac Amaru was marked by periods of cooperation during election campaigns followed by conflict during the Peronists’ terms in office.” (TABBUSH e GAONA, 2017, p. 318)

Gobernar la provincia no era ni es tarea fácil. Había que resolver el problema de la violencia, **del gobierno paralelo**, de la anarquía y de la falta de cumplimiento de la ley. Sin el gobierno nacional hubiera sido complicado.⁵³

Dessa forma, pode-se entender que Milagro e a Tupac Amaru são construídos como uma ameaça à governamentalidade de Gerardo Morales, uma vez que são relacionados com o Kirchnerismo e com a elite política que governou Jujuy. Da mesma forma, o “anti-peronismo” também é uma maneira de aproximação entre o governo da província e o governo nacional, uma vez que o próprio Morales afirma que “Sin el gobierno nacional hubiera sido complicado”. Estes fatores são suficientes para que o governador afirme estar fazendo uma ‘mudança cultural’ na província:

Yo no mediría en términos de si alcanzó o no. Sirvió para ordenar la situación. Todavía hay algún grupo residual violento que sigue en sus [camionetas] Amarok amenazando a testigos. Pero un cambio cultural no se genera en 10 meses. Nos va a llevar tiempo a los jujeños saber que tenemos que aceptar las diferencias. Los que están presos están ahí por delincuentes y porque le robaron a los pobres.” Milagro Sala es una delincuente que está presa por varios delitos. Varios jueces en distintas instancias tomaron la decisión de que esté presa por los delitos que cometió, que no han sido pocos y, muchos, graves. Le robó a los pobres. Lo peor es haberles destruido la dignidad.⁵⁴

Quando a organização publiciza estar sentindo “medo” e sofrendo ameaças do partido radical, a resposta do governo é de que a justiça estaria reparando “todo el daño que hicieron a la gente con la persecución, la extorsión y el esquema de opresión”⁵⁵ Por essa razão, percebe-se que quando Gerardo declara que não vai dialogar com Milagro Sala (“con Milagro Sala no me voy a sentar a dialogar”⁵⁶), está buscando construir suas bases dentro do governo e, para isto, entende enquanto necessárias que as bases anteriores - representadas por Milagro Sala e a Tupac Amaru enquanto principal organização social da província - sejam desestabilizadas. Dessa forma, o governador garante que: “Acá presionaban a todos: a intendentes, cooperativas, a la gente. Nosotros queremos terminar con un clima de violencia que agobia. Milagro es la jefa de una asociación ilícita, de una organización social que fue mutando en una organización mafiosa”⁵⁷.

⁵³ <https://bit.ly/2NwLzIE>

⁵⁴ <https://bit.ly/3258vxU>

⁵⁵ <https://bit.ly/36o7zrC>

⁵⁶ <https://bit.ly/31ZBMK9>

⁵⁷ <https://bit.ly/2C22Yxy>

Portanto, percebe-se que as categorias 1, 2 e 4 (construção de ameaça no discurso político e a retórica de vitimização daquelas e daqueles amparados pela organização) se relacionam diretamente para a construção da Organização e de sua liderança enquanto uma ameaça a toda a sociedade de Jujuy. Um ‘Estado paralelo’, que se utiliza da ‘violência’ para concentrar o poder político da província, ‘roubando os pobres’: “Sala llegó a tomar decisiones de gobierno, a darles órdenes a los ministros, a conducir al jefe de la policía. Ella atemorizaba a la gente”⁵⁸.

Gerardo Morales também justifica não estar envolvendo-se diretamente no andamento das acusações, e reitera constantemente que o poder judiciário é ‘independente do processo’. Quando perguntado se Milagro Sala seria uma ‘presa política’, Morales declara que:

Milagro Sala es una delincuente que está presa por varios delitos. Varios jueces en distintas instancias tomaron la decisión de que esté presa por los delitos que cometió, que no han sido pocos y, muchos, graves. Le robó a los pobres. Lo peor es haberles destruido la dignidad.⁵⁹

Da mesma forma, o governador também argumenta que "Milagro Sala es el emblema y la cabeza visible de ese sistema de violencia y de destrucción de derechos, por eso era uno de los temas a resolver", o que vai de encontro com sua afirmação de não interferência no processo. Concomitantemente, as acusações são apoiadas, desde o princípio, pelo governo de Mauricio Macri. Gerardo Morales chega a afirmar que: "Tengo todo el respaldo para hacer lo correcto por parte de Mauricio Macri y de todo el gobierno nacional". Em sua primeira declaração sobre a detenção de Milagro ao La Nación, Macri enfatiza o cumprimento das leis, e os “abusos de poder de Milagro Sala” na província de Jujuy, relacionando a permissividade desta ao governo anterior de Cristina Kirchner:

“[N]o tiene que haber favoritismos por más poderosos que sean aquellos a los que juzgan, como el caso de Milagro Sala; parecía que a alguien con tanto poder nadie se le iba animar” (...)

"Hace mucho tiempo que se habla de los abusos de poder de Milagro Sala y de sus violaciones a la ley. Si hay jueces que han decidido que eso que el periodismo comentaba es verdad, esto confirma que hay jueces dispuestos a hacer respetar la ley" (...)

"Creemos en la importancia del Estado, la carrera pública, los concursos, la meritocracia. No en el Estado como un bastión de la militancia" (LA NACIÓN, 19/01/2016)⁶⁰

⁵⁸ <https://bit.ly/2plmxya>

⁵⁹ <https://bit.ly/2NGy8Qz>

⁶⁰ <https://bit.ly/36p3DH2>

A declaração de uma deputada eleita da frente de Macri, “Cambiemos”, Elisa Carrió, também evidencia a presença da categoria de vitimização das e dos auxiliados pela organização, ao declarar ao La Nación que:

"Una cosa es la justicia social y otra los ladrones. No podés tomar por esclavos a los pobres porque les das un plan social. Los pobres están para ser liberados y ser de clase media, pero no para ser esclavizados por nadie. Ni por el poder político, ni por Cambiemos, ni por el PJ, ni por el Frente para la Victoria, ni por Milagro Sala, ni por los movimientos sociales"⁶¹

Quanto à categoria 5, que diz respeito à repercussão internacional, percebe-se que este processo acaba se tornando um problema ao governo de Mauricio Macri a partir do momento em que é questionado por organismos internacionais, e a prisão de Milagro Sala passa a ser considerada arbitrária. Os representantes oficiais do governo, como o secretário de Direitos Humanos (Claudio Avruj) e o Ministro da Justiça de Buenos Aires (Gustavo Ferrari), se pronunciam sobre o caso, reforçando que os processos ocorrem dentro de um andamento legal. Logo após as duas primeiras condenações de Milagro Sala, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Germán Garavano, declara que “cuando hay un juez que aplica la ley y un tribunal que dicta sentencia no se puede hablar de presos políticos y eso es lo que sucedió esta semana con Milagro Sala”. O Ministro da Justiça menciona o ‘acúmulo de poder’ de Milagro Sala e da organização:

"Habida cuenta de que ha intervenido un organismo internacional como Naciones Unidas, verán los organismos que correspondan en la justicia de la provincia de Jujuy si consideran que deben reevaluar la cuestión"

(..)

"Ojo con algo: ella era líder de una organización que manejó políticamente una provincia, entonces las posibilidades de entorpecimiento de los procesos tiene que ver con el poder que alguien tenga"⁶².

O presidente Macri também se pronuncia em relação à dimensão internacional que o ‘Caso de Milagro Sala’ atingiu. Enfoca, em sua declaração, que o caso o ‘preocupa’, e enfatiza a necessidade de explanar o processo, a fim de estabelecer uma impressão de transparência e neutralidade:

⁶¹ <https://bit.ly/36oQv4G>

⁶² <https://bit.ly/2N3fuD5>

“Lo de Sala me ocupa. Poder informar a todos los organismos lo que pasa en Jujuy, eso es lo importante. Por eso pedí al gobernador que transmita con claridad, y sin segundas intenciones, lo que pasó en Jujuy (...) A la mayoría de los argentinos nos pareció que había una cantidad de delitos importante cometidos por Sala, y que ameritan las causas que tiene abiertas. Es importante que esta información sea compartida con el mundo”.

O secretário de DH, por sua vez, demonstra a intenção de convencer a opinião internacional de que Milagro Sala não seria uma inimiga do governo, ao declarar que:

"Para el gobierno nacional Milagro Sala no es una enemiga. Somos un país federal y tenemos que respetar la autonomía de las provincias y la independencia de la Justicia. Hay decisiones que tienen que ver con la Justicia que, en este caso, está transitando por las 8 causas que involucran a Sala"⁶³.

"Somos respetuosos del sistema internacional de los derechos humanos, así como de la autonomía de la provincia de Jujuy y de la independencia de la Justicia. Queremos que el Grupo de Trabajo envíe una misión a la Argentina y trabaje libremente, con agenda abierta, para analizar no sólo el caso Milagro Sala, sino otras denuncias o inquietudes que tengan”.

Dessa forma, o governo argentino passa a se empenhar diretamente na comprovação da Tupac Amaru e de Milagro enquanto violentos e criminosos, utilizando-se da perspectiva de que estes seriam processos judiciais justos que não teriam relação com a atuação executiva. Concomitantemente, Gerardo Morales declara estar empenhando esforços para desconstruir as concentrações de poder da organização na província de Jujuy. Por conseguinte, o governo argentino permite que os organismos internacionais visitem Jujuy para “comprovar” a neutralidade dos processos judiciais e os crimes da organização, empenhando esforços para legitimar esse processo e ‘reconstruir’ a imagem internacional do governo.

4.3.2. Decretos

Nesta subseção, analisam-se dois decretos estabelecidos pelo governador Gerardo Morales, publicizados no Boletim Oficial da província de Jujuy, no dia 13 de janeiro de 2013, os quais certificam o processo de securitização de Milagro Sala e da Organização Tupac Amaru, ambos remetendo ao acampamento e aos protestos que estavam sendo realizados em frente à sede de governo nestas datas. O nome de Milagro Sala é explicitamente citado cinco vezes em ambos os decretos, sendo que duas destas se referem às organizações sociais enquanto sendo lideradas pela ativista (“Organizaciones Sociales liderada por la Sra. Milagro

⁶³ <https://bit.ly/2BZbGg3>

Amalia Ángela Sala”), demonstrando, dessa forma, uma característica personificada que o governo de Gerardo Morales têm dos protestos e das ações das organizações sociais.

O primeiro decreto, N° 402-G, afirma que as organizações sociais que fazem parte do protesto praticam um “ejercicio abusivo de derechos”, afetando as atividades comerciais do local. Todavia, apesar do documento não menciona quais seriam os direitos que estariam sendo abusados, concluí-se pelo contexto que este estaria relacionado com o direito à manifestação e ao protesto, utilizando-se dessa retórica para criminalizar as manifestações. Da mesma forma, menciona-se a necessidade de que o “principio de igualdad entre los habitantes” fosse “restaurado”, referenciando uma retórica universalista (e colonial) de Direitos Humanos.

O artigo 1, parte de uma compensação aos comerciantes que se sentiam prejudicados pelas atividades das organizações sociais, que poderiam, como estabelecido pelo artigo 2, realizar uma “Denuncia Penal y Denuncia Administrativa en contra de los en contra de las medidas de toma, acampe y el daño causado”⁶⁴. Dessa forma, estabelece-se uma separação entre os interesses sociais e as organizações, colocando ambos enquanto contrários e divergentes. A atuação das organizações sociais e seus protestos prejudicam a vida normal dos habitantes da província - e especificamente, dos comerciantes do local onde estava sendo realizado o acampamento -, portanto, permitindo que possam ser tomadas medidas necessárias por parte do governo para restaurar a normalidade e a “igualdade entre todos”.

Seguindo essa lógica, o segundo decreto de N° 402-G, têm em seu princípio uma denúncia aos “métodos clientelistas” praticados pelos governos anteriores. Assim como percebido na análise dos discursos da mídia, mais uma vez o conceito de “clientelismo” aparece relacionando a Tupac Amaru e o kirchnerismo, com o propósito de deslegitimar seus projetos sociais e ignorando conscientemente as características indígenas da organização e de seus membros. Conjuntamente, a afirmação das práticas enquanto violentas e prejudiciais à sociedade de Jujuy também é identificada:

[VISTO] Que ha fracaso la metodología de asistencia y ayuda estatal que se vino implementando hasta el 10 de diciembre de 2015, la cual se erigiera en un método

⁶⁴ DECRETO N° 402-G.- EXPTE. N° 0400-2829/16.- SAN SALVADOR DE JUJUY, 12 ENE. 2016.

de clientelismo que llevó a la pérdida de Derechos de las personas y familias destinatarias de tales beneficios. (...)

Que, las medidas de fuerza que son de público y notorio conocimiento ejecutadas por las Organizaciones Sociales liderada por la Sra. Milagro Amalia Ángela Sala de Noro, que motivaron desde el día 14 de Diciembre de 2015

Que, constituye el ejercicio abusivo de derechos, que se erige como causal directa de graves y potencialmente irreparables perjuicios para el Pueblo de la Provincia en su conjunto.

Que, en este orden normativo, el Gobierno de Jujuy responde al clamor de toda la sociedad jujeña, que en su conjunto pide y quiere vivir en orden y paz, rechazando los métodos violentos de reclamo como los acampes, cortes de ruta, la afectación de sus proyectos de vida y de subsistencia, la destrucción del patrimonio público y privado, entre otros actos de violencia. (...)

Y CONSIDERANDO: La obligación constitucional del Gobierno de Jujuy de garantizar a la totalidad del pueblo de la Provincia el orden y paz, rechazando los métodos violentos de reclamo como los acampes, cortes de ruta, la afectación de sus proyectos de vida y de subsistencia, la destrucción del patrimonio público y privado, entre otros actos de violencia.

As afirmações acima reforçam as características encontradas nas análises anteriores, quando à reafirmação constante do caráter violento da organização, e suas ações enquanto contrárias à população da província. Dessa forma, legitimam o que é decretado, logo após, com o “Plano de Regularização das Cooperativas” que permite que a personalidade jurídica da Organização Tupac Amaru seja retirada, uma vez em que estes se recusam a encerrar os acampamentos (protestos que estavam sendo realizados em frente à sede do governo de Jujuy desde o início do governo de Morales), de acordo com os artigos 4 e 5:

ARTICULO 4º.-Instrúyase a Fiscalía de Estado de la Provincia a dar inicio al proceso previsto en el Artículo 34º apartado 3 de la Constitución de la Provincia, tendiente a retirar la personería jurídica de las asociaciones civiles detalladas en el anexo del presente Decreto, con motivo del o los delitos cometidos en oportunidad de la toma y acampe en el denominado " el Paseo de la Bandera " área que comprende Plaza Belgrano y adyacencias, con fundamento en la causal prevista en el Artículo 164 ° del Código Civil y Comercial de la Nación. Asimismo y a efectos preventivos, dispónese la suspensión de la personería jurídica, aplicación de multas correspondientes y la denegatoria de otorgamiento de personería a las solicitudes en trámite, hasta tanto se dicte sentencia en los procesos judiciales pertinentes.

ARTICULO 5º.- DISPONESE que aquellas personas y organizaciones que a partir de la 0 hora del día 14 de Enero de 2016 sigan realizando la toma y acampe en el denominado " el Paseo de la Bandera " área que comprende Plaza Belgrano y adyacencias estarán excluidos de la aplicación de los planes y programas que se aprueban y ratifican en el presente Decreto Acuerdo. Asimismo estarán excluidos de todo tipo de beneficio o Plan social, adjudicación de lote o vivienda, y /o plan o programa de viviendas, núcleos húmedos y demás obras a realizar por cooperativas u Organizaciones Sociales por parte del Gobierno de la Provincia sean estos financiados con recursos Provinciales o Nacionales

Dessa forma, verifica-se que as categorias 1 e 2 estão presentes em ambos decretos. A relação da organização, da liderança de Milagro Sala e as considerações de que os protestos estariam sendo violentos, são justificativas utilizadas para a criminalização do protesto e amparam as ações concretas realizadas contra a organização Tupac Amaru, permitindo a partir de ambos os tratados, que posteriormente ocorra a prisão de Milagro Sala, outras e outros ativistas e membros da organização barrial, e o início de todo o processo de acusações que os envolvem. Assim sendo, percebe-se que a concepção da organização e de suas lideranças enquanto ameaças à população da província de Jujuy também se estabelece em decorrência do caráter de ameaça que o kirchnerismo e seus aliados apresentam ao governo de Gerardo Morales.

4.3.3 Síntese analítica: Discursos Políticos e Decretos

Tabela 4 – Síntese Analítica: Discursos Políticos e Decretos

Teorias	Hipóteses	Categorias		Indicadores	
		Categoria	Frequência	Palavras	Frequência
Securitização / Estado enquanto ator securitizador	Construção da ameaça no discurso político	Categoria 1	9	Prisão preventiva Ameaças Violência Corrupção Kirchnerismo	2 5 12 3 0
		Categoria 2	15	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder	0 0 1 1 4 0 1 3
Securitização / Mídia enquanto legitimadora	Construção da ameaça no discurso midiático	Categoria 1		Prisão preventiva Ameaça Violência Corrupção Kirchnerismo	
	Presença de atores externos ao Estado (como organismos internacionais) influenciando a securitização ou a deslegitimando	Categoria 5		Presa Política Prisão Arbitrária Prisão Ilegal Pressão Internacional Indígena	
Gênero nas RI / Despolitização	Estereótipo tradicional de mulheres/pobres como vítimas e não sujeitos políticos	Categoria 4	3	Vítimas Seguidores/Seguidoras Agressões Maltrato Pobres	0 0 1 0 5
Feminismo Descolonial/ Corpo Colonial	Estereótipo da mulher indígena como ameaçadora e dominadora	Categoria 2	13	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder	0 0 1 1 4 0 1 1
	Resistência da mulher indígena	Categoria 3		Indígena Negra Racismo Fundadora Líder Parlamentar/deputa	

				da	
--	--	--	--	----	--

A partir da análise dos dados, percebe-se é de que o Estado permanece enquanto ator principal, porém não único, do processo de securitização. O Estado securitiza a partir de dois elementos. O primeiro, presente nos discursos de Gerardo Morales, Mauricio Macri e seus aliados, pretendendo reforçar uma imagem da Milagro e da Organização enquanto inimigos da população de Jujuy. O segundo faz parte dos decretos do poder executivo, que são realizados logo após Morales assumir o governo e declaram o caráter de criminalidade das manifestações sociais. Quanto às organizações internacionais e movimentos transnacionais, estes se manifestem contra a criminalização e denunciam a prisão de Milagro Sala enquanto arbitrária, dificultando a legitimação do processo (a partir das recomendações para que a ativista seja liberada), mas não impedem que a decisão final seja do aparato estatal: Milagro é condenada pelo protesto (acampamento em frente à sede do governo de Jujuy) onze meses após sua prisão, e impedida de exercer qualquer cargo em organização social por três anos.

Percebe-se que, a partir disto, o governo argentino se justifica constantemente e, na tentativa de legitimar a prisão de Milagro Sala, Macri chega a convidar o grupo de trabalho da ONU e a CIDH para acompanhar pessoal e diretamente o processo. É concedida uma prisão domiciliar à Milagro em 18 de agosto de 2017, e isto também se dá devido a uma medida cautelar da CIDH, onde foi recomendado ao Estado argentino medidas alternativas para a prisão de Milagro no dia 27 de julho de 2017. Apesar disso, a prisão domiciliar foi revogada em pouco menos de um mês após sua concessão. Por isto, entende-se que a atuação dos organismos internacionais causa um problema para Política Externa do governo argentino, o dificultando – mas não impedindo – o processo de criminalização e securitização. Principalmente devido ao caráter recomendatório dos documentos destas organizações, o governo central justifica sua não atuação em prol de Milagro Sala enquanto um respeito à “não ingerência” em processos políticos internos das províncias argentinas.

Nos discursos políticos, percebe-se que o caráter de perigo e a violência de Milagro Sala é mencionada com mais frequência do que o da organização em seu total, uma vez têm-

se a afirmação constante de que “ella era líder de una organización que manejó políticamente una provincia”. Apesar do termo “Kirchnerismo” não ter sido utilizado diretamente em nenhum dos discursos analisados, o governo anterior era mencionado enquanto permissível das ações da organização e aliados à Sala. Da mesma maneira que nos discursos midiáticos, a questão indígena também não aparece nos discursos políticos, esta é substituída pela característica de ‘violência’ de Milagro Sala e da Organização. As ameaças à população também são referidas enquanto justificativa para os processos contra a organização - como a retirada de seu reconhecimento jurídico - e a prisão de Milagro Sala e demais ativistas.

5 CONCLUSÃO

A perspectiva descolonial de poder, além de entender este enquanto perspectiva geopolítica, possui uma concepção relacional de poder, em que padrões se articulam a partir de elementos historicamente heterogêneos e específicos. A partir disso, utilizaram-se também de perspectivas feministas na tentativa de de entendimento de um processo onde mulheres racializadas se estabelecem enquanto agentes políticas, com a contestação de seus papéis sociais pré-concebidos, mas são “barradas” pela securitização/criminalização de movimentos sociais.

Duas características permitiram que este trabalho relacionasse perspectivas distintas das Relações Internacionais, e adotado um caminho interdisciplinar para análise empírica da realidade social: sua concepção epistemológica e suas escolhas metodológicas. Partindo do construtivismo, entende-se as relações sociais enquanto intersubjetivas, e as Relações Internacionais como mais uma - de diversas - estruturas sociais. Metodologicamente, a Análise Crítica de Discurso permite que sejam reconhecidas dinâmicas de poder, neste caso de gênero e colonialidade, presentes em discursos securitizadores.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar processos de securitização de movimentos sociais, a partir da análise de conteúdo e análise crítica de discurso da criminalização da Organização Barrial Tupac Amaru e de Milagro Sala na Argentina no ano de 2016. De maneira específica, os primeiros capítulos foram teóricos e tinham, enquanto objetivos específicos, identificar conceitos e pontos de discussão entre a Teoria da Securitização da Escola de Copenhague e a criminalização de movimentos sociais, bem como, a partir de perspectivas Feministas e Descoloniais, perceber as limitações dessa teoria para o casos da securitização de movimento sociais indígenas liderados por mulheres. Quanto à abordagem da securitização de movimentos sociais, encontrou-se na concepção foucaultiana de governamentalidade o entendimento da securitização não enquanto um movimento que foge da esfera do "politizado", e sim como um instrumento do exercício do aparato de poder do Estado Moderno, estabelecido pela soberania. Desta forma, o discurso é utilizado enquanto movimento securitizador que permite que atos de exceção sejam realizados.

Reconheceram-se limitações à Escola de Copenhague e à Teoria da Securitização em relação à seu caráter eurocêntrico e ocidental, sua suposta neutralidade e a escolha metodológica de seus teóricos quanto à análise do “ato de fala”. A preferência por

dessecuritizar temáticas e deixá-las na esfera do que seria considerada a “política normal” também é questionável, uma vez em que essa perspectiva não considera a violência intrínseca à política normal - principalmente no Terceiro Mundo, onde a colonialidade persiste enquanto parte da estrutura estatal. Ainda assim, uma vez que se entende a securitização enquanto instrumento da governamentalidade, a Teoria da Securitização é uma forma de análise das ações securitárias do Estado Moderno. Dessa forma, justifica-se a incorporação da análise crítica de discurso neste trabalho na tentativa de superar minimamente algumas de suas limitações e problemáticas metodológicas.

Apesar de terem sido reconhecidas limitações, a Teoria da Securitização demonstrou-se útil na explicação sobre o funcionamento de questões estruturais ao possibilitar a análise de dinâmicas de poder envolvidas em discursos de segurança estatal e a construção de ameaças enquanto instrumento da governamentalidade estatal. As Abordagens Feministas de Segurança Internacional e o Feminismo descolonial, por sua vez, complementam análises estruturais ao exporem o Estado Moderno enquanto construção generificada e racializada, que se mundializa a partir do processo de colonização e mantém violências estruturais mesmo dentro dos próprios processos da política normal. Desta forma, este trabalho se estabelece de maneira complementar à estudos feministas empíricos de Segurança Internacional, com o enfoque na construção de mulheres racializadas, que participam ativamente da vida política, enquanto ameaça à própria governamentalidade do Estado Moderno.

A partir disso, constrói-se o argumento de que discursos políticos e midiáticos causam, concomitantemente, o processo de securitização e também de inseguritização de parte da população, portanto, o terceiro objetivo específico foi realizar uma análise crítica destes discursos, no ano de 2016, a fim de entender as dinâmicas de poder envolvidas no processo. Com isso, procurou-se responder o problema: De que forma processos de securitização estatais estão interligados com relações de poder coloniais e de gênero, como no caso da criminalização de movimentos sociais liderados por mulheres indígenas na Argentina? Como pôde ser observado, a securitização se estabeleceu a partir de uma mudança da relação Estado-sociedade a partir do momento em que outra elite política assume os governos, tanto da província de Jujuy, quanto da presidência argentina.

Visto isso, têm-se a seguinte síntese analítica:

Tabela 5 – Síntese Analítica Final

Teorias	Hipóteses	Categorias		Indicadores	
		Categoria	Frequência	Palavras	Frequência
Securitização / Estado enquanto ator securitizador	Construção da ameaça no discurso político	Categoria 1	9	Prisão preventiva Ameaças Violência Corrupção Kirchnerismo	2 5 12 3 0
		Categoria 2	15	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder	0 0 1 1 4 0 1 3
Securitização / Mídia enquanto legitimadora	Construção da ameaça no discurso midiático	Categoria 1	56	Prisão preventiva Ameaça Violência Corrupção Kirchnerismo	19 32 12 15 25
	Presença de atores externos ao Estado (como organismos internacionais) influenciando a securitização ou a deslegitimando	Categoria 5	24	Presa Política Prisão Arbitrária Prisão Ilegal Pressão Internacional Indígena	10 34 4 6 1
Gênero nas RI / Despolitização	Estereótipo tradicional de mulheres/pobres como vítimas e não sujeitos políticos	Categoria 4	23	Vítimas Seguidores/Seguidoras Agressões Maltrato Pobres	13 7 8 8 8
Feminismo Descolonial/ Corpo Colonial	Estereótipo da mulher indígena como ameaçadora e dominadora	Categoria 2	51	Indígena Negra “Jefa” Violenta “Delincuente” Corrupta Extorsão Líder	2 1 17 5 6 2 21 3
	Resistência da mulher indígena	Categoria 3	13	Indígena Negra Racismo Fundadora Líder Parlamentar/deputa	1 4 1 1 9 16

				da	
--	--	--	--	----	--

Como demonstrado no terceiro capítulo, a partir da construção teórica foram elaboradas hipóteses para serem identificadas no Estudo de Caso. A primeira, diz respeito à construção da ameaça no discurso político (categorias 1 e 2). Os dados analisados reforçam a hipótese de utilização desse processo de construção de lideranças indígenas mulheres enquanto ameaças como instrumento de uma elite estatal, nesse caso, do governo de Gerardo Morales, que estabelecem Milagro Sala e a Tupac Amaru, a partir de seus primeiros decretos, enquanto inimigos da sociedade de Jujuy. Essa ação, por sua vez, é comprovada enquanto uma ação securitizadora a partir destes mesmos decretos, que legitimam a retirada de identificação da organização e a prisão de seus ativistas, e especificamente, a construção oficial e declarada de Milagro Sala enquanto a líder destas organizações sociais. A partir destes, a organização teve seus direitos legais retirados, e milagro continuou presa por mais de um ano, em prisão preventiva, pela justificativa de ser a organizadora dos protestos.

A segunda hipótese também aborda o processo de construção da ameaça (categoria 1), dessa vez no discurso midiático. Um movimento securitizador não necessariamente culmina em uma securitização bem sucedida, uma vez que para isto, ela precisa ser legitimada e consentida por uma audiência. Por isso, a mídia têm um papel importante nesse processo - de criar representações sociais através do discurso. Desta forma, a mídia também constrói a imagem da organização e da liderança de Sala enquanto violentos e inimigos da população de Jujuy.

A terceira hipótese diz respeito à a presença de atores externos ao Estado (como organismos internacionais) influenciando a securitização ou a deslegitimando (categoria 5). Percebe-se, na análise, que a atuação de organismos internacionais causa um problema para Política Externa do governo argentino, que se justifica constantemente na tentativa de legitimar a prisão de Milagro Sala.

A quarta hipótese pretende identificar a presença de um estereótipo tradicional de mulheres/pobres tidos enquanto vítimas do processo, e não sujeitos políticos (categoria 4). Percebeu-se que tanto os discursos midiáticos quanto os discursos políticos promovem uma

“retórica de salvação” da população pobre que faz parte da organização, uma vez que servem enquanto forma de legitimação do processo.

A quinta hipótese se relaciona com o estereótipo da mulher indígena como ameaçadora e dominadora, que permite que seja estabelecido um imaginário social de Milagro Sala enquanto uma mulher violenta (categoria 2), e por fim, a quinta hipótese diz respeito à agência e resistência da mulher indígena que se reconhece enquanto um corpo colonial (categoria 3). Como construído no segundo capítulo, a interseccionalidade enquanto característica de análises feministas descoloniais permite que as dimensões de gênero e raça sejam expostas em um processo analítico. Simultaneamente, uma das características levantadas na construção teórica é que o processo de racialização não pode ser universalizado, e deve ser entendido a partir de suas especificidades, ou seja, estes processos não podem ser essencializados porque se manifestam de maneiras distintas em contextos distintos. Desta forma, líderes políticas indígenas ultrapassam a barreira do 'pessoal' que lhes foi previamente limitada e desmascaram a universalidade destas. Feito isto, contesta-se também das formas tradicionais sob as quais os Estados têm sido governados há séculos.

Outro aspecto encontrado tanto nos discursos políticos quanto nos discursos midiáticos é o silenciamento da característica indígena da Organização Tupac Amaru e de Milagro Sala. As análises demonstram que ocorre um processo de “desracialização”, onde Milagro e a Tupac Amaru não são mencionados enquanto indígenas/racializados nos discursos políticos e midiáticos, exceto quando pretende-se reafirmar a sua posição no processo e seu reconhecimento enquanto corpo colonial perpassado pela racialização, como bem estabelecido por Milagro Sala em seu julgamento: “Le pido perdón a Gerardo Morales por ser negra y coya”. Evidenciou-se uma certa desracialização, ou silenciamento da questão indígena, por parte da mídia e dos discursos políticos, como forma de deslegitimação; ao mesmo tempo em que percebeu-se uma maior ênfase nessa questão por parte dos organismos internacionais e do próprio movimento, como forma de legitimação.

Percebe-se que essa “desracialização” reforça a hipótese de que a colonialidade, enquanto estabelecadora do processo de racialização, se faz presente em discursos securitizadores, ainda que de forma mais complexa do que teorizado em um primeiro momento. A racialização, neste caso, não é discursivamente utilizada enquanto forma de deslegitimar o movimento, mas a imagem de Milagro Sala enquanto uma mulher violenta constrói esta representação social de forma mais descomplicada por ela ser uma mulher

indígena, ao mesmo tempo em que a não-menção aberta dessa característica permite que a securitização/criminalização seja realizada, e que a população pobre pertencente à organização seja estabelecida enquanto vítima de sua manipulação. Isto demonstra a importância de analisar os processos de racialização que atravessam a securitização, em cada contexto - a (des)racialização está presente nestas disputas discursivas e nas relações de poder analisadas. Também, destaca-se a necessidade de aprofundar as pesquisas neste sentido, com diferentes métodos que permitam conhecer melhor os contextos de racialização.

Reconhecendo as limitações da lógica da securitização sobre a agência de populações subalternas e sua impossibilidade de serem atores securitizadores, entende-se que devem ser aprofundadas reflexões sobre as narrativas de gênero presentes em processos securitizadores, como a vitimização/pacificação (mulheres racializadas enquanto objetos referentes a serem protegidos a partir do estereótipo de vítimas e/ou pacíficas) e a de transgressão (enquanto ameaças a serem impedidas quando algum comportamento é considerado como desviante e criminalizado), para entendimento de discursos que abordam as diferenças das presenças das mulheres em possíveis processos securitizatórios. Ademais, Chowdhry e Nair (2013) mencionam que as construções de raça e de gênero são necessárias para a ideia e a construção de identidade nacional. Não houve o desenvolvimento do conceito de identidade, e esta categoria não é abordada neste trabalho, mas percebe-se que esta dimensão pode ser pensada e incluída em trabalhos futuros. Nesse sentido, a identidade argentina (construída historicamente enquanto branca) pode ser um elemento para aprofundamentos futuros sobre a securitização e a questão das mulheres indígenas.

Desta forma, reconhece-se que perspectivas feministas descoloniais também permitem que as capacidades de agência não sejam ignoradas da análise. Outra dimensão que não pôde ser enfocada neste estudo, mas pode ser realizada em trabalhos futuros, é a de recepção da audiência, investigando a interpretação dos próprios sujeitos quanto à processos securitizadores de líderes políticas indígenas. Como a população de Jujuy, as e os membros da Organização Tupac Amaru, interpretam o processo de securitização de fato, sem o filtro das reportagens midiáticas? A utilização de uma metodologia feminista, preocupada em investigar tanto a perspectiva estrutural quanto a perspectiva dos sujeitos, permite que este trabalho seja aprofundado.

Ao desafiar a governamentalidade, mulheres indígenas, enquanto líderes políticas podem ser construídas enquanto ameaça ao Estado/sociedade a partir de processos

discursivos. Isto é reforçado com o Estudo de Caso realizado nesta pesquisa. Como consequência disto, verifica-se a importância da temática, e percebe-se que a análise da relação entre o Estado, discursos securitizadores e a atuação política de mulheres indígenas na América Latina deve ser aprofundada.

REFERÊNCIAS

ABULOF, Uriel. Deep Securitization and Israel's "Demographic Demon". **International Political Sociology**, v. 8, n. 4, p. 396-415, 2014.

ABU-LUGHOD, Lila. **Do Muslim women need saving?**. Harvard University Press, 2013.

ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef. Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts. **European Journal of International Relations**, v. 20, n. 3, p. 596-619, 2014.

AYOOB, Mohammed. The security problematic of the Third World. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 257-283, 1991.

BALLESTRIN, Luciana Maria. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BECKLEY, Michael. The Power of Nations: Measuring What Matters. **International Security** 43:2, 2018.

BERTRAND, Sarah. Can the subaltern securitize? Postcolonial perspectives on securitization theory and its critics. **European Journal of International Security**, v. 3, n. 3, p. 281-299, 2018.

BIGO, Didier. A Sociologia Política Internacional Distante da Grande Síntese: Como Articular Relações entre as Disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, 2013.

BIGO, Didier. Internal and external aspects of security. **European security**, v. 15, n. 4, p. 385-404, 2006.

BIGO, Didier. International Political Sociology In: WILLIAMS, Paul [editor]. **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, p.116-128, 2008.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.

BURCHILL, Scott et al. **Theories of international relations**. Macmillan International Higher Education, 2013

BUZAN, Barry, and LITTLE, Richard. 2010. **World History and the Development of Non-Western International Relations Theory. In Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**, edited by Amitav Acharya and Barry Buzan, 197–220. Abingdon, UK: Routledge.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory. **Review of international studies**, v. 35, n. 2, p. 253-276, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, J. de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Autêntica, 2009.apud FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. 1954-1988. Édition de Daniel Defert, François Ewald e Jacques Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.

CHIN, Christine BN. **In service and servitude: Foreign female domestic workers and the Malaysian " modernity" project**. Columbia University Press, 1998.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, postcolonialism and international relations: Reading race, gender and class**. Routledge, 2013.

COHN, Carol. Sex and death in the rational world of defense intellectuals. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 12, n. 4, p. 687-718, 1987.

COUTINHO LAGE, Victor. Sociedade Civil Global: Agentes Não Estatais e Espaço de Interação na Sociedade Política. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, 2012.

COX, Robert W. Production, power, and world order: Social forces in the making of history. Columbia University Press, 1987.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Identity politics, intersectionality, and violence against women. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRUZ, Giovanni Molano. A View from the South: The Global Creation of the War on Drugs. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 3, p. 633-653, 2017.

DAHL, Robert A. The concept of power. **Behavioral science**, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race, & Class**. New York : Random House, 1981.

DIAS, Júlia Machado; DE MELLO ARCÂNGELO, Élton. Feminismo decolonial e Teoria Queer: limites e possibilidades de diálogo nas Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n. 11, p. 121-151, 2017.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Feminist political rhetoric and women's studies**. Nelson, Megill and McCloskey, p. 319-40, 1987.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**. Making Feminist Sense of International Politics. University of California, 1990.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics**. Univ of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The international politics of militarizing women's lives.** Univ of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. **The curious feminist: Searching for women in a new age of empire.** Univ of California Press, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** SciELO-EDUFBA, 2008.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. The rational choice theory in the political science: concepts of rationality on political theories. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 05-24, 2001.

FINNEMORE, Martha; GOLDSTEIN, Judith. Puzzles about power. **Back to Basics: State Power in a Contemporary World**, p. 3-17, 2013

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GENTRY, Caron E.; SJOBERG, Laura. **Beyond mothers, monsters, whores: thinking about women's violence in global politics.** Zed Books Ltd., 2015.

GERRING, John. **Case study research: Principles and practices.** Cambridge university press, 2006.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society.** Berkeley: University of California Press, 1984.

GOMES, Mariana Selister. **O imaginário social em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação** (Tese de Doutorado). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

GUNAWARDANA, Samanthi Jayasekara. Rethinking labour migration and the state. In: **Revisiting Gendered States: Feminist Imaginings of the State in International Relations.** Oxford University Press, USA, 2018. p. 85-104.

GUZZINI, Stefano. A reconstruction of constructivism in international relations. **European journal of international relations**, v. 6, n. 2, p. 147-182, 2000.

GUZZINI, Stefano. Structural power: the limits of neorealist power analysis. **International Organization**, v. 47, n. 3, p. 443-478, 1993

GUZZINI, Stefano; LEANDER, Anna. **Wendt's constructivism.** 2006.

HANSEN, Lane. **The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School.** Millennium: Journal of International Studies, 29(2), 2000b.

HANSEN, Lene. Gender, nation, rape: Bosnia and the construction of security. **International Feminist Journal of Politics**, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2000a.

HARDING, Sandra G. **The science question in feminism**. Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. Strong objectivity” and socially situated knowledge. **Whose science**, p. 138-163, 1991.

IKENBERRY, G. John. The Plot Against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive? **Foreign Affairs**. May/June 2017.

KAPUR, Ratna. The Tragedy of Victimisation Rhetoric: Resurrecting the. **Native" Subject in International/Post-Colonial Feminist Legal Politics**, v. 15, 2002.

KELLNER, Douglas. **A cultura da Mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Transnational relations and world politics**. Harvard University Press, 1972

LAKE, David A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 567-587, 2013.

LAYNE, Christopher. This time it's real: the end of unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, v. 56, n. 1, p. 203-213, 2012.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. **Horizontes Antropológicos**, n. 43, p. 301-330, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACKENZIE, Megan. Securitization and desecuritization: Female soldiers and the reconstruction of women in post-conflict Sierra Leone. **Security Studies**, v. 18, n. 2, p. 241-261, 2009.

MEARSHEIMER, John J. et al. **The tragedy of great power politics**. WW Norton & Company, 2001.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Gedisa, 2007.

MOHANTY, Chandra. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist review**, v. 30, n. 1, p. 61-88, 1988.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e Relações Internacionais – Uma Crítica ao Discurso Tradicional de Segurança**. Brasília, 2010.

MOON, Katharine HS. **Sex among allies: Military prostitution in US-Korea relations**. Columbia University Press, 1997.

MORAVCSIK, Andrew; ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. 2003.

NEUMANN, Iver B. Discourse Analysis. Em NEUMANN, Iver B.; KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. Palgrave Macmillan, 2008.

ONUF, Nicholas; KLINK, Frank F. Anarchy, authority, rule. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 149-173, 1989.

OPTIZ, Sven. Governo ilimitado-o dispositivo de segurança da governamentalidade não-liberal. **Ecopolítica**, n. 2, 2012.

ORFORD, Anne. A Feminist Analysis of the Security Council. **MICH. J. INT'L L.**, v. 17, p. 373, 1996.

OTO, Alejandro de. Notas sobre la subalternidad desde una lectura fanoniana. **Estudios sociales contemporáneos**, n. 7-8, p. 13-34, 2013.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **The invention of women: Making an African sense of western gender discourses**. U of Minnesota Press, 1997.

PAHUJA, Sundhya. **Decolonising international law: development, economic growth and the politics of universality**. Cambridge University Press, 2011.

PARASHAR, Swati; TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. Introduction: Feminist imaginings of twenty-first-century gendered states. In: **Revisiting Gendered States: Feminist Imaginings of the State in International Relations**. Oxford University Press, USA, 2018. p. 1-15.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual** (1988). Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PETERSON, V. Spike. **Gendered States: Feminist (Re)visions of International Relations Theory**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, p. 78-109, 2006.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

QUIJANO, Aníbal; CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. El giro decolonial, reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Santiago Castro Gómez, Ramón Grosfoguel. Bogotá, siglo del hombre editores, 2007.

REUS-SMIT, Christian. In: BURCHILL, Scott et al. **Theories of international relations**. Macmillan International Higher Education, 2013.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea: estudos neolatinos**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

SEGATO, Rita Laura et al. **Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina**. Ediciones Godot, 2011.

SEGATO, Rita. **Género y colonialidad: del patriarcado comunitario de baja intensidad al patriarcado colonial moderno de alta intensidad**. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos (y una antropología por demanda), 2015.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 69, 2019.

SJOBERG, Laura. Introduction to security studies: Feminist contributions. **Security Studies**, v. 18, n. 2, p. 183-213, 2009.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, war, and militarism: feminist perspectives**. ABC-CLIO, 2010.

SOUZA, Ana Clara Telles Cavalcante de. Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1297-1312, 2017.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. **Textos em representações sociais**, v. 8, p. 117-145, 1995.

SPIVAK, Gayatri. **Can the subaltern speak?**. Harvard University Press, 1999.

TABBUSH, Constanza; GAONA, Melina. Gender, Race, and Politics in Contemporary Argentina: Understanding the Criminalization of Activist Milagro Sala, Leader of the Organización Barrial Tupac Amaru. **Feminist Studies**, v. 43, n. 2, p. 314-347, 2017.

TICKNER, J. Ann. What is your research program? Some feminist answers to international relations methodological questions. **International Studies Quarterly**, v. 49, n. 1, p. 1-21, 2005.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, 41(4), 611-632, 1997.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

VILLA, Rafael Duarte. O Paradoxo da Macrossegurização: Quando a Guerra ao Terror não Seguritiza Outras" Guerras" na América do Sul. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 349, 2014

WAEVER, Ole. **Securitization and desecuritization**. (Org) Ronnie D. Lipschutz. On Security. p. 46-87. Columbia University Press, 1995.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, Mass, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, Paul D. Security studies: an introduction. In: **Security Studies**. Routledge, p. 23-34, 2012.